

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E
INSTITUCIONAL

Regina Longaray Jaeger

**Visagens e Paisagens dos Aprisionamentos no
Contemporâneo**

Porto Alegre
2015

Regina Longaray Jaeger

**Visagens e Paisagens dos Aprisionamentos no
Contemporâneo**

Tese de doutorado do Curso de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional, apresentada para obtenção do título de Doutora em Psicologia da Faculdade de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^a. Dra. Tania Galli Mara
Fonseca

Porto Alegre
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Carlos Alexandre Netto

Vice Reitor: Rui Vicente Oppermann

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Diretor: Henrique Caetano Nardi

Vice-diretor: Sandra Djambolakdjian Torossian

COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL

Coordenadora: Analice de Lima Palombini

Vice-coordenadora: Cleci Maraschin

CIP - Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Jaeger, Regina Longaray

J22v

Visagens e paisagens dos aprisionamentos no contemporâneo / Regina Longaray Jaeger ; orientação Tania Galli Mara Fonseca – Porto Alegre: UFRGS , 2015.

141 p. : il.

Tese de doutorado em Psicologia.

1. Psicologia 2. Questões sociais 3. Instituições disciplinares
I. Jaeger, Regina Lonagaray II. Fonseca, Tania Galli Mara III.
Título.

CDU 159.9:304

Bibliotecário Edson Arijú Belmonte CRB-10/1976

Instituto de Psicologia - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Rua: Ramiro Barcelos, 2600

Bairro: Santa Cecília

Porto Alegre - RS

CEP: 90035-003

Fone: (51) 3308-5066

Regina Longaray Jaeger

**Visagens e Paisagens dos Aprisionamentos no
Contemporâneo**

Tese de doutorado do Curso de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional, apresentada para obtenção do título de Doutora em Psicologia da Faculdade de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Data de aprovação

Banca Examinadora

Professora Doutora Tania Galli Mara Fonseca
Orientadora

Professora Doutora Fernanda Spanier Amador
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e
Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Professora Doutora Betina Hillesheim
Universidade de Santa Cruz do Sul

Professora Doutora Heliana Conde
Universidade Federal do Rio de Janeiro

EPÍGRAFE

“Viver é ser outro. Nem sentir é possível, se hoje se sente como ontem se sentiu: sentir hoje o mesmo que ontem não é sentir-é lembrar hoje o que se sentiu ontem, ser hoje o cadáver vivo do que ontem foi a vida perdida.

Apagar tudo do quadro de um dia para outro, ser novo com cada nova madrugada, numa revirgindade perpétua da emoção- isto, e só isto, vale a pena ser ou ter, para ser ou ter o que imperfeitamente somos.

Esta madrugada é a primeira do mundo. Nunca esta cor rosa, amarelecendo para branco quente, pousou assim na face com que a casaria de oeste encara, cheia de olhos vidrados, o silencio que vem da luz crescente. Nunca houve esta hora, nem esta luz, nem este meu ser. Amanhã, o que for será outra coisa, e o que eu vir será visto por olhos recompostos, cheios de uma nova visão”

Fernando Pessoa

Dedicatória

Aqueles que, o simples ato de viver, em algum momento, tornou-se uma ação extenuante e despotencializadora.

Aos meus pais, Celoy e Arno, in memoriam.

Agradecimentos

A professora Tania Mara Galli Fonseca, pelo tempo dos acontecimentos, pela parceria de longos anos que proporcionaram amplitude existencial singular.

A Bianca, minha filha, pelas provocações cotidianas transformadoras;

Ao Darci, companheiro de múltiplas trajetórias.

A Nilza Silva, minha querida amiga e esquizoanalista, pela generosidade ilimitada.

A Fernanda Amador, com quem mantenho fios de vida tão potentes;

A Lizelda Cassales, pelo afeto espontâneo e pelo convite a viver novos desafios institucionais;

Aos colegas da Oficina de Pesquisa, pelas trocas fluídas, convidativas a novos sentidos e direções;

Aos queridos colegas de trabalho que depositaram forças para sustentar a potência de abrir o cotidiano.

A CAPES e ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por contar com auxílio financeiro durante dois anos.

Expor eventos encarnados nas matérias encontradas durante trajetórias, construídas pelas vivências durante um período de quatro anos, e destes, selecionar pedaços entre múltiplos fluxos para transformá-los em papel tintado e imagens de pensamentos, ultrapassa os meros fins de realização de tese acadêmica. Multiplicidades de sensações, limiares diferenciais, construções de monumentos do tempo percorrem toda a complexidade do viver. Nesta trajetória de vida percorrida, recortei leituras cotidianas, escutas e vivências profissionais em duas instituições de contenção que fazem parte de um mundo estatal. Locais onde trabalhei exercendo a função de psicóloga: na área da saúde e na área de segurança. Instituições onde se concentra a radicalidade das engrenagens de uma grande máquina abstrata que faz a visagem e os desvios dos ditos loucos e dos ditos delinquentes. Neste jogo, me detive, com maior amplitude de análise, nos fluxos proliferantes de seleções e de encaixes da vida nas engrenagens hierárquicas, das mais sutis às mais grosseiras, da máquina abstrata do capitalismo. Uma vida que vem sendo cada vez mais demarcada por uma gestão normalizante, operada por engrenagens biopolíticas de contornos fluídos, produtoras de visagens e paisagens de padrões e de desvios.

Trata-se aqui de *destampar* alguns destes maquinismos tidos como tão naturais e evidentes que se expandem cada vez mais em novas instituições e na vida mais comum. Gestão das práticas aprisionantes da vida, antes reduzidas a espaços localizados, passam a ganhar novas formas e expansões espaciais, apoiadas numa racionalidade de violência, que incidem, por sua vez, nos mais ínfimos espaços. Encadeamentos institucionais aprisionantes alongam e perfilam diferentes domínios da vida a um padrão “bom” de ser.

Nesta tese, me detive nas operações retificadoras do poder político institucional da psicologia, da saúde e da segurança. Medidas corretivas, fluxos de poder sociais duros que circulam nas instituições que buscam preservar seu funcionamento político operando remarcações, agravamentos e amplificações, definindo domínios de sofrimentos e anomalias.

Nesse mundo em devir ininterrupto, buscamos expor cartografias dos trajetos que constroem evidências sutis e violentas, cotidianas dos muros seletivos cujas instituições examinadas constituem-se a radicalidade deste

maquinismo neoliberal, mortificante e produtor de cada vez mais novos loucos e novos delinquentes.

Por tácita aceitação, por racionalidades dominantes, por violência sutil e/ou coercitiva, tendemos a aplicar nossas grades explicativas sobre nós e sobre cada indivíduo. Nada escapa.

Como viver sem classificações, sem comparações, a cada um, suas necessidades? Como viver na diferença? A vida se faz a cada instante. Afirmar a diferença é reivindicar a vida na plenitude, na potência sustentada daquilo que ela pode ser. Não significa desistência de viver, mas de desistir de um modo de viver, de fugir daquilo de que se foge. Furar estes muros forjados da existência pelo estranhamento, pelo não convencimento do que está posto, na vertigem do desconhecido e ainda não nomeado.

RESUMO

Na nossa vida, determinados gestos e palavras passam a ser estranhos e passíveis de serem destacados, julgados, diagnosticados. Examinamos o percurso expansionista dos aprisionamentos da vida, seus elementos constitutivos no social. Retiramos do cotidiano e da vivência profissional em duas instituições de contenção estatais, práticas recorrentes que constroem visagens dos desvios dos ditos loucos e dos ditos delinquentes. Entendemos que as instituições tendem a cumprir suas funções presas a determinados estereótipos, padrões e reafirmam e corroboram significâncias e subjetivações encerradas em visagens que exacerbam evidências, punições, vinganças e controles. Vivemos numa sociedade de controle, cujos interstícios são operados por instituições disciplinares postas a normalizar a vida através de medidas voltadas à aquisição de disciplinas, para fixar em aparelhos de produção, através de punições e recompensas. Constitui um plano de pensamento definido por normas que ligam entre si os indivíduos pertencentes ao aparelho de produção. Aos que não conseguem se enquadrar nestes aparelhos, resta a prisão, o hospital ou a solidão.

Palavras-chave: Cartografia. Instituições. Políticas sociais.

ABSTRACT

In our life, certain gestures and words become awkward and likely to be distinguished, judged, diagnosed. We examine the expansionary path of life imprisonment, its constituent elements in the social body. We remove from daily and professional experience in two institutions of state contention, recurring practices that form grimaces of digression of those considered insane and offenders. We understand that institutions tend to fulfill their duties attached to certain stereotypes, patterns and reaffirm and support significance and subjectivities restrained to grimaces that exacerbate evidence, punishment, revenge and controls. We live in a society of control, whose interstices are operated by disciplinary institutions set to normalize life through measures focused on acquisition of disciplines to concentrate on production apparatus through punishments and rewards. It constitutes a thought plan defined by rules that interconnects the individuals belonging to the production apparatus. Those who fail to fit these apparatus, are left with prison, hospital or loneliness.

Keywords: Cartography. Institutions. Social policies.

SUMÁRIO

1 CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA/ATRAVESSANDO DIFERENTES GEOGRAFIAS	12
2 VISAGENS E PAISAGENS: OPERAÇÕES BIOPOLÍTICAS	31
3 A VIDA REDUZIDA ÀS INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS	47
4 A GESTÃO MANICOMIAL: O APRISIONAMENTO DOS LOUCOS E A LUTA PELA CONSOLIDAÇÃO DA LOUCURA	54
5 O QUE ESTAMOS FAZENDO EM NOSSAS INSTITUIÇÕES DE CUIDADOS?	70
5.1 Matilhas e Multiplicidades	70
5.2 Os Discursos Obrigatórios	75
6 SOMOS TODOS SUSCETÍVEIS À LOUCURA E À DELINQUÊNCIA	78
6.1 Desterritorializações e Reterritorializações: o que Estamos Fazendo em Nossas Instituições?	83
7 A GESTÃO DAS PRÁTICAS DE APRISIONAMENTO/A MUNDIALIZAÇÃO DA ELIMINAÇÃO	88
7.1 Sociedade de Normalização e suas Instituições Disciplinares: o “terço dos Henriques”	88
7.2 Governabilidade do Estado (Foucault) e Estado-nação (Deleuze)	95
8 UMA INSTITUIÇÃO DE CUIDADOS	109
9 FINALIZAÇÃO	120
REFERÊNCIAS	132

1 CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA/ATRAVESSANDO DIFERENTES GEOGRAFIAS

Se existe classe que mereça uma vigilância esclarecida, benévola e ativa é a dos doidos.

SIGAUD, 1835.

Em determinados momentos da nossa história, passamos a considerar alguns indivíduos humanos indesejáveis ao convívio comunitário. No cotidiano mais comum, insidiosamente e/ou abruptamente, a determinados gestos e palavras são atribuídos estranhamentos que se tornam passíveis de serem recortados, destacados, julgados e sentenciados. Comportamentos, sentimentos e pensamentos cada vez mais aferidos, monitorados criteriosamente por especialistas, passam a fazer parte de engrenagens que operam ajustes, conferindo dicotomias e qualificações hierárquicas. Concessões a determinados segmentos sociais e políticos são naturalmente distribuídos, assim como o direito a expor assertivas que passam a ser consideradas verdades.

Mergulhados num jogo de forças consideradas inevitáveis, de uma parte, o capital oferece inúmeras possibilidades de liberdade estabelecidas por vigilâncias contínuas, com as quais consentimos, convencidos de que, deste modo, viveremos uma vida mais segura e mais saudável; de outra, nossas trajetórias de vida passam a ser bem demarcadas, reguladas em procedimentos padrão, fazendo jus a visagens e paisagens de um capitalismo cada vez mais sutilmente confinador. Engendrados numa máquina fluída do capitalismo, nada escapa da produção, distribuição e consumo de seus fluxos incessantes, rapidamente monetarizados: vivemos num tempo onde tudo pode ter seu preço. Nossa vida mais íntima torna-se cada vez mais esquadrinhada, selecionada, valorizada, conforme as engrenagens maquínicas às quais ela se engata. Selecionados e selecionadores, arrazoados científicos instalam filtros cada vez mais perfiladores, ganham apoios políticos, contagiam e naturalizam, no social, classificações cada vez mais criteriosas e especializadas. Trajetos de corpos em devires são observados, vigiados, calculados, monitorados e investidos, em prol de determinados modos de vida. Em prol de um bem estar de nossos corpos, confirmamos e positivamos relações de forças, nem sempre favoráveis à fruição de

suas potências. Em prol de alianças maquínicas majoritárias, amortecemos nossa esperança de mudanças das regras do jogo do capital neoliberal.

Presos a comparações, estaríamos cada vez mais distantes da suportabilidade de nossas potências, da plenitude de experimentar nossos afetos, dos riscos dos acasos, capazes de desembaraçar nossas escolhas, nossos espaços de liberdade?

Apaziguados com as novas mudanças (necessárias), afinal, convencidos de que precisamos de tudo isto ou de que não temos outra saída, somos convencidos a procedimentos padrões contratuais disciplinares que devem ser obedecidos. Vigilantes e vigiados, incorporamos atributos necessários para alimentar esta engrenagem, afinal, todos nós queremos viver bem.

Cada vez mais se ampliam e disseminam-se práticas de gestão do aprisionamento/confinamentos que elegem determinados gestos, escolhas que fazem proliferar mais indivíduos considerados incapacitados, portadores de problemas. Determinadas condições individuais do humano são perfiladas, estabelecidas como padrões a serem ou não seguidos.

Analizamos proveniências e emergências daquilo que Foucault salienta, “[...] não do arbitrário, mas a complexa ligação dela (da prática de aprisionamento) com processos históricos múltiplos e, para muitos dentre eles, recentes.” (FOUCAULT, 1994a, p. 22).

"Jogo das realidades diversas transversalizadas, operadas por leis constringentes, quanto pelas instituições que as incorporam ou quando comportamentos são de certo modo, fidelizados." (FOUCAULT, 1994a, p. 28). Realidades diversas se imiscuem, se articulam, se expressam em liames que explicam, em leis constringentes, que passam a delimitar, evidenciar, articular comportamentos pelas instituições que lhes dão corpo.

Mergulhados numa espécie de diagnose coletiva, executamos um fatiamento social cada vez mais especializado, segundo critérios hipernormativos: “só de olhar, todo mundo sabe o que é loucura”, o que é “ameaçador”, o que “pode virar doença”. Discurso indireto livre, somos contagiados, atravessados por significâncias, gestos repetidamente transformam trajetos e devires da vida em amarras subjetivantes. “Se”. Quer-se, comanda-se, obedece-se. Partícula de indeterminação do sujeito frasal, que impulsiona um murmúrio coletivo: “fala-se, transmite-se”, e “define-se” significações, escolhas, determinações, verificações.

Espécie de bombardeio, entre diferentes poderes e saberes entrecruzados, estreita os caminhos da vida para uma única direção. Teria a vida se tornado um grande asilo, “[...] onde os governantes são os psicólogos e o povo, os pacientes” como, em 1973, ironizava Foucault, que fez “a história, não da instituição prisão, mas da ‘prática de aprisionamento’” (FOUCAULT, 1994b, p. 434)? Ele desvela funcionamentos maquínicos que fazem aceitar a prisão como peça principal da justiça (FOUCAULT, 1994a, p. 28). De procedimentos grotescos a procedimentos sutis e refinados, toda uma maquinaria desencadeia-se em processos históricos múltiplos dos controles da vida. Pela gestão racional de espaços estriados, como o espaço heterotópico da prisão, acoplam-se tecnologias mais atuais. Produção ininterrupta de encadeamentos aprisionantes, determinada por relações de poder e saber, nos mais diferentes domínios da vida vai definindo domínios de sofrimento, de anomalias, de desvios, de perturbações funcionais e de conduta e suas práticas sentenciosas de correção e operações retificadoras. O comportamento mental humano passa a fazer parte do saber dos criminologistas e dos psiquiatras, como já apontava Foucault nos anos 1970. Agora, acrescentamos jornalistas, assistentes sociais, educadores e de todos os que se julgam habilitados a incorporar um poder político que é a função terapêutica (FOUCAULT, 1994b, p. 433).

Entramos em duas instituições de confinamento, uma destinada à gestão da loucura, outra destinada à gestão de jovens infratores. Pequenos pedaços de grandes máquinas abstratas, que fazem funcionar jogos consolidados e, ao acaso, liames entre matérias heterogêneas que vão ganhando consistência através destes gestos repetidos, redundantes, estatutos científicos que, naturalizados, são modificados ao longo de séculos sem, no entanto, perder a marca do perigo e da ameaça, pois que já passaram por um crivo avaliativo que demarca determinados poderes, abre ou fecha fronteiras. Gestos constituídos pelos poderes, dos mais grotescos e visíveis aos mais inventivos e sutis passam a ser incorporados nas nossas mais cotidianas ações, nos contextos midiáticos, laborais, artísticos.

Afirma uma agente de políticas de saúde mental, em Porto Alegre, em 2014, sobre o atendimento especializado de adolescente em medida socioeducativa:

- Se ele não quer conversar nos atendimentos individuais, como vou fazer um plano terapêutico? Eu não posso fingir que ele está se tratando num serviço especializado só porque a juíza quer. Eles dizem que querem, mas chegam aqui,

dizem, “é apenas para sair da prisão”, eles vem aqui para tomar um ar e ficar se divertindo.

Conta uma amiga psicóloga de um Centro de Atenção psicossocial, em 2015:

- Eu nunca vi, são as professoras que já encaminham as crianças com um bilhete com o que elas querem que se prescreva!

Em entrevista de programa televisivo com o ator Rodrigo Santoro :

Jornalista:

- Este Heleno era um verdadeiro bi-polar!

Rodrigo Santoro:

- Com certeza! Só que na época ninguém ainda falava de um diagnóstico desses...¹

Ao repórter e ao ator parece não restar qualquer dúvida sobre um diagnóstico de uma pessoa já falecida. Destacam atributos de determinadas ações selecionadas, repetidas regularmente, tomadas como realidades.

Indivíduos engendrados numa mesma máquina de contenção operam mecanismos de seleção e enquadre, “os mais tratáveis”, “os problemáticos”, confinando alguns mais do que outros, realizando contornos, tecidos em prolongamentos institucionais disciplinares e especializados. Jeito particular de agir definido por Foucault (1994c, p. 753), como uma cultura institucional que dá corpo, delimitação do domínio dos sofrimentos, das anomalias, das desviações, das perturbações funcionais que necessitam da intervenção específica da medicina e, acrescentamos também, agora ainda mais, da segurança.

Analizamos um conjunto de pequenos poderes que se imiscuem nas nossas práticas, que domesticam nosso corpo, que se interpõem nas nossas palavras, nos nossos hábitos. Pequenos controles que, em nossa sociedade, ao menos em parte dela, a medida corretiva da obediência parece ser a mais desejada. Na gestão das partilhas biopolíticas dos corpos, são utilizados, cada vez mais, novos maquinismos, exacerbam-se seleções, espalham-se e difundem-se estratégias de regularidades,

¹ Fragmento de entrevista realizada com o ator Rodrigo Santoro, sobre o personagem Heleno, do filme: Heleno. (Brasil, 2012, 116 minutos), com direção de José Henrique Fonseca, no programa televisivo Globo News, exibido em 11 mar. 2012.

infundem-se normalizações nas políticas sociais, nos modos de viver, na mídia, na cultura, no lazer... Sobretudo nas camadas mais pobres, a quem são atribuídos os maiores perigos.

Escuto um agente terceirizado, executor das políticas públicas, em Porto Alegre, em um curso sobre socioeducação, em 2013:

- Hoje tivemos que desligar dois participantes do Programa “Todos somos Porto Alegre” porque estavam fumando [...] Depois de três advertências, a instituição exigiu que fossem desligados.

Comportamentos banais, ao serem moralizados, são rapidamente codificados como transgressões que devem ser eliminados, principalmente se ocorrem em classes sociais subalternas. O Programa visava proporcionar uma formação profissional para os carroceiros que transitavam nas vias urbanas de Porto Alegre. A um trabalho precarizado, realizado a gerações passa a ser considerado um entrave ao trânsito das ruas de Porto Alegre, necessitando sua substituição por uma suposta formação profissional adequada ao perfil daquelas pessoas, longe da escola há anos. Regulações morais fazem novas triagens normalizantes de uma camada da população já destinada ao lixo. Ao teimarem em fumar, contrariam a disciplina das oportunidades oferecidas pelo controle estatal, sobrando a marginalização ao processo de normalização desejada.

Os problemas colocados pela sociedade industrial e urbana, a partir do século XIX, ensejam a necessidade de especialistas para prestar cuidados, afinal, “um certo perigo geral” atravessa “[...] o corpo social inteiro, ameaçando todas as coisas e todo mundo”. Em outras palavras, “[...] ninguém está livre da loucura nem da ameaça de um louco” (FOUCAULT, 1999a, p. 295), ou de um delinquente e para isto necessita-se de “[...] uma medicina que ia mais e mais claramente se afirmar como uma tecnologia geral do corpo social [...]” e de um direito que busca uma técnica do melhoramento, para corrigir, re-adestrar, recuperar, “curar” os infratores das leis. E assim, “[...] todos nos tornamos psiquiatrizáveis [...]” (FOUCAULT, 1999a, p. 296) e passíveis da “ortopedia moral”(FOUCAULT, 2011, p. 15). Espécie de “especialismos das contenções”, isto é, saberes inquestionáveis, auto-demonstráveis são exigidos para o desempenho profissional “competente” e parecem que vêm avançando em formas mais insolentes e soberanas. Muitos procedimentos da psicologia e da psiquiatria são transformados e amplificados, demasiado visíveis e naturalmente integrados no

cotidiano, de modo que, muitas vezes, “parece não restar dúvidas” nos enquadres e classificações comportamentais, gradativamente tidos como auto-evidentes.

Converso com um colega, em Porto Alegre, em 2013, sobre um socioeducando considerado com *problemas mentais*:

Eu:

- *Mas o que ele está fazendo?*

Agente:

Põe a cabeça para pensar!

Eu:

- *Não sei! E gostaria que tu me dissesses.*

Agente:

- *Mas então tu não trabalhas aqui!*

Cada vez mais, nossas condutas, nossos gestos, nossos pensamentos são meticulosamente selecionados, aferidos, colocados em grades explicativas, antecipando-se e amplificando cada vez mais ao próprio discurso especialista. Somos cada vez mais sentenciosos: você não tem querer!

- *Eu decido e pronto!*

Poder de decisão assumido pelo especialista, pela família, pelo professor, pela mídia. Encerramos, fechamos, aprisionamos palavras e gestos afirmados em um tipo de poder político que permite estabelecer uma direção correta sustentada por racionalidades exercidas soberanamente sobre a vida de determinados indivíduos. Poder que alguns indivíduos atribuem-se ao direito de dispor sobre outro indivíduo, através de maquinismos de repressão. Arranjos institucionais, por sua vez, concedem direitos aos seus operadores aplicarem.

Através de gestos e palavras, passamos a organizar a população e tudo aquilo que a afeta, exercendo procedimentos de gestão pública operados por tecnologias de poder que preponderam em arranjos sociais. Dois destes modos organizativos foram analisados por Michel Foucault: sociedade de soberania e sociedade de normalização. O terceiro, denominado sociedade de controle, foi analisado por Gilles Deleuze.

Foucault mostra que durante o período da monarquia é atributo do rei deter o direito de vida e de morte sobre seus súditos. Ao rei, era atribuído o direito de poder “fazer morrer e deixar viver”. E “[...] é por que o soberano pode matar que ele exerce

seu direito sobre a vida [...]” (FOUCAULT, 2010, p. 202). Na sociedade de soberania, o poder é exercido em nome do rei, que expressa o poder de Estado.

Ainda hoje, se exercita o direito de “fazer morrer”. Seleções por matanças, alguns indivíduos atribuem-se o direito de matar quem e quando julgarem necessário. Juízos, saberes, valores. Em nome do Estado, agentes da ordem selecionam, espancam, torturam e matam. Cumprem obedientemente as tarefas devidas. Prerrogativas de que “eu posso”, colocam-se em operação maquinismos de seleção, de armamentos, de racismos, evidenciam supostas prerrogativas de direito da morte/vida de uns em relação a outros. Exercício extremo da soberania dos chefes de tráfico, da polícia, de uma mídia quando escolhe quem deve morrer e quem pode viver.

Um adolescente seleciona: mata ou deixa viver.

- *Nunca matei trabalhador, matava apenas vagabundo.*

A população seleciona:

Em matéria da Folha de São Paulo: OAB repudia ofensas a nordestinos nas redes sociais e estimula denúncia (FOLHA DE SÃO PAULO, 2014).

Agentes da ordem estatal selecionam expressando na arte: mata ou deixa viver.

Diz o personagem Capitão Nascimento no filme Tropa de Elite 2:

- *Pode até parecer clichê de filme americano, mas é na hora da morte que a gente entende a vida. Eu dei muita porrada em viciado, esculachei muito policial corrupto, botei um monte de vagabundo prá vala, mas não foi nada pessoal, a sociedade me preparou prá isto. E missão dada, parceiro, é missão cumprida.²*

O Estado seleciona: mata ou deixa viver.

No dia em que o jornalista José Franco e o fotógrafo Luiz Alfredo, da Revista Cruzeiro, conheceram o interior do Hospital Colônia, em Barbacena, em 1961, o estarrecedor não foi apenas os corpos dos loucos esparramados pelo espaço “[...] e sim as cenas de um Brasil que reproduzia, menos de duas décadas depois do fim da Segunda Guerra Mundial, o modelo dos campos de concentração nazistas [...]”, relata Arbex (2013, p. 134). Na época, o recém-empossado Secretário de Saúde do governo de Estado, Magalhães Pinto, havia solicitado a matéria, pois estava decidido a fazer uma *varredura* nas políticas de saúde do governo anterior.

No retorno à redação, o fotógrafo desabafou com Eugênio Silva.

² Fragmento do filme: "tropa de Elite 2: o inimigo agora é outro." (Brasil, 2010, direção e roteiro de José Padilha).

"Aquilo não é um acidente, mas um assassinato em massa. Só precisei clicar a máquina, porque o horror estava ali." (ARBEX, 2013, p. 137).

Impressionante é que o forte impacto sofrido pela sociedade leitora da Revista cuja reportagem sobre o Colônia foi denominada "A sucursal do inferno", ganhou cinco páginas da influente revista em 13 de maio de 1961. E Arbex nos conta:

O país se comoveu. A classe política fez barulho, os governantes fizeram promessas públicas pelo fim da desumanidade. Quando o calor da notícia abrandou, tudo continuou exatamente igual no hospício. Por sorte, o fotógrafo não se desfez dos negativos. (2013, p. 137).

Diferente do direito soberano que tem poder absoluto sobre a morte, na sociedade de normalização, armamentos de operação colocam em evidência a seleção daqueles que têm acesso aos seus direitos.

O poder soberano perde espaço com o aumento da população, pois escapavam aos controles opressores. O poder disciplinar recupera esta capacidade ao individualizar, ao enquadrar indivíduos em instituições disciplinares fracionadas: escola, quartel, hospital... O poder de regulamentação biopolítica apropria-se dos cuidados com a população através de mecanismos bio regulamentadores estatais. Um "conjunto orgânico institucional", as instituições disciplinares e a estatização do biológico se prolongam (FOUCAULT, 2010, p. 210).

A tecnologia disciplinar vai se ocupar dos confinamentos institucionais sobre os indivíduos desde o século XVIII nas fábricas, asilos, escolas, prisões. Será sobreposta, no século XIX, com uma tecnologia de regulamentação, que busca demarcar o indivíduo, manipulando suas forças, tornando-as úteis e dóceis ao mesmo tempo. A tecnologia de regulamentação visa controlar os efeitos imprevisíveis sobre a vida coletiva. Um novo direito se instala sem substituir o velho direito de soberania: "o direito de fazer viver e de deixar morrer". Esta nova tecnologia de poder, não esvanece o poder de soberania, "vai penetrá-lo, perpassá-lo, modificá-lo" (FOUCAULT, 2010, p. 202). Escolhas políticas para manter diferentes parcelas da população com maquinismos reguladores diferenciados: investimentos diversos e seletivos para aqueles que interessam preservar ou eliminar. O biopoder lida com a regulamentação da população. Problemas políticos imprevisíveis vão exigir soluções que assegurem a organização de "homeostase" social. Investimentos globais

diferenciados reguladores com a função de maximização das forças coletivas (FOUCAULT, 2010, p. 207). Poder político que age diretamente na vida das pessoas, aumentando mais no controle dos imprevistos do viver de alguns, e investindo pouco em outros.

A prerrogativa de quando um indivíduo recebe o atendimento de que necessita, sem o qual pode morrer/viver, em um serviço de atenção a saúde, é oficialmente reconhecida pelo Estado brasileiro, em 1990. O Sistema Único de Saúde admite que os níveis de saúde “expressam a organização social e econômica do País” e que são determinantes e condicionantes da saúde “a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais” além de outros, não enumerados (BRASIL, 1990).

Quando o Estado passa a priorizar alguns elementos considerados da área da saúde para serem solucionados, está indicando escolhas. E isto significa incluir/excluir inúmeros outros fatores que ultrapassam o corpo do humano, mas que envolvem diretamente o processo saúde/doença: alimentação, transporte, moradia, saneamento, lazer.

Entretanto, quando o Estado, reconhece elementos heterogêneos influenciando na saúde plena e faz as escolhas dos investimentos públicos prioritários e o grau de acesso, garantindo direitos plenos para parcela da população e direitos e investimentos “mais baratos” para outras parcelas, ele está exercendo uma biopolítica, ou seja, uma empresa de gestão das necessidades humanas conforme o direcionamento econômico escolhido:

Iniciada por volta das 14h na Avenida Higienópolis, a manifestação contra iniciativa de moradores que tentam vetar construção de estação do Metrô no bairro [...] A moradora na República, levou um cartaz com a mensagem: "Só ando de Metrô em Nova York, Londres e Paris."(AGUIRRA, 2011, documento eletrônico).

"O Metrô de São Paulo negou na quarta-feira (11) que a pressão de moradores tenha motivado a mudança na localização da futura Estação [...]"(AGUIRRA, 2011, documento eletrônico).

Exercício estatal de escolher quais corpos serão mais ou menos investidos pelas políticas públicas de educação, saúde, segurança, habitação, agricultura, etc., se interpenetra com práticas de secção, distribuição, isolamento, fechamento, aprisionamento, e fabrica a disciplinarização institucional.

Sociedade de normalização e sociedade de controle são compatíveis. Enquanto o poder disciplinar confere identidades e busca fixar cada indivíduo sobre o aparelho produtivo e, com isto, faz a gerência da massa populacional como um único corpo, no regime de senhas e acessos vigiados, próprios das sociedades de controle, o controle é expandido e os captadores de sinais abrem e fecham os acessos (DELEUZE, 1992, p. 222).

Praticamente todos os dias, vemos e escutamos nos meios de comunicação, entre amigos, no comum de nosso cotidiano, uma velha abordagem com a roupagem tecnológica digital: “Ao comprar uma empresa de termostatos e sensores de fumaça, o Google entrará de vez em nossa casa, num marco histórico para a expansão da web.” (VILIC, 2014, p. 61).

Não buscamos evidenciar o arbitrário destas práticas precárias, mas fazer aparecer a complexa ligação delas com processos históricos múltiplos, “saberes sujeitados” e, para muitos dentre eles, recentes (FOUCAULT, 2010, p. 8).

Hoje, a função de reclusão e isolamento dos confinamentos manicomiais persiste na maior em parte das comunidades terapêuticas (ENTRELINHAS, 2011). Mesmo liberando os loucos das grades manicomiais, uma realidade social produz ininterruptamente novos encadeamentos aprisionantes nos mais diferentes domínios definidos de sofrimentos psíquicos e perturbações. Quando saímos dos espaços reduzidos dos hospitais e estaríamos mais livres a superá-los e transformá-los “[...] a violência encontrou sua ancoragem dentro de uma racionalidade, operada dentro nas instituições de cuidados e dentro das condutas das gentes.” (FOUCAULT, 1994d, p. 37-38).

O que fazemos com o díspar? Os movimentos relativos à reforma psiquiátrica e à reforma penitenciária ainda hoje enfatizam a suposta exclusão social do doente mental e do delinquente, com a necessária inclusão social através do direito ao trabalho deste público selecionado, pelo cunho “solidário”. Conforme nos fala Delgado (2005, p. 15) deve-se “[...] abrir essa nova frente do campo da reforma psiquiátrica, que é a frente da inclusão social pelo trabalho, das cooperativas sociais, das cooperativas e experiências de geração de renda.” Afirma-se, assim, que esse

suposto doente mental, não tem vez no fluxo de um capitalismo mais exigente, para isto, deverá necessariamente aceitar ser incluído num trabalho compartilhado entre os demais, igualmente doentes mentais, que devem se contentar com as proteções padrões especiais ofertadas para este público. Segue Delgado (2005, p. 15):

[...] promover a inclusão social dos usuários dos serviços de saúde mental, com a reintegração social dessas pessoas, a melhoria das suas condições de vida e a melhoria também da efetividade do seu projeto terapêutico, porque sabemos que a inclusão nesses projetos é muito positiva, muito eficaz, para o bem-estar dos usuários desses serviços.

Cura, cuidados, terapias, correções e inclusões. O cuidar institucional tende a reafirmar e corroborar significâncias e subjetivações encerradas em visagens que exacerbam evidências, punições, vinganças e controles. “Estamos prisioneiros de certas concepções de nós mesmos e de nossa conduta.” (FOUCAULT, 1994d, p. 37-38).

Mas como se estabelece a necessidade de chegar aos mais ínfimos espaços para dominar, controlar, decidir questões sobre a vida?

Enquanto que nas sociedades disciplinares haveria uma quitação aparente nos confinamentos, nas sociedades de controle a moratória é ilimitada. Nas sociedades de controle, não se para de recomeçar: continuum para tratar, curar e reabilitar. Perfilamentos e afunilamentos cada vez mais criteriosos: Centros de referência de assistência social (CRAS), Centros de referência especializado de assistência social (CREAS), Centros de atenção psicossocial para álcool e outras drogas (CAPS ad), Centros de atenção psicossocial infantil (CAPSi)... Nas sociedades de controle não se termina nada, cada vez mais nossa vida faz parte de liames institucionais, com medidas mais competentes para uns, mais fluidas para outros, mais duras para quem se considera inimigo. Poucos escapam da rede mundial de controles.

Neste trabalho, buscamos acontecimentalizar as dimensões dos dispositivos dos fechamentos e das suas modulações que estriam os espaços. Analisar os acontecimentos de modo a romper a evidência de nossas práticas e saberes, cujos corpos encarnam e disseminam a loucura, o perigo, a violência, a delinquência. Ir para além dos jogos de verdades, dos enunciados e dos fatos discursivos através de genealogia de uma cartografia esquizoanalítica.

Partimos de um pensamento aberto a conceber devires e transformações ininterruptas num mundo constituído por estratos físico-químicos, orgânicos e antropomórficos. Multiplicidades heterogêneas, absolutamente inextrincáveis que vão arrecadando, arregimentando cada vez mais novas matérias, numa imensa máquina abstrata ou corpo sem órgãos onde diferenças de diferenças fazem seu eterno retorno. Tais agenciamentos maquínicos do desejo e coletivos de enunciação fazem funcionar essas amálgamas de amálgamas de matérias heterogêneas expressivas. Dessa máquina abstrata emergem questões econômicas, políticas, sociais, racistas próprias do estrato antropomórfico. Ela constitui um conjunto de vizinhança entre termos heterogêneos independentes, traçando uma linha abstrata que faz diferentes agenciamentos funcionarem, que os promove e os dissolve (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 122). Independentes e heterogêneas, cada máquina de máquina têm em comum o funcionamento rizomático. Sem ordem sucessiva ou linear, apresentam liames, produzem redundâncias, pontas de desterritorialização e procedimentos de reterritorialização.

Buscamos compartilhar, com Gilles Deleuze, Félix Guattari, Michel Foucault e outros pensadores, a experiência de pensar e sentir um mundo constituído por partículas em movimento impulsionadas por fluxos-cortes desejantes. Especialmente um fluxo de vida que conhece apenas relações cinéticas com qualidades, substâncias, intensidades heterogêneas. Individuações dinâmicas que desconhecem o sujeito, a significância e o organismo, composta por reportações aos movimentos, repousos, afetos e intensidades que constituem agenciamentos coletivos (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 109) de enunciação e maquínicos do desejo. Heceidades que “[...] são apenas graus de potência que se compõem, às quais correspondem um poder de afetar e ser afetado, afetos ativos e passivos, intensidades” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 108).

A vida, imenso fluxo de partículas, compõe-se de agenciamentos mais ou menos modificáveis. Devires imperceptíveis agindo ininterruptamente transformam as vidas dos indivíduos.

Constituídos e constituintes do estrato antropomórficos, os humanos, imersos numa política da vida, pelos encontros fortuitos, nos jogos do acaso, pelas necessidades do encontro vital. Examinamos o indivíduo humano na sua composição com o ambiente. Indivíduo-bioquímico, mesclado com o ambiente, este fora imenso e

inapreensível, onde se dão trocas segundo limiares, códigos entre as matérias, exprimem acontecimentos ininterruptamente.

O bioquímico francês Jaques Monod (1910-1976), prêmio Nobel de Medicina em 1965, ao examinar o indivíduo na sua composição bioquímica, mesclado com o ambiente, evidencia as reações eletro-bioquímicas provenientes da ação e paixão nos encontros ao acaso: a vida, naquilo que ela pode, a cada instante. Os indivíduos bioquímicos, todos os seres vivos “são máquinas químicas” afirma Monod (2006, p. 37). Dentre eles, nós, humanos, é que nos constituímos tal como uma “unidade funcional, coerente e integrada”, onde milhares de reações eletro-bioquímicas-químicas multiplicam-se elaborando os elementos constituintes das células. Aglomerados de substâncias químicas em reação, “realizam e perseguem um projeto.” (MONOD, 2006, p. 38).

A racionalidade científica, no entanto, impôs limites ao buscar analiticamente as invariâncias dos fenômenos, o que, supostamente, lhe confere as evidências. “Na diversidade infinita dos fenômenos singulares, a ciência só pode procurar os invariantes”. Assinala Monod, que a ciência descobriu que todos os seres vivos são constituídos por macromoléculas: proteínas e ácidos nucleicos (MONOD, 2006, p. 106). Afirma também que não há qualquer sistema microscópico que não sofra alterações de ordem quântica; e a acumulação delas irá alterar o sistema macroscópico gradualmente (MONOD, 2006, p. 114). Devir-imperceptível das matérias. São estas mutações acidentais que alteram as estruturas genéticas hereditárias. Portanto, “[...] só o acaso é a fonte de toda novidade, e de toda criação dentro da biosfera.” (MONOD, 2006, p. 115). Noção destrutiva do antropocentrismo: a vida é um jogo ao acaso, puro evento, transformação instantânea e mudança contínua e ilimitada.

As descobertas de Monod confirmaram uma ciência consagrada ao render-se à ideia do acaso. Inclui, na discussão dos fluxos da vida, os fluxos físico-químicos inorgânicos. A vida, além das necessidades, é um arranjo inusitado, constituído por pedaços não vivos fazendo parte do estrato biológico. O fluxo vital e o arranjo de órgãos escapam às estratificações. Em Deleuze (1996), a vida constitutiva de um potente corpo-sem-órgãos (CsO). Longe de um corpo vazio e desprovido de órgãos, um corpo sobre o qual o que serve de órgãos se distribui segundo movimentos: “Não é uma noção, um conceito, mas antes uma prática, um conjunto de práticas.” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 9).

Deleuze e Guattari propõem o conceito de corpo-sem-órgãos, a partir do texto “Para findar com o juízo de deus”, criado pelo ator e teatrólogo francês Antonin Artaud, para emissão radiofônica em Paris, em 28 de novembro de 1947.

Linhas e superfície, traçados/trajetos e devires, mudanças e suas transformações. Deleuze serviu-se de figuras geométricas para pensar o funcionamento dos agenciamentos, arranjos constituídos por matérias em ininterrupta mudança e transformação. Trajetos e matéria em devir, tracionados por relações de força. Matéria que realiza percursos rizomáticos: simultaneamente, realiza um procedimento de reterritorialização por linhas de segmentarização e um movimento de desterritorialização, por linhas de fugas. É por “[...] rizoma que o desejo se move e produz.” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 32).

Se tudo é vivo, não é porque tudo é orgânico e organizado, mas, ao contrário, porque o organismo é um desvio da vida. Em suma, uma intensa vida germinal inorgânica, uma poderosa vida sem órgãos, um Corpo tanto mais vivo quanto é sem órgãos, tudo o que passa entre os organismos. (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 226).

Um CsO é anterior aos estratos, à organização dos órgãos, “[...] ovo intenso que se define por eixos e vetores, gradientes e limiares, tendências dinâmicas com mutação de energia [...]”(DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 14). Não se opõe aos órgãos, mas à organização dos órgãos que se denomina organismo. Organização que nos fixa em estratificações, “[...] que lhe impõem formas, funções, ligações, organizações dominantes, transcendências organizadas para extrair um trabalho útil.” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 21).

“Um corpo é tão-somente um conjunto de válvulas, represas, comportas, taças ou vasos comunicantes: um nome próprio para cada um, povoamento do CsO.” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 13). Experimentação política, biológica que queremos organizar, reterritorializar em visagens padrões.

No espaço externo do hospital, parada diante do Centro de transplantes, observo um motorista de um táxi descer do volante e abrir o porta-malas do carro para retirar uma caixa com os dizeres: rins. O motorista auxilia uma desajeitada funcionária do hospital a colocar a caixa sobre um aparentemente frágil carrinho de

metal, para em seguida, ser conduzido, rapidamente, titubeante, para dentro da unidade hospitalar.

Qual é o tamanho do rim a ser transplantado? Com quais fluxos políticos, econômicos, sociais, afetivos depende, com quais consegue conectar-se, quais intensidades passam, circulam e bloqueiam para se produzir num novo corpo, desterritorializações e reterritorializações em outros corpos maquínicos?

Exposta ao mundo, recolho matérias expressivas que afetam meu corpo, põem em movimento suas forças. Experimentar um penoso e arriscado caminho de abrir palavras bem estabelecidas em racionalizações proliferantes em discursos indiretos livres.

Experimentar. Fazer uma carta aberta do agenciamento prisão que conecte os diferentes fluxos de matérias expressivas em modificação devir. Seguir as desterritorializações e reterritorializações conforme agenciamentos de corpos analisáveis dentro de uma máquina abstrata ou corpo sem órgãos, que transborda e se amplifica. É operação construída como uma ação política, já que ela própria faz parte do arrançamento em análise.

Analisamos alguns regimes de códigos e sinais de visageização/rostificação nesta tese.³ Analisamos algumas práticas discursivas, gestuais, intervencionais, jurisdicionais nos seus prolongamentos, nos interstícios dos componentes heterogêneos da máquina abstrata da qual faz parte; “Trata-se de apreender [...] o poder em suas extremidades, em seus últimos lineamentos, onde ele se torna capilar (FOUCAULT, 2010, p. 25).

Propomos também trazer procedimentos que operam a desestratificação da loucura/doença mental/delinquência: sair dos estratos das interpretações significantes, da organização humana e da subjetivação.

A máquina abstrata dos aprisionamentos, com uma geografia, uma geopolítica, uma geofilosofia, enfim, como um dispositivo/arrançamento biopolítico das populações, é uma estranha fábrica que produz sempre e mais novos desviantes ao mesmo tempo em que os mantém dentro desses dispositivos.

Concebemos este trabalho construindo conceitos que visam fazer uma geofilosofia encarnada em nossos corpos, nossas instituições contemporâneas

³ Utilizarei simultaneamente os vocábulos visagem e rostificação pois tratam-se do mesmo conceito de Gilles Deleuze e Félix Guattari, referentes na língua francesa e traduzida ao português.

fazendo desmarcações para fora das amarras reterritorializantes da doença mental e da delinquência.

Examinamos o percurso estratificante e expansionista dos aprisionamentos, seus elementos constitutivos, suas proposições no social. Dispomo-nos a analisar os arranjos dos quais fazemos parte. Alongada e amplificada nos resta a interrogação: existe algo novo que rompa as evidências? Estamos dispostos a interrogar nossas práticas de especialistas?

Estaríamos preparados para viver sem a dicotomia saúde mental e saúde? Não se trata de problematizarmos a existência ou não da loucura/doença mental. Trata-se do quanto suportamos a fruição da potência de cada um. Estaríamos dispostos a desamarrarmo-nos das instituições, daquilo que convencemos e de que estamos convencidos?

Realizamos este percurso através de três eixos constituintes de um corpo sem órgãos.

- 1) analisar cartograficamente visagens e paisagens dos maquinismos de fechamentos. A proliferação, a amplificação dos procedimentos de controle: sociedade de soberania, sociedade de normalização e sociedade de controle;
- 2) visibilizar aspectos da vigilância consentida: as partilhas biopolíticas estatais majoritárias e os mecanismos de conformidade e ajustes necessários para sustentar um modo de vida capitalista; as redundâncias e exacerbações dos estriamentos das políticas sociais em nome da segurança;
- 3) buscar, no cotidiano, experimentações que se propõem a sair dos procedimentos de visageização (diagnósticos, interpretações, recomendações). E que operam a desestratificação da loucura/doença mental/delinquência e da organização humana.

Leis, decretos, grades explicativas não devolvem o direito de invenção, o direito do desassujeitamento às marcas e amarras subjetivantes. Por isso, acontecimentalizamos os espaços estriados das instituições, sendo urgente “[...] perdermos as ilusões que ainda temos com relação às instituições.” (FUGANTI, 1994, p. 81).

E fica esta pergunta: como fazer renovadas conexões potentes de vida mesmo quando as regras do jogo de verdade estão postas?

Através de fragmentos expressivos do cotidiano, de um rumor emanado do arranjo maquínico do desejo e coletivo de enunciação, propomos analisar as disputas entre saberes e poderes que se exercem sobre a vida.

Espreitar um discurso indireto livre para romper nossas amarras de pensamento, para exercitar a acontecimentalização, no próprio jogo de forças institucionais do qual fazemos parte. Pensar por diferença, por intensidades e movimentos. Propomo-nos a apresentar e analisar algumas práticas insidiosas, silenciosas e potentes que escapam, não se deixam capturar inteiramente pelas linhas de segmentarização dura dos tratamentos predominantes.

Tomar as palavras de empréstimo para, na intensidade expressiva delas, fazer aflorar as forças da vida, para marcar com elas o território acadêmico. Portanto, propomos uma formação acadêmica mais sensível aos movimentos políticos da vida dos corpos, aos ínfimos maquinismos sempre em transformação.

Abrir linhas que transversalizam o campo unitário do discurso psiquiátrico e psicológico através da genealogia foucaultiana, buscando romper com dicotomias ainda tão demarcadas em nossas práticas mais comuns. Em suma, acontecimentalizar para romper a evidência de nossas práticas e dos saberes, cujos corpos encarnam a loucura, a delinquência, os erros do existir.

Para ir além do jogo de regras que seleciona, dentro da massa de discursos, efetivamente os que exprimem certas práticas de funcionamento do aprisionamento e o que pode ser dito, conservado e reativado na lembrança, é preciso fazer a acontecimentalização dos saberes-poderes através de uma genealogia ou uma cartografia:

Que é preciso entender por acontecimentalização? Uma ruptura da evidência, primeiramente. Aí, onde se estaria bastante tentado a se referir a uma constante histórica ou a um traço antropológico imediato ou ainda a uma evidência se impondo do mesmo jeito a todos, trata-se de fazer surgir uma 'singularidade' [...] Analisar os acontecimentos que a história "desacontecimentalizou" em mecanismos econômicos, antropomórficos (FOUCAULT, 1994a, p. 23-25).

A questão que Foucault coloca é analisar os acontecimentos com a tarefa de discerni-los, dentro dos agenciamentos, "[...] achar de novo as conexões, os encontros, os apoios, os bloqueios, os jogos de força, as estratégias [...]" (FOUCAULT,

1994a, p. 23). Recusar, portanto, as análises que se referem a um campo simbólico, da língua e dos signos:

A historicidade que nos leva e nos determina é belicosa; ela não é linguageira. Relação de poder, não de sentido. A história não tem sentido [...] ao contrário, ela deve poder ser analisada até dentro de seu menor detalhe: mas segundo a inteligibilidade das lutas, das estratégias e das táticas. (FOUCAULT, 1994e, p. 145).

Acontecimentalizar requer fazer a genealogia ou a cartografia dos corpos e dos acontecimentos, distingui-los, diferenciar quais as redes a que pertencem, a quais arranjos de forças se ligam, de quais matérias se constituem. Acontecimentalização na pesquisa genealógica consiste em realizar uma “desmultiplicação causal”, isto é, analisar os processos que fizeram, num momento dado, a emergência do acontecimento loucura, do acontecimento delinquência, seus maquinismos, suas linhas e movimentos de cuidados expressos em práticas gestuais e enunciativas que em seguida, vão funcionar como evidência, universalidade, necessidade (FOUCAULT, 1994a, p. 23). Acontecimentalizar os eventos em uma pesquisa tem uma função teórico-política, segundo os processos que os constituem. E preciso romper as evidências do que analisamos, do que apoia nosso saber, nossas referências históricas, com as imposições do mesmo jeito de pensar, fazer e sentir. O cotidiano, num dispositivo de tratamento de saúde mental ou num dispositivo de tratamento da delinquência, evidencia, nas sutilezas das conversas, nos comentários, nas ações mais naturalizadas, o maquinismo evidente e conservador da loucura e da delinquência a ser tratada, do qual fazemos parte. Na mais sensata intenção de cuidar, promovemos e reificamos políticas de segmentação, exclusão e silenciamento, mas, também promovemos rupturas, fugas deste estado de coisas. E quais linhas promovem, fazem surgir singularidades não codificadas à doença ou à transgressão?

Nos ocuparmos com a proveniência destes corpos que exprimem as marcas, as singularidades mais sutis, dos entrecruzamentos das redes em que se formaram. Fazemos aflorar, na medida de nossas forças, intensidades e sensações com a proliferação dos acontecimentos, dos conceitos que formaram e sustentaram esta trama institucional. A investigação da proveniência das matérias pesquisadas trata do conjunto de ligações políticas, sociais, afetivas, econômicas e científicas. Mostra a

heterogeneidade e a fragilidade daquilo que parecia sólido e unificado. Mas o que sustenta o que parece conforme? É no corpo que se inscreve a proveniência dos acontecimentos, no corpo institucional, no corpo dos indivíduos.

Corpo: superfície de inscrição dos acontecimentos (enquanto a linguagem os marcam e as ideias os dissolvem), lugar de dissociação do Eu (ao qual ele tenta atribuir a ilusão de uma unidade substancial), volume em perpétua pulverização. A genealogia, como análise da proveniência, está, portanto, na articulação do corpo com a história. Ela deve mostrar o corpo inteiramente marcado pela história, e a história arruinando o corpo. (FOUCAULT, 2005, p. 267).

Se pensar e ser são inextrincáveis, que planos de imanência traçar, para que, além de resistir aos investimentos de um modo de existência capitalista, se construa o exercício de diferenças afirmativas, incomparáveis, instituintes de novos modos de pensar e de ser, onde louco e não- louco, nada indique além de uma licença poética?

A ideia que propomos aqui é, a partir das separações cada vez mais renovadas, encontrar saídas mais potentes ou múltiplas saídas, aos efeitos centralizadores de poderes e saberes. Nas experimentações vitais, na possibilidade de assunção das diferenças de cada um. Quebra protocolar das indicações de boa saúde universal, acolhendo o que nos move, o que temos de potente e vontade de viver para fora do esquadrinhamento normatizante. Buscamos fazer este exercício de despersonalização, seguir estes deslocamentos, fazer a genealogia das forças, fazer a carta. “Devir-clandestino, fazer rizoma por toda a parte, para a maravilha de uma vida não humana a ser criada.”(DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 61).

2 VISAGENS E PAISAGENS: OPERAÇÕES BIOPOLÍTICAS

Visagens e paisagens

Animais frágeis que somos, um universo conspira livremente, independente da soberania humana. Amedrontados diante dos jogos do acaso com o universo, tudo é meio, se cruzando aos jogos dos acasos dos encontros, cujos limiars de afeto permitem passagens, fazem bloqueios. Diante de afecções intoleráveis da vida, constituímos agrupamentos de indivíduos que passam a ser considerados perigosos/indesejáveis/incapazes para o convívio mais comum. Seleções biunívocas são operadas por uma máquina abstrata do capital, a serviço do seu funcionamento expansivo. Mas o que ainda resta a interrogar destas ações de segmentação e eliminação insistentemente denunciadas? Seres com capacidade de pensar, sentir, criar conceitos, filosofia, arte e ciência, continuamos mecânica e ininterruptamente a classificar, selecionar, conter elementos considerados intoleráveis à convivência comum.

Visagens e paisagens dos aprisionamentos no contemporâneo. Vagarosamente, insidiosamente, a vida humana torna-se cada vez mais esquadrihada, vigiada, selecionada. Quando você passa a ser reconhecido como desviante? Como você se vê como desviante? O que passa e o que não passa neste conjunto quadriculado de poderes e saberes das instituições? Quais são os códigos, os limiars de passagens que selecionam e permitem a passagem de um corpo, de um estado a outro, por diferentes meios, que dão carne aos acontecimentos enlouquecer/adoecer/delinquir?

Nossas condutas cada vez mais perscrutadas, contaminadas em “um jeito bom de ser”. Vigiados e vigilantes, os indivíduos tendem a se tornar cada vez mais suspeitos e, portanto, perigosos e ameaçadores uns aos outros. Contagiados e desconfiados, nos prevenimos contra o acaso, exigimos cada vez mais proteção e segurança.

Imersos num mundo constituído por arranjos de arranjos, matérias que ocupam espaços de acordo com os graus de intensidade produzidas. Uma máquina abstrata, um corpo-sem-órgãos é pura experimentação, é um conjunto de práticas povoadas de intensidades que passam, circulam, abrem e fecham os movimentos dos fluxos. Eixos, vetores, gradientes, limiars (DELEUZE; GUATTARI,

1996, p. 14) provocam toda esta movimentação intercessora, energia desejante cujas reações fazem aparecer novos funcionamentos, todo um mundo maquínico constituído de conexões heterogêneas.

Agentes da ordem selecionam em nome do Estado: poder soberano de revistar, desnudar, insultar, violentar. O Estado, a partir de visagens padrão, cumpre a função de proteção social, produzindo o adolescente errado. O adolescente ao cometer a violência, obedece ao esperado, cumpre uma ordem. Em determinados espaços da cidade, as vidas são consideradas mais banais. Nelas, operadores do Estado podem fixar e estabelecer marcas, visagens confirmatórias dos destinos reservados a estas crianças e adolescentes. Um conjunto de arranjos precarizantes definem marcas, acentuam contornos que levam estes indivíduos a cumprir suas “sinas”. Caminhos estreitos que conduzem a espaços mais curtos ainda.

Viver a multiplicidade arborescente é conceber um universo onde tudo se unifica por linhas de agregação, de segmentarização. A organização decorrente concerne à produção de segmentos, complementares, antagônicos, neutralizantes: formas, gêneros, temas, instituições, estratos, estamentos, sujeitos. Dificilmente conseguimos pensar/sentir em uma multiplicidade rizomática, animada apenas por movimentos e repouso (longitude) e por afetos e intensidades (latitude) de elementos não formados (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 109). Nossas redes neuronais logo galopam para a afirmação de um mundo dos estratos, dos estriamentos, das subjetivações, das significâncias, dos organismos. Quase não encontramos escapes para fazer rachaduras neste grande invólucro de um mundo que constitui nossos sentidos, nossas palavras de ordem, nosso pensamento por imagem, percebidos por nós como evidentes.

Instigados por necessidades crescentes de bem estar, acolhemos as práticas de constante avaliação, de julgamento, práticas de aprisionamento/confinamentos naturalmente aceitas. Gestão da vida que opera maquinismos ora para fazer obedecer, ora para sermos obedientes; ora para vigiar ora para sermos vigiados; ora para des/encaixar ora para sermos des/encaixados. Estabelecemos binarizações fatiando o mundo entre perfeito/imperfeito, bonito/feio, normal/anormal, feliz/triste, bom/ruim:

Globo Repórter:

- *O olhinho do pai parece que até enche de água, né?*

Anésio Picinatto:

- *É, não é fácil, né? Ver ela desse jeito?! Quem é que não gostaria de ter ela perfeita?*

Globo Repórter:

- *Mas o senhor tem uma filha muito forte, muito alegre, muito vibrante, um exemplo.*

Anésio Picinatto:

- *Ah não, isso não posso me queixar, é muito especial mesmo! É que nem diz, 'é um anjo que caiu ali e ficou pra nós'.*

Globo Repórter:

- *Se você tivesse que dar um adjetivo pra você, você daria o quê: normal ou anormal?*

Tatiane:

- *Normal!*

Globo Repórter:

- *Bonita ou feia?*

Tatiane:

- *Bonita!*

Globo Repórter:

- *Feliz ou triste?*

Tatiane:

- *Feliz!*

Globo Repórter:

- *A vida é boa ou ruim?*

Tatiane:

- *Maravilhosa!⁴*

Não são apenas ingênuas perguntas. A partir de um atributo de imperfeição da jovem entrevistada, que “heroicamente” consegue vencer em uma vida que admite a diferença desde que ajustada a determinados modo de viver. A cândida violência das perguntas bi-unívocas, evocadas em pleno século XXI, permanecem elevando enormes muros dicotômicos que levam a investir a vida em atos heróicos. Assertivas dóceis, significantes de procedimentos biopolíticos estatais permanecem cimentando

⁴ Fragmento da reportagem intitulada: "Amigos se Afastaram..." do programa Globo Repórter, exibido no dia 18 out. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/globo-reporter/noticia/2013/10/amigos-se-afastaram-diz-vitima-de-bullying-por-problema-na-coluna.html>>. Acesso em: 05 dez. 2013.

muros fortemente legitimados através de organizações normativas cada vez mais confirmatórias de rejeições ao mesmo tempo conciliadoras: é tortinho, mas a gente ajeita.

Mutação de corpos se expressam através dos acontecimentos que os arranjos de arranjos de corpos encarnam. Uma máquina abstrata produz seus regimes de sinais, produz visagens. Quando dizemos “isto é loucura/infração” não é uma escolha qualquer. É uma sentença, tanto linguística, quanto filosófica e científico-jurídica, que carrega códigos e regimes de verdades de uma máquina abstrata de visageidade, que insere e opera seus traços e faz expressar matérias em reportações com sua construção histórica institucional.

“A máquina abstrata de visagem assume um papel de resposta seletiva ou de escolha.”(DELEUZE; GUATTARI, 1996, V. 3, p. 44).

As máquinas de visagem da loucura e da delinquência vão aparecer lentamente, conforme “[...] as combinações deformáveis de suas engrenagens.” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 33) construindo organismos, rostos, feições, significâncias e uma subjetividade de um sujeito consciente preso a determinados estereótipos, padrões. Quando supomos que algo “é”, deixamos de examinar suas reportações e proveniências. Fixamos em padrões avaliativos evidentes, práticas de aprisionamentos vão fazendo pensar que maquinismos de seleção e contenção, assim como as instituições que dão corpo a estes desvios são necessárias e indispensáveis para a recuperação de um sujeito a ser corrigido. “A questão é saber em quais circunstâncias esta máquina é desencadeada.” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 35).

Alguns agenciamentos, particularmente nas formações despóticas “[...] impõem significância e subjetivação.” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 48). Formas de expressão pressupostas a novos conteúdos. Móveis, os agenciamentos agem precisamente para esmagar tudo o que os contraria. Fazem alianças, “[...] dão à nova semiótica os meios de seu imperialismo, isto é, ao mesmo tempo os meios de esmagar os outros e de se proteger de qualquer ameaça vinda de fora.” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, V. 3, p. 49). Produz-se um esmagamento das semióticas polívocas, heterogêneas em direção de uma semiótica da significância e da subjetivação. Grandes muros têm necessidade de destruir a multiplicidade de dimensões sobrelineares da linguagem. À serviço da produção de visagens, eles achatam todos os volumes, as linhas: “É assim que se fala”, “é assim que se silencia” à “biunivocização significativa e por binarização subjetiva.” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 48).

– *O que tu esperas de um guri destes.* A máquina de visageidade submete e traduz os conteúdos a uma só expressão, significativa e subjetiva. Moldagem que submete aquilo percebemos, sua forma de expressão e sua forma de conteúdo aos pressupostos biunívocos. A relação entre o enunciado e os pressupostos implícitos da fala é de redundância, a partir de dois termos relacionados.

– *Quando te formar eu quero vir provar de tua comida* – diz uma repórter num programa televisivo, com um tom de voz infantilizado dirigido a um entrevistado com síndrome de Down. Um idioma está preso a rostos que enunciam os enunciados, os difundem em relação aos sujeitos concernidos. “O rosto é um verdadeiro porta-voz.” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 47). Uma máquina abstrata de visageidade produz os rostos traçados pelas seleções, pelas dicotomias. A máquina procede ao esquadramento prévio da visagem que possibilita a discernibilização dos elementos significantes, a efetuação de escolhas subjetivas.

Portanto, uma língua não é inocente. Aquilo que é dito é construído em um regime de significações presas a visagens que anunciam enunciados em conformidade a uma máquina de visageificação. “Não existe significância independente das significações dominantes nem subjetivação independente de uma ordem estabelecida de sujeição. Ambas dependem da natureza e da ordem de transmissão das palavras de ordem em um campo social dado.” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 17).

Instituições que prestam serviços à parcela da população confinada em asilos, prisões, escolas, fábricas, casernas, operam triagens, distribuem rostos, reafirmam lugares destinados a determinados segmentos da população:

Adolescentes pobres cada vez mais se entregam ao que já está organizado nos espaços contaminados por um mesmo jeito de governar.

Diz um adolescente cumprindo medida socioeducativa, em 2013:

– *Durante seis meses, depois de sair do supermercado, pegava um ônibus para voltar para a ilha. Na frente do bar de um primo meu, uns brigadianos⁵ seguidamente vinham me abordar: me revistavam, me mandavam arriar as calças, me chamavam de vagabundo. Eu ficava cada vez mais com raiva. O que a senhora se tivesse no meu lugar faria? Não adianta. Quando se mora em vila a gente fica marcado.*

⁵ O termo Brigadiano é uma expressão popular, relativa a Brigada Militar do Rio Grande do Sul. O vocábulo brigadiano possui uma ambivalência, pode ser entendido como algo ruim e para outra como um valor positivo. Disponível em: <http://www.abcdaseguranca.org.br/?page_id=396>. Acesso em: 25 nov. 2014.

Eu:

- *Cumpriste bem a ordem deles.*

Diz o adolescente:

- *Ééé... Fui obediente!*

Podemos considerar três grandes eixos, estratos que nos amarram mais diretamente à visageificação produzida pela máquina abstrata de visageidade. Estratos que produzem a superfície de um sujeito organizado, enunciador e enunciado de interpretações significantes (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 22). Sistema muro branco-buraco negro é “máquina abstrata de visageidade” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 33).

O eixo do organismo da máquina abstrata de visageidade constitui a organização dos órgãos do corpo por movimentos de desterritorialização à velocidades diferentes e por reterritorialização sobre um ponto de articulação da significância e da subjetividade, ponto orgânico onde aglutinam modos de pensar, perceber e ter uma consciência (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 22).

O eixo da significância da máquina abstrata de visageidade constitui a superfície de inscrição de signos e redundâncias (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 31). Constitui uma espécie de tela, de um quadro no qual fazemos codificações das expressões e define rapidamente conforme conexões já vistas: “Só de olhar, sabemos que ele tem um problema”.

O eixo da subjetividade da máquina abstrata de visageidade constitui a superfície que aloja uma “[...] consciência, sua paixão, suas redundâncias.” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 31).

Marcas subjetivas é uma questão política. Marcas que, por sorte, acaso ou azar podem promover cronicidades ou inventividades. Como quebrar com as fixações, como desterritorializá-las?

Corpos vigiados, controlados, condenados ininterruptamente através de gestos e palavras. Mas quem seleciona o que inclui, o que passa a constituir estes rostos?

Conta um agente de políticas públicas, sobre um adolescente cumprindo prestação de serviços comunitários:

Agente de políticas acadêmicas:

- *E ele ali, todo feliz, carregando a mochila com o material do vídeo, nos disse: temos que entender mais de políticas de direitos humanos para fazer nosso*

filme! Eu e o pessoal ficamos emocionados ao ver como ele estava sentindo-se como um membro da equipe.

De modo benevolente, os jovens acadêmicos buscam assimilar o jovem perigoso ao grupo dos jovens estudantes. Jovens que se emocionam por possibilitar resgatar/curar um jovem considerado perigoso. Um jovem que busca entrar no funcionamento de um grupo acadêmico ao qual busca promover e potencializar com suas práticas de vídeo. Não se trata de dois grupos que se afirmam na diferença de saberes, trata-se de dois grupos, onde um está dentro e o outro fora dos ajustes sociais. A possibilidade do adolescente se sentir como um membro da equipe de filmagem difere do devir de um membro da equipe. Muitas vezes, tendemos a admitir aproximações com um jovem que cometeu uma ilegalidade com a marca da justiça penal, enquanto uma vida, mantendo ainda, limitações dos saberes diferenciais, dos “saberes desqualificados”. Mas percebe-se um suplemento tutelar que por si mostra o quanto lugares de poder e saber não são fáceis de aceder.

Num campo onde ocorrem multiplicidades de cruzamentos, um olho seleciona, “[...] forma lugares de ressonância, que selecionam o real, mental ou sentido, tornando-o antecipadamente conforme a uma realidade dominante.” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 32). Um significante dominante que não varia, um padrão tende a esmagar o que contraria com novas alianças.

Construímos esquadrinhamentos sociais, diferenciações comparativas, evidenciando vidas que podem ser promovidas, ajustadas, ou mesmo esquecidas. A máquina abstrata do capital dispõe, cada vez mais, comportamentos humanos em torno da produção, da distribuição e do consumo de produtos de controle.

É muito comum ouvirmos dentro e fora de instituição de confinamento que os adolescentes envolvidos em atos infracionais “estão chegando com o perfil cada vez mais agravado”. Perfil, palavra amplamente utilizada em trabalhos acadêmicos e no dia a dia, cujo significado parece remeter a uma única direção, principalmente oriunda da sua divulgação sistemática pela língua inglesa, define-se por critérios avaliativos, que demarcam determinadas qualificações estatísticas. Perfil, em inglês, designa a “[...] pequena descrição que dá importantes detalhes sobre uma pessoa, um grupo do povo ou um lugar”. O conceito *offender profiling*, traduzida em português como “perfil ofensor”, refere-se ao “processo do estudo de um crime, especialmente um matador, fazendo julgamentos sobre o caráter da pessoa que o cometeu”. Diz-se *racial profiling*, “[...] quando um povo que pertence a uma particular raça ou grupo

são parados e procurados porque a polícia pensa que eles provavelmente cometeram crimes”.⁶

Tendemos a examinar realidades, baseadas em pressupostos, elaboramos naturalmente determinados perfis e, de acordo com as conexões instituídas, podemos produzir mais ou menos ajustamentos e, com isto, cada vez mais novos confinamentos. Reafirmamos e corroboramos os perfis agravados contra os quais se precisa estar prevenido.

Escuto de um agente de políticas públicas da saúde em Porto Alegre, em 2014:

- Os guris em medida socioeducativa a gente já conhece bem: têm mais dificuldade de vínculo, são desconfiados, querem o tempo todo nos enganar.

E também, de um agente de políticas públicas de segurança para um agente de políticas públicas de educação:

- Na aula, não dá para descuidar! Eles são ligeiros!

E segue,

- Estes guris matam e choram no velório! O que tu espera de um guri destes?

- Este guri erra tanto que nem fazer o filho ele faz direito (comentário a respeito do filho com síndrome de Down).

Como romper com a evidência das marcas nos corpos? Como descolar os regimes de verdades que produzem, dentro das racionalidades da violência, a produção do erro, os destinos esperados, circunscritos a condutas violentas e transtornos mentais? Como desestratificar?

Instituições meticulosamente antecipam, ampliam, mortificam e corroboram com este estado de coisas: alimentam comparações, estabelecem balizas, executam seleções entre os que podem ser investidos. Fixam, graduam e reforçam confinamentos. Fazem parte dos regimes de verdade, codificam sinais de um funcionamento biopolítico majoritário: “Determinados agenciamentos de poder têm necessidade de produção de rosto” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 42).

Diz um Agente socioeducador sobre a determinação do Ministério Público de atender os adolescentes com demandas em saúde mental:

- É necessário identificar o problema e tirá-lo para não estragar os outros. As transferências são necessárias para oxigenar. Mudou o perfil dos adolescentes, precisa mudar os agentes. O atendimento especial é necessário pois concentra num

⁶ Conforme o dicionário de inglês: LONGMAN Dictionary of Contemporary English. Essex: Pearson Education Limited, 2007, p. 1309.

lugar quem é bandido, que manipula os mais bobos, os mais infantis. Se o IPF⁷ existe para os maiores, porque não pode existir para os adolescentes? O problema deve ser identificado e encaminhado para o atendimento certo.

Qual é a visagem dos aprisionamentos no contemporâneo? Com quais máquinas se engatam no agenciamento loucura/delinquência na atualidade?

O rosto é redundância. “E faz ele mesmo, redundância com as redundâncias de significância ou de frequência, e também com as de ressonância ou de subjetividade.” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 33).

“O rosto é uma política” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, V. 3, p. 50). E não podemos desconsiderar a reportagem do rosto com a realidade social que a produz. Portanto se falamos de uma máquina trituradora e homogeneizante de visageificação, falamos de agenciamentos de poder que necessitam desta realidade social.

Diz uma jovem adulta em passeio a um shopping, em Porto Alegre, em 2014:
- *Aqui neste shopping só tem “tigrada”.*

Tigrada, palavra usada na mídia, para indicar pessoas oportunistas (NUNES, 2012). Trata-se de uma marca de visageidade de consumidores adolescentes com baixo poder de compra que passeiam em grupo, sem necessariamente consumir produtos. Um conjunto de traços minoritários desviantes do padrão majoritário ao qual pertence a jovem adulta, pronta a julgar, delinear e incluir este perfil.

E “tigrada” impõe-se como palavra de ordem. A relação de pressuposição implícita entre a enunciação individual e o ato de fala, que se cumpre no seu enunciado, é palavra de ordem. Concerne a uma relação de redundância entre aquilo que se fala e o que faço fazer. As palavras de ordem portam a redundância entre os enunciados e os pressupostos implícitos – atos de fala – que somente se cumprem nestes enunciados.

Traços arranjados num procedimento de reterritorialização destacados do edital de Mino Carta:

“Eu gostaria que a tigrada saída da periferia fosse ao Chopis Centis com intenções outras que se encantar com as vitrines, comer “bichos estranhos” salpicados de gergelim em lugar de aipim, e sonhar com grifes inalcançáveis.” (CARTA, 2014, documento eletrônico).

São traços de visageidade construídos pela máquina abstrata de visageização capitalista, cujo centro de compras climatizado, cheiroso, suntuoso, vigiado,

⁷ Instituto Psiquiátrico Forense.

asséptico, sedutor torna-se a paisagem, que opera o encontro entre visagens consumidoras e visagens distribuidoras e, invisivelmente, as visagens produtoras, que geralmente não consomem.

No capitalismo, a máquina de visageidade ganha territórios e extensão: responsável pela “produção social de rosto”, ela “[...] opera uma rostificação de todo o corpo, de suas imediações e de seus objetos”, fabricando “uma paisagificação de todos os mundos e meios.” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 49).

Ela produz arranjos em que as relações de força constituem e selecionam visagens, dentro de uma organização econômica de poder, especialmente na sociedade de normalização, com suas barreiras e divisórias, e da sociedade de controle, com suas senhas de acesso e permissões vigiadas.

Pode-se datar a máquina de visageidade ganhando amplitude, prolongamentos e impregnação nas formações sociais no desenvolvimento “[...] atribuindo-lhe o ano zero do Cristo e o desenvolvimento histórico do homem branco”. Se podemos falar de uma máquina de visageidade com penetração completa na “[...] semiótica de Homens brancos modernos, a mesma do capitalismo, alcançou esse estado de mistura no qual a significância e a subjetivação se prolongam efetivamente uma através da outra.” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 50).

Um agente de políticas educacionais, diante de uma plateia constituída por adolescentes cumprindo medida socioeducativa, prestes a saírem em liberdade, oferece duas opções e pergunta qual eles escolheriam. A primeira é ganhar o dinheiro no mesmo dia subindo e vendendo drogas, a segunda é esperar um mês trabalhando todos os dias. Diante das risadas em relação a primeira mas a escolha da segunda opção, ele salienta as vantagens dela: trabalho esforçado.

O agente operador das políticas sociais interroga qual escolha torna um trabalhador ilegal ou trabalhador padrão. Duas máquinas políticas que operam sobre comportamentos, seleção, encaixes, significações. A máquina abstrata de visageidade funciona por biunivocização. Como um sistema buraco negro-muro branco, ela opera de duas maneiras, relacionada aos elementos e as escolhas.

Ela, agachada, um tipo indígena. Ao seu lado, um tipo assim... caucasiano, normal... Me descreve um agente de saúde em conversa informal.

Quanto aos elementos, o buraco negro (eixo da subjetividade) funciona age um terceiro olho (câmera, ponto central “consciência”). Cristo (homem, branco, médio,

WASP estadunidense⁸). No Brasil, corresponde ao homem, branco, católico, trabalhador, que se move sobre um muro branco (eixo da significância). Em resumo: qualquer que sejam os conteúdos dados, a máquina abstrata da visageidade imprime no muro branco correlações biunívocas, formando uma unidade de visagem: pobre ou rico, tratável ou não tratável, especial ou normal. “Cola-se dentro de um rosto mais do que se possui um rosto (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 44).

Um adolescente caminha pelos corredores da unidade cantarolando Milton Nascimento.

Agente socioeducador:

- Nem parece que ele é daqui.

A paisagem dos adolescentes de periferias é constituída de licenciosidade nas vestimentas, música “Funk”, tênis de marcas, paisagem constituída por arranjos de corporações multinacionais, escolarização precária, moradias em áreas sem urbanização e saneamento. Cantar Milton foge desta visagem padrão.

Quanto às escolhas, a máquina abstrata de visageidade opera por julgamento, por correlação binária, se passa ou não passa, em relação à visagem padrão: “[...] a cada instante a máquina rejeita rostos não-conformes ou com ares suspeitos.” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 44).

A visagem cumpre o que a biopolítica compõe: de um lado, faz funcionar uma maquinaria conforme regras instituídas, o que diz está inscrito em um regime de verdades em uma gestão racionalizante. De outro, faz funcionar o ajuste e a obediência de adolescentes que possuem um perfil agravado. Interpretações significantes remetidas a conexões já vistas, com sentidos previstos. A visagem maquínica política opera por bi-univocidade, escolhas de gênero, traços fenotípicos, padrões majoritários entre funcionários estatais e adolescentes.

Exercícios de poder: escolhe-se um modo padrão para considerar o que é erro/acerto. Adolescentes exercitam seu poder, escolhendo portar os traços que consideram padrão. Muitas vezes, tendem a estabelecer hierarquias, submetem as mulheres, tratando um homem feminino como sendo de outra categoria. Mesmo entre os desgarrados, criam-se padrões, dentro de sucessivas roldagens de “detecção de desvios” a serem redistribuídos pelo buraco negro e a serem reinscritos sobre o muro branco.

⁸ Corresponde ao WASP estadunidense, cujo acrônimo, em inglês, significa: Branco, Anglo-Saxão e Protestante (White, Anglo-Saxon and Protestant).

A política asilar é a do espaço estriado. Maquinaria política, de operação de seleção e encaixes de comportamentos. Bons e maus delinquentes. Bons e maus loucos. Mas não se trata de totalizações. F. é um bom delinquente porque um dia trabalhou. Poderia ser considerado um mentor de fugas e rebeliões se não fosse estrategista para não se envolver com questões de delinquentes da instituição. Desde sua primeira audiência sabia que não precisaria se envolver com a maquinaria suja de fugir. Diferente dos outros adolescentes F. faz parte da visagem do bom trabalhador: branco, com trabalho padrão, com comportamento aparentemente adequado, não louco entra e sai da prisão sem algemas.

Perfil agravado dos adolescentes pressupõem ressonâncias e frequências de significações de adolescente perigoso, são, portanto corpos ajustados, adequados ao padrão esperado.

Diz o professor Ruan, da Escola de funk do Bairro Guajuviras, em Canoas, em Porto Alegre, em 2013:

- Um dia recebi alguns alunos com deficiência mental, agora são chamados de especiais. Na hora eu levei um susto, não sou psicólogo e nem assistente social para lidar com eles! Não estava preparado para dar aulas de funk para este tipo de aluno... Mas quem é que está preparado? Não teria pessoas especializadas para fazer isto por mim. E isto que é bacana. Eu não era especialista em alunos especiais, eu tive que aprender com eles um jeito melhor de ensinar.

Através do movimento do corpo e na interação com o grupo, estes adolescentes de bairros pobres da cidade de Canoas encontram novas oportunidades em diferentes áreas de suas vidas. A função da música e da dança, muitas vezes, funciona como intercessora, lançando-os para novas conexões maquínicas.

Ruan ainda estratifica o devir-homem do animal, quando faz redundâncias de frequência, quando acentua a falta, a suposta deficiência. Ressonância pela falta, pela evidência da incapacidade cognitiva, em relação a uma minoria desviante (adolescentes pobres, de periferia). Minoria dentro da minoria: portador por si só de um prejuízo que deve receber suplementação, alunos com deficiência mental necessitam de especialistas.

Maioria não é entendida por uma quantidade maior. Maioria determina um estado, um padrão que supõe dominação em reportagem ao qual as quantidades maiores ou menores são ditas minoritárias.

“É neste sentido que as mulheres, as crianças (a adolescentes) e também os animais, os vegetais, as moléculas são minoritários.” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 88). Todo devir é um processo, são moleculares, “[...] o devir-minoritário é um caso político, e apela a todo um trabalho de potência, uma micropolítica ativa.” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 89).

Por outro lado, Ruan expõe, deste modo, a inconsistência das políticas sociais dirigidas a esta população, ao jogar alunos em uma turma, desconsiderando as necessidades de formação do professor. Visagem de um Estado espontaneísta que age com descaso com os professores, exigindo que resolvam situações complexas “do jeito que dá”. Os elaboradores das políticas estatais mostram, assim, o despreparo de suas ações para determinados segmentos da população, a disparidade da realização das políticas e suas táticas e estratégias práticas.

Faz-se a paisagem: mundo desterritorializado onde se constitui a paisagem antropomórfica, onde cabem as visagens e seus desvios (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 45). Constituímos um jeito de ser, de pensar, de agir redundante, padronizado, esperável, preditível-visagem de traços padronizados, dentro do estrato antropomórfico.

Como desfazer a visagem? “Desfazer a visagem é também uma política que engaja devires reais, todo um devir clandestino.” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 59).

Desfazer binarismos é explorar os meios onde estes corpos se esbatem, se misturam. Romper arcahouços a priori, desfazer comparações. É examinar em todas as direções o que afeta, o que faz mover, fazer novas conexões. O trabalho desenvolvido por Ruan mostra o quanto iniciou com uma significação do “aluno especial” e pode romper com as redundâncias, fazendo deste fato um intercessor, uma quebra do instituído. Singularidades que se conectam e faz surgir novas linhas, ao invés de uma organização seletiva. A esquizoanálise se propõe a perceber o tamanho do problema, quais máquinas que põem a funcionar, o que nem sempre é possível em condições de trabalho precário e excessivo, com professores aflitos e angustiados.

A rede carcerária.

Invenção desacreditada desde seu nascimento, no entanto, permanece sólida na manutenção de sua existência. Incorporada nos dispositivos de poder, quanto se trata de modificá-la, as dificuldades não vêm apenas das instituições judiciárias:

[...] o que resiste não é a prisão-sansão penal, mas a prisão com todas as suas determinações, ligações e efeitos extrajudiciários; é a prisão como recurso de recuperação na rede geral das disciplinas e das vigilâncias; a prisão, tal como funciona num regime panóptico. (FOUCAULT, 2011, p. 288).

Foucault (2011) aponta para um dos processos capazes de reduzir o uso da prisão, propriamente dita, que se refere a expansão das redes disciplinares com o aparelho penal. Intercâmbio dos poderes de sansão que possibilita ao aparelho penal exercer o controle dos corpos através da medicalização, da psicologização, da pedagogização. Em meio aos dispositivos de normalização cada vez mais estendidos, a especificidade da prisão disciplinar perde sua razão de ser. O problema político atual não está na continuidade de sua função corretiva, na disputa de poderes entre as especialidades. O problema está no avanço dos dispositivos de normalização e os efeitos de poder na construção de novas objetividades (FOUCAULT, 2011, p. 289).

O professor Oscar Vilhena, em programa televisivo, explica aquilo que denomina de Revolução Toquevilliana que ocorre no Brasil a partir de 1988: “[...] as pessoas começaram a perceber como iguais, independentes da sua condição social ser distinta, o filho da empregada não se sente mais subalterno como ela se sentia. O país se igualiza do ponto de vista da percepção. Todos são sujeitos de direitos. Isto gera uma expectativa de realização destes direitos e se defronta com uma sociedade que nega estes direitos... A revolta é a incongruência entre a expectativa de ser bem tratado e a negação que eu experimento no dia a dia”.⁹

Diz o jogador Tinga, ao comportamento da torcida em imitar sons de macaco toda a vez que ele pegava na bola:

- *Joguei durante anos na Alemanha e nunca passei por isso. Agora acontece em um país parecido com o nosso, cheio de mistura.*¹⁰

O “Arquipélago carcerário” é toda uma série graduada de suportes institucionais, qualificados tecnicamente operando dispositivos disciplinares a toda e qualquer ameaça à ordem (FOUCAULT, 2011, p. 281). Técnicas especializadas da instituição penal são disseminadas no espaço social. “Arte de retificar ao mesmo tempo que punir” e tem uma série de efeitos. Um deles é o poder judiciário creditar

⁹ Oscar Vilhena em entrevista no Programa Perfil. **Globonews**, 15 fev. 2014.

¹⁰ Entrevista disponível em: <<http://impedimento.org/tinga-sofre-racismo-no-peru-e-reage-com-altivez-trocaria-meus-titulos-pelo-fim-do-preconceito/>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

enorme ênfase nos diagnósticos, reconhecer o anormal e o normal, reivindicar o poder de curar e readaptar. Estabelecimento de uma nova economia de poder “que faz formular veredictos ‘terapêuticos’ e decidir por encarceramentos ‘adaptativos’”.

A segregação facilmente é tomada como solução para problemas complexos, analisados superficialmente: “só de olhar para ele, se vê que tem um parafuso solto, precisa de um psiquiatra”.

Uma vez que os juízes aceitam cada vez menos condenar por condenar, a atividade de julgar se multiplica com a difusão do poder normalizador. Apoiado pela “onipresença dos dispositivos de disciplina, apoiando-se em todas as aparelhagens carcerárias, este poder se tornou uma das funções mais importantes de nossa sociedade”. Temos juízes por toda parte: professor-juiz, psicoterapeuta-juiz, carcereiro-juiz “fazendo reinar a universalidade do normativo.” (FOUCAULT, 2011, p. 288).

Converso com um agente de segurança pública, em Porto Alegre, em 2013, que me pergunta:

- *Tu já tinhas trabalhado antes?*
- *Sim, já trabalhei no São Pedro.*
- *Lá é melhor!*
- *Por quê?*
- *Porque lá eles sabem que são loucos, aqui não.*

Constitutivas da maquinaria do Estado, as instituições de cuidado de loucos e de delinquentes exercem as funções às quais foram destinadas. Constroem-se paisagens e visagens que dão a “cara” dos operadores institucionais a partir dos arranjos que os constituem: funcionários, usuários, fornecedores de serviços. E se constrói principalmente a visagem do doente e do infrator. Os operadores da delinquência e da loucura são estimulados a refazer indefinidamente o serviço de seleção e de guarda dos elementos não integráveis.

“Vocês, *institucionalizados...*”, diz uma agente de políticas executora de medida socioeducativa em meio aberto, de instituição de ensino, em Porto Alegre, em 2013 referindo-se aos técnicos que operam medidas socioeducativas em meio fechado. A questão central das instituições de contenção dos desvios, como os da loucura e da delinquência é que eles se constituem numa rede múltipla de elementos diversos, carcerários, que se destinam a “aliviar, curar, tratar” que tendem, a exercer o poder de normalização, que não se dá em relação a uma lei central, mas em torno

do aparelho de produção. (FOUCAULT, 2011, p. 291). Estamos todos neste grande continuum que secciona, integra alguns e expande suas ramificações para integrar a todos em funcionamentos maquínicos, mais fluidos, mais duros.

O Artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente prevê a aplicação de medidas de advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semi-liberdade e educação em estabelecimento educacional (BRASIL, 1990a).

No cotidiano institucional, estas medidas são executadas por diferentes equipes. Existe uma grande pressão quanto ao modo de execução das políticas socioeducativas ao “meio fechado”. E existem oposições.

Diz um agente público de educação:

- Nem adianta dar cursos prá estes guris... é pura perda de tempo e dinheiro! Eles não querem aprender, não aproveitam as oportunidades! Não é do mundo deles estudar.

Bem demarcados, os saberes acadêmicos, muitas vezes, assumem uma posição de melhor conter através de procedimentos oxigenizantes. Tende-se a dicotomias: de um lado, os que executam medidas abertas e de outro lado, os institucionalizados, que executam medidas socioeducativas em ambiente prisional, a serem efetivadas em “[...] estabelecimento educacional com instalações adequadas e em conformidade com as normas de referência[...]” e outras disposições (BRASIL, 2012).

No processo biopolítico de normalização através de visagens e paisagens, muitos escapam, não se integram, atraindo outro acontecimento: a patologização. Em qualquer lugar, uma extensa maquinaria de aberturas e fechamentos está sempre disposta à reinserção pela recuperação ou a reclusão dos intratáveis.

3 A VIDA REDUZIDA ÀS INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS

Afinal, para quem servem as instituições?

Em um curto e denso artigo escrito em 1955, Deleuze (2004) distingue instinto e instituição. Diz que, na satisfação direta das tendências instintivas não há interdição. Em cada espécie é o fator fisiológico interno que engendra um comportamento qualificado para esta satisfação. Diferentes comportamentos para uma mesma tendência- fome, sexo, proteção... nas diferentes espécies é devido a uma “dupla causalidade, a dos fatores fisiológicos individuais e a da própria espécie”. Os instintos, presentes em qualquer animal, cumprem suas tendências e necessidades que “é tudo aquilo que não pode deixar de ser”. Os humanos compõem um mundo peculiar. Para necessidades e tendências instintivas humanas, são construídos meios de satisfação artificiais. Buscamos satisfazer estas necessidades de ar, de alimento, de abrigo através de respostas cada vez mais fabricadas artificialmente, isto é, instituímos novos modos de satisfazê-las.

Entre as necessidades humanas coletivas vitais e a oferta de respostas estatais abre-se um campo de saberes e de forças contingentes.

Pela teoria das instituições, a sociedade é inventiva, busca meios originais para a satisfação instintiva humana. A satisfação institucional das tendências trabalha o meio em que se expressa. Sendo assim, nossas necessidades são contaminadas pelas instituições criadas. Nossos instintos já não se mostram simples de atender. O ato de fabricar, no meio em que vive, um mundo artificial- porque instituído, criado, humanizado- para realizar suas tendências e necessidades, libera o organismo humano da natureza, transformando estas tendências e criando para elas novos meios de satisfação. De modo que, ao criar instituições para nelas realizar suas necessidades/tendências/instintos, o humano livra-se da natureza. São construídos elementos que realizam estas necessidades/tendências/instintos, através das instituições.

Portanto, a experiência individual humana surge num meio de satisfação preexistente: meio da espécie e meio institucional. Os instintos trabalhados, organizados dentro dos mundos artificiais das instituições, se encarregam da satisfação das tendências e necessidades. As instituições, por sua vez, invocam

comportamentos institucionalizados, socializados, fabricados, para a satisfação dos instintos, desnaturalizando-os. O *phylum* maquínico inventa meios cada vez mais sofisticados para realizar as satisfações instintivas.

As instituições são meios ativos de satisfação e distinguem-se das leis, que seriam a limitação das ações. “A opressão se mostra quando as leis incidem diretamente sobre os homens, e não sobre instituições prévias que garantam os homens”. As leis regulam as relações entre os homens, entre as instituições, delimitam os modos de satisfação dos instintos. “Se é verdadeiro que a tendência se satisfaz nas instituições, a instituição não se explica pela tendência.” (DELEUZE, 2004, p. 18). A instituição é uma construção que dá suporte, cria um mundo original, peculiar ao instinto, mas independe dele. Cada vez mais sofisticada, cria novos fluxos econômicos e sociais dos quais os seres fazem parte. Um grande agenciamento maquínico forma cada vez mais artifícios, liberados dos instintos que provocaram sua constituição.

Assim, os instintos humanos – as necessidades de cuidados, de acolhimento dos indivíduos – não explicam a instituição de formas de tratamento/proteção/cuidados. Construímos manicômios, prisões, dispositivos substitutivos, tratamentos especializados, medicações, saberes, regras para intermediar a necessidade de proteção/marcação de alguns indivíduos. Esta proteção, intermediada pelas instituições que definem regramentos, modos de cuidar, de selecionar, de manter, não explicam ou justificam as instituições. Mas as espalham em recomendações que chancelam a classificação cada vez mais esquadrinhadora, sob aparência científica, de conflitos corriqueiros, cujos cuidados são passíveis de receber cobertura da seguridade social.

Técnica:

- *O Roberto teve sorte.*

Pesquisadora:

- *Teve trabalho. Eu sabia que um menino de 13 anos não pode ser considerado irrecuperável.*

Técnica:

- *Seu trabalho foi fazer o papel de mãe. Você levou o menino para casa, deu roupa, comida [...] Eu ia adorar cuidar de cada um como se fosse único, mas não é. O que faço aqui é política pública. Isto aqui é uma guerra!*

Pesquisadora:

- *Uma guerra que vocês estão perdendo...*

Técnica:

- *Ela já começou perdida. Quando uma mãe chega aqui e entrega o filho é porque ela já perdeu a guerra da pobreza. Ela espera que a gente faça um milagre. A gente tenta, mas milagres só acontecem de vez em quando [...]*¹¹

No filme, a funcionária entende que a pesquisadora não exerceu seu papel de pesquisadora dentro de um campo de batalha entre pobres degenerados e controle biopolítico estatal. Ela entende que desempenhou a função padrão-mãe: presente, cuidadosa e protetora, descumprindo o funcionamento institucional protocolar esperado que era o da guerra.

Deleuze (2004, p. 18) apresenta então o “paradoxo da sociedade”: “[...] falamos de instituições, quando nos achamos diante dos processos de satisfação que não desencadeiam nem determinam a tendência (em via de) satisfazer-se, tampouco quanto os explicam as características da espécie”. As instituições satisfazem indiretamente as tendências próprias das espécies institucionalizáveis. Assim, as tendências humanas são satisfeitas por meios que não dependem delas e estão sempre “contaminadas” no meio em que se expressam, sempre constrangidas, transformadas. O homem cria novos modos de satisfação instintiva da espécie hominídea (DELEUZE, 2004, p. 19): nossas necessidades passam a ser tendências institucionalizáveis. “O homem não tem instintos, ele faz instituições”.

Estamos nos despelandos da espécie biológica, mas constituindo “espécies instituídas socialmente”. “Os instintos traduzem as urgências do animal e as instituições as exigências do homem”.

Na medida em que o instinto é institucionalmente aperfeiçoável, torna-se submetido à variação, torna-se mais duvidoso, mais atrelado à reportagem entre fatores instituintes. Ele mais se especializa e mais se circunstancia. Esta conexão variável entre tendência e meio artificializado de satisfação, no processo de humanização, força a inteligência. Esta não se reduz à carga individual da espécie: forja-se socialmente. O meio social torna possível “[...] integrar as circunstâncias num sistema de antecipação, e os fatores internos, num sistema que regula a sua aparição, substituindo a espécie.” (DELEUZE, 2004, p. 19).

¹¹ Fragmentos do filme: “O contador de histórias”, (Brasil, 2009, direção de Luiz Villaça), este filme biográfico, conta a história de um contador de histórias Roberto Carlos Ramos.

Constituímo-nos em agenciamentos, criados pela inteligência humana, capazes de satisfazer as tendências classificadas como enlouquecidas, descontroladas. Simultaneamente, se constroem meios artificiais para regradar, esquadriñar comportamentos ditos patológicos: “anormais, *borderlines*”.

Olhar e sintoma.

Esta é a clínica tradicional que trata o indivíduo através do olhar anátomo-morfológico. As manifestações do corpo, os gestos e as palavras ditas são apreendidas e reportadas a um catálogo de doenças mentais. É o corpo doente que é evidenciado, dado a conhecer. A expressividade deste corpo, sua dor, passa através da grade de um discurso racional, assumido pelos saberes psiquiátricos que se atribuem conhecimento qualificado capaz de conhecer e curar estas manifestações.

O Manual Diagnóstico e Estatístico das Desordens Mentais ou *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM), organizado pela Associação de Psiquiatria Americana (APA) é um guia que classifica comportamentos em diferentes grupos de diagnósticos. A primeira edição, em 1952, elenca cerca de 100 patologias mentais. Na última edição, prevista para 2013, chega em torno de 500 patologias mentais. O DSM constitui-se num esforço de pensamento clínico psiquiátrico em descrever e categorizar em conjuntos, sintomas e condições mentais que individualizariam um comportamento patológico. Desta lógica, ressalta Safatle (2003) emerge uma lógica “imune aos juízos subjetivos” e portanto, “eficaz”. Junto à psiquiatria, o desenvolvimento das pesquisas neurológicas resultarão numa clínica cada vez mais aprimorada, submetida a uma farmacologia (SAFATLE, 2013, p. 1). E não temos como deixar de nos inquietar com uma “articulação perversa” entre o fechamento dos asilos, redução dos gastos públicos em saúde mental e o triplo processo da psiquiatria marcada pela medicalização, pela institucionalização hegemônica da *American Psychiatry Association* (APA) e pela tecnicização dos diagnósticos (SAFATLE, 2013, p. 2). A amplificação dos critérios diagnósticos relacionados diretamente com a amplificação do uso de medicação expressam a maquinaria econômica da cadeia produtiva da saúde, nutrida pela doença (SARGUEIL, 2012, p. 47).¹² Para uma crescente especialização das patologias, uma

¹² **Brasil bate recorde mundial em quantidade de farmácias.** De acordo com o estudo *Um Panorama do Varejo de Farmácias e Drogarias no Brasil*, feito pelo economista William Saab, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Brasil é o país com a maior quantidade de farmácias do mundo, com mais de 50 mil estabelecimentos instalados, o que resulta em 3,34 pontos para cada 10 mil habitantes, considerando uma população de 167 milhões de

crescente especialização de medicamentos que nem sempre acompanham as necessidades da população atendida, mas as necessidades de concorrência de mercado.

Sob a aparência científica de um manual, o zelo esquadrihador dos técnicos reassegura a medicalização social de uma população (SARGUEIL, 2012, p. 47).

Conceitos como saúde mental, sofrimento psíquico, transtornos mentais contêm forte carga política porque constituem-se escolhas realizadas por um conjunto de instituições em determinado momento da vida.

“Cientistas descobrem genes associados à violência”, diz a matéria da BBC, divulgada no mundo todo, identificando genes associados a determinados perfis comportamentais de indivíduos.¹³

Não há, portanto, tendências sociais, mas meios sociais, peculiares, para satisfazê-las. As instituições impõem, mesmo que involuntariamente, uma série de modelos e fabrica inteligência, saberes, previsões e projetos. E loucura/doença mental/violência. Por um lado, o devir-animal do homem o expõe às urgências de atacar, fugir, se distanciar; e também o encaminha para a proteção, o cuidado, a conservação. Por outro, tutelar, obedecer, abandonar são eventos institucionais, próprios do devir-humano do animal. Eventos que se atualizam em relações de dependência institucional.

Aplicar uma categoria diagnóstica sobre o comportamento do indivíduo, não diz respeito ao seu estado mental, mas faz funcionar toda uma máquina social que escolhe os modos de gerir a vida de todos e de cada um. Um diagnóstico não expressa somente, numa categoria científica, uma experiência subjetiva de sofrimento psíquico que condiz também a padrões comportamentais esperados de conduta social, política e moral. A clínica médica contém forte padrão disciplinar e moral condicionado à normalidade, analisa Safatle (2013, p. 2). Além do mais, nos assevera este autor, reafirmando ainda mais a condição perfiladora deste saber é quando, o indivíduo ao se perceber como doente (violento, deficiente...) a partir de uma experiência singular, transforma-se “em ser doente, ser violento, ser deficiente [...]”. Fixado em comportamentos esperados e limitantes, a experiência da vida é transformada em

peçoas. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/JC/_2001/1004/ec1004_15.htm>. Acesso em: 10 mar. 2013.

¹³ CIENTISTAS Descobrem Genes Associados à Violência. **BBC Brasil**, 28 out. 2014. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/10/141028_cientistas_genes_violencia_rm Acesso em: 27 nov. 2014.

doença. Ser doente, com toda a suposta verdade das evidências científicas, cria uma nova situação de vida, limitante e restritiva à doença em que os indivíduos se veem inseridos (SAFATLE, 2013, p. 2).

As instituições se antecipam e geram as demandas institucionalizadas. Os usuários de serviços de instituições dedicadas à “saúde mental”, privados de outras opções, de contato e legitimidades próprias, destituem-se de suas singularidades e assumem e se codificam nas demandas institucionais. Ou seja, aprendem a ser loucos, recebem tutelas institucionais dos programas do governo e passam a ser denominados crônicos quando não conseguem sobreviver fora delas. O Estado é o maior gestor da biopolítica através de renovadas instituições. Cada vez mais, gestiona sua incapacidade de cuidar/tratar produzindo novas Leis, Portarias e Resoluções e com isto, novas instituições.¹⁴

Numa prisão, este condicionamento de padrão esperado e de patologização é exacerbado, quando a mínima resistência às normas decreta um estado psíquico de “descontrole emocional”, “irritabilidade”, “impulsividade” e, com isto, progredindo a incapacitação “emocional” entrando em cada vez mais novos procedimentos disciplinares.

Em muitos casos, a justiça justifica a internação para realização de atendimento especializado. O adolescente entende que querer um “Caps”, faz parte de uma boa nota institucional. Antecede à liberdade de escolha ditada pela instituição, no entanto, confirma a visagem de doente mental motivado, condição exigida por muitos dispositivos que operam políticas sociais. A prisão com direitos à saúde mental dociliza sua condição de delinquente normalizado para ganhar uma condição de liberdade.

Se uma instituição fabrica modelos dentro da sua atividade social e não se explica pela tendência ou necessidade, a quem a instituição é útil? Repete-se a interrogação de Gilles Deleuze (2004): a quem serve? Construídos por forças orientadas para determinadas funções, somos autorizados a emitir sons articulados, palavras-gestos sonoros- enganchados em instituições, sustentados por regimes de verdade autorizados. O que afirma a superioridade dos atos realizados cotidianamente, o que sustenta estes sons que reverberam e conseguem produzir

¹⁴ Resolução nº 008/FASE-RS/2013-DG. Dispõe sobre o atendimento médico-psiquiátrico, a prescrição e a administração de medicamentos psicotrópicos, bem como o manejo de comportamentos de risco.

estados de coisas, corpos despotencializados, sustentados por atos institucionais? Constituímos corpos enganchados em instituições, cujos encontros efetuam acontecimentos: diagnosticar, necessitar, ameaçar, potencializar, despotencializar... Corpos institucionais em devires. Percursos e linhas, engajamentos que sustentam nossos corpos animais em devires humanos; corpos arquitetônicos em devires institucionais, sob uma crença que sustenta conceitos, verdades e instituições. Arranjos de arranjos. Pedacos do mundo que se engendram e adquirem forças, sustentações conceituais capazes de potencializar ou despotencializar outros corpos.

Há, por outro lado, uma “precocização” do esquadramento social. Há um crescente número de pesquisas relacionadas à psicopatologização da infância. Presenciamos uma nova obsessão social que constitui a preocupação de apreender o mais cedo possível as anomalias através das novas tecnologias biomédicas (GORI, 2010, p. 117).

“Do ponto de vista da saúde pública, o maior problema parece ser o subdiagnóstico [...]”, avalia o psiquiatra e professor da Faculdade de Medicina da UFRGS, Marcelo Fleck. (MEEGEN, 2014, p. 4).

O que passa e o que não passa nas instituições que tratam da loucura e da delinquência? A visagem da loucura é mais permeável ao uso da medicação psiquiátrica sem ser correlacionado à loucura desviante. Reintegra e busca normalizar. Existem “níveis” de desvios que podem ser mais ou menos tolerados, definidos por reportações de forças às quais os indivíduos pertencem. Mas, de qualquer modo, reconhecidos e inscritos no conjunto quadriculado da máquina abstrata ordenadora de normalidades, já que “[...] o muro branco (eixo da significância) não para de crescer, ao mesmo tempo que o buraco negro (eixo da subjetividade) funciona várias vezes.” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 45). A reportação binária procede por um “não” destacado dos elementos e um “não” que pode indicar limiares aceitáveis de tolerância ou indicar quando um inimigo deve ser abatido.

Mas como se estabelece a necessidade de chegar aos mais ínfimos espaços para dominar, controlar, decidir questões sobre a vida?

4 A GESTÃO MANICOMIAL: O APRISIONAMENTO DOS LOUCOS E A LUTA PELA CONSOLIDAÇÃO DA LOUCURA

A diagnose coletiva

Cada vez mais buscamos diagnosticar e catalogar as condutas humanas. E este procedimento médico-psicológico não é mais reserva dos especialistas. Estendido no social, o procedimento psiquiátrico alonga-se através de um pesado e minucioso maquinismo conectando a mídia, o ensino, o lazer, o corpo humano, a indústria da saúde, o Estado. Matérias heterogêneas ganham sentidos, produzindo sempre novidades. A potência do viver é redutoramente sustentada pelas dicotomias saúde/doença; saúde mental e física... A palavra doença, paradoxalmente, foi encoberta pela palavra saúde, embora suas dimensões ganhem consideradas amplitudes cada vez mais abertas e infinitas. O nome “saúde mental”, ganha novos enfoques, novos especialistas, novos procedimentos, novas medicações. A saúde mental, bem estabelecida e cada vez mais ampliada, engendra novas instituições, ganha novos direitos, amparos institucionais, benefícios sociais. E com isto, ganha cada vez mais novos usuários. Em nome da saúde mental, amplia-se o número de doentes que precisam de assistência para cuidados de saúde mental.

“Estamos criando um país de doentes” afirma em maio de 2012, a psiquiatra Ana Cecília Marques ao criticar as políticas federais de ampliar os investimentos que, no ano passado, somaram-se a 1,8 bilhão através do SUS, destinado ao tratamento de usuários de drogas. “Concentrar os gastos em novos Centros de Atenção Psicossocial (Caps) é ir na contramão da história [...] é preciso investir na prevenção[...]”.¹⁵

Parece-nos correto afirmar que, naturalizada e canonizada, a classificação doença mental ou, na sua versão mais contemporânea, a saúde mental está assimilada e aceita, restando apenas aumentar o número de espaços de tratamento e melhorar o atendimento concedido à mesma. A saúde mental devidamente destacada do corpo parece-nos ainda sustentar uma separação, aparentemente mais frouxa, de uma tecnologia de gestão democrática, mais participativa e multidisciplinar de um poder psiquiátrico ainda com seus muros inabaláveis e cada vez mais fortificados.

Evitamos debater o apagamento entre loucos e não loucos.

¹⁵ **SUS gasta R\$ 1,8 bilhão por ano com dependentes.** Disponível em: <<http://www.abead.com.br/midia/exibMidia/?midia=8932>>. Acesso em: 15 dez. 2012

Embora com as transformações reformistas, ainda estamos escudados pela identidade, pela divisão corpo e mente. Ampliamos as instituições desmanicomializantes e mantemos o modelo confirmatório da loucura. Podemos admitir o apagamento dessas fronteiras?

Você mudou muito, Ana Luísa. Estou abismada com essa mudança tão repentina”, disse minha avó enquanto podava uma roseira. Estávamos no jardim. Inclinei a cabeça no ombro num movimento de débil interrogação, “mudei?...” e fiquei pensando, ela disse abismada. Abismada significava estar num abismo? Outra palavra que eu teria compartilhado com Margarida se fosse ainda o tempo de compartilhamento. Mas a avó prosseguia: fazia tudo por mim, os melhores colégios, as melhores roupas. E eu naquela apatia, como se a evitasse. Fechei minha gramática enquanto ia ouvindo suas críticas com o rumor do aço da tesoura que cortava implacável. Vi no chão os galhos caídos, tão viçosos quanto os outros. Como ela soubera distingui-los? Qual seria a lei dessa escolha? Fui me encolhendo no banco de pedra. Assim me cortaria também se não lhe provasse minha força. (TELLES, 1995, p. 48-49).

“O louco da Idade Média se reconhecia por seus sininhos e por seus farrapos.” (FOUCAULT, 1994f, p. 803). E desperta uma ação biopolítica a partir do século XVII: parte da população passou a ser observada, selecionada e aprisionada. Neste processo, a luta pela consolidação da entidade loucura científica recebe o nome de Philippe Pinel, no século XIX, ao desacorrentar os loucos, quando toda a partilha e o assujeitamento já estavam consolidados. Aos loucos restava “[...] seus delírios e seus gritos.” (FOUCAULT, 1994f, p. 803).

Antes dos estabelecimentos instituídos, o saber psiquiátrico se instala, nas reportações disciplinares dos diferentes elementos microfísicos, que passam a funcionar quando a macrofísica da soberania enfraquece (FOUCAULT, 2006, p. 33). Na instituição psiquiátrica, as relações de poder são embates de forças microfísicas que entram em funcionamento dentro de diferentes elementos, aparentemente, desconectados, desgarrados do poder soberano.

Tomamos de Michel Foucault dois episódios que são expressões do poder psiquiátrico em ação, no denominado “período protopsiquiátrico”, nos últimos anos do século XVIII, antes do grande edifício institucional do asilo psiquiátrico, operado por leis sobre os internamentos e a organização dos grandes hospitais psiquiátricos.

Pinel descreve, em 1800, o enlouquecimento do Rei George III, da Inglaterra, no livro “Tratado médico-filosófico: sobre a alienação mental ou a mania.”

Um monarca (Jorge III, rei da Inglaterra; MF) entra em mania e, para tornar sua cura mais pronta e mais sólida, não se faz nenhuma restrição às medidas de prudência daquele que o dirige (notem a palavra: é o médico; MF); por conseguinte, todo o aparelho da realeza se desvanece, o alienado, afastado da família e de tudo o que o rodeia, é relegado a um palácio isolado [...] Aquele que dirige o tratamento lhe declara que ele não é mais soberano, que deve dali em diante ser dócil e submisso. Dois dos seus antigos pajens, de uma estatura de Hércules, são encarregados de atender suas necessidades e prestar-lhe todos os bons ofícios que sua condição exige, mas também convencê-lo de que ele está sob a inteira dependência deles e que doravante deve obedecer-lhes [...]" (FOUCAULT, 2006, p. 26).

Elementos materiais, corpos em arranjos maquímicos encarnam e presentificam o acontecimento loucura. Neste fluxo, distinguem-se os poderes, doravante conquistados no dia a dia, entre os que detêm o poder de definir a loucura e de indicar aqueles considerados loucos.

O poder soberano do rei é “decapitado” pela loucura e é instalado “um poder anônimo, múltiplo, pálido, sem cor” a que Foucault chama de disciplinar. O efeito deste poder não é consagrar o poder de alguém, mas tornar o corpo dócil e submisso. Quando pode, o rei reagiu às presenças do médico, com a mesma violência utilizada pela população, ou seja, atirando-lhe seus produtos escatológicos. O poder disciplinar é metódico, sutil, repartido, é um poder que funciona em rede “[...] cuja visibilidade encontra-se tão somente na docilidade e na submissão daqueles sobre quem, em silêncio, ele se exerce.” (FOUCAULT, 2006, p. 28).

A expressão loucura/doença mental/alienação instituída pelo poder psiquiátrico ganhou notoriedade pelo movimento iniciado por Philippe Pinel ao soltar os loucos de seus grilhões, em um Hospital, em Bicêtre. Em 1792, Pinel liberta dos grilhões os alienados no hospital de Bicêtre. E é imortalizado pelo pintor Charles Müller, em 1849:

Figura 1 - Philippe Pinel.



Fonte: LANAVEVA, 2009.¹⁶

Pinel desacorrenta os loucos quando os loucos já não apresentavam o perigo da reação, onde o que havia, era a gratidão que seria saldada pelo assujeitamento e docilidade do corpo e pelo reconhecimento do poder médico.

Ganhou corpos diferentes a partir de novos encontros, novas forças, novas intensidades, como o evidencia o diálogo entre Philippe Pinel e Georges Couthon, em 1793:

Couthon: Infeliz de ti, se nos enganares e, se entre os loucos esconder inimigos do povo. Ah, cidadão! Será que tu mesmo és louco, a ponto de queres tirar as cadeias desses animais?

Pinel: Cidadão, estou convencido de que esses alienados só são desse modo intratáveis porque são privados de ar e de liberdade.

Couthon: Muito bem. Faze o que quiseres; mas tenho receio de que venhas a ser vítima de tua presunção. (GROOTE, 1967 *apud* ROSAS, 2010, p. 60).

Para Couthon, a prisão da loucura assegura sua força política em manter sob controle o perigo, encarnado pelos “inimigos do povo”.

Para Pinel, alienados em melhores condições, desde que, resguardado o estatuto alienado.

O poder psiquiátrico é anterior aos estabelecimentos psiquiátricos. Suas práticas são alicerçadas nas relações de poder mais cotidianas, naquilo que reparte, quem exerce o poder disciplinar e quem deve ser tornado dócil e submisso. E assim, vão se constituindo domínios dos discursos de verdade.

¹⁶ Disponível em: <<https://lanaveva.wordpress.com/2009/03/20/padre-jofre-y-los-enfermos-mentales-2%C2%AA-parte/>>. Acesso em 15 dez. 2015.

Quando falamos o “nome” Hospital Psiquiátrico, empregamos em um sentido em que subsistem corpos denominados loucos, produção de conhecimentos, criação de novos terapeutas, de novas terapêuticas, de estruturas assistenciais e jurídicas. Mas de onde vem esta palavra? Curar os doentes mentais é um conceito datado. Emerge em uma determinada configuração de forças. Subsiste em corpos diferentes, singulares cujas marcas são consideradas erros.

Sebastião Leão, médico, cronista e historiador portoalegrense, nos conta a respeito da autorização de aquisição do terreno onde iria ser edificado o Hospital Psiquiátrico São Pedro. Em 1878, no terreno escolhido na estrada do Mato Grosso, a 6 quilômetros da cidade, foi colocada a pedra fundamental do edifício em 02 de dezembro de 1879. Na época, foi destinada a quantia de Cr\$106.068,00 “[...] proveniente de benefícios de loterias extraídas e de produtos de um concerto musical, além de várias quantias avultadas com que a filantropia de diversos cidadãos tinha concorrido.” (LEÃO, 1962, p. 151). As obras foram encarregadas a uma comissão diretora presidida pelo, então, provedor da Santa Casa de Misericórdia, José Antonio Coelho Junior. Em ato do presidente da Província, de 13 de junho de 1884, parte da obra pronta é entregue à direção da Santa Casa, embora o custeio seja da Província. A inauguração do hospício ocorre em 27 de junho de 1884, “sendo recolhidos 41 loucos”.

Segundo menciona Leão: “O Hospício São Pedro, este grande e importante estabelecimento de caridade, testemunho indelével dos sentimentos humanitários e piedosos do povo rio-grandense. Este edifício é destinado ao asilo de alienados.” (1962, p. 151).

Jogos, peças culturais, benemerência pública e o custeio da política de Estado indicam o empenho social em confinar os 41 alienados/loucos desviantes da visagem da época.

No Artigo 3º da Lei Provincial de 13 de maio de 1874, determinava que,

Nenhum indivíduo será admitido no estabelecimento, como alienado [...] sem a prévia verificação do seu estado de demência por profissionais, que deverão indicar as particularidades da moléstia e a necessidade de ser recolhido ao estabelecimento. (CHEUÍCHE, 2004, p. 1).

O hospício São Pedro já surge como um agenciamento maquínico com função selecionadora, hierarquizante, codificadora, reterritorializante, distribuidora de estatutos jurídicos, científicos, econômicos e sociais, dentro da população. É fruto de “sentimentos humanísticos e piedosos do povo rio-grandense”, erguido na fronteira do jogo “loterias extraídas”, da música “concertos musicais” e da caridade “Santa Casa e cidadãos.” (LEÃO, 1962, p. 151).

Já em 1925, consta nos Arquivos da Secretaria Estadual da Saúde do Rio Grande do Sul a preocupação com a crescente superlotação do HPSP, em virtude do crescente abandono e a cronificação dos doentes mentais (FAGUNDES, 2006). Em 1963, o novo diretor do Departamento de Saúde Mental da Secretaria da Saúde do Rio Grande do Sul, Luiz Carlos Meneghini, afirma em discurso de posse:

[...] O Hospital Psiquiátrico São Pedro, graças ao que já foi realizado, adquire cada vez mais condições de se transformar no hospital-base deste Departamento, como um excelente hospital de agudos e unidade básica de ensino e preparação dos técnicos que necessitamos. Para lograr este objetivo, urge prosseguir na tarefa de seu completo desafogo. Para isto, cumpre abordar corajosamente agora o problema dos pacientes crônicos. Penso que a solução esteja na construção de um ou mais hospital-colônia, onde estes pacientes encontrem condições de razoável bem-estar, compatível com o avanço atual da ciência e com antiga aspiração de psiquiatras e dirigentes da casa [...]. Outro passo a ser dado, com a mesma finalidade do anterior, é a construção de um hospital de Psiquiatria Infantil [...]. A ampliação dos Serviços de Higiene Mental, com a instalação de um posto na zona de maior densidade populacional de Porto Alegre [...]. Entretanto, como solução mais global para nossos problemas de saúde mental, cuidarei também da extensão de nossos serviços ao interior do Estado [...] (MENEGHINI, 1974, p. 20).

Desterritorializa-se da instituição asilar para incluir a instituição de “ensino” e de “preparo”, que exige nova seleção e “desafogo”, reencaminhando os “pacientes crônicos” para o “hospital-colônia”, que impõe a incursão pelo domínio da psiquiatrização da infância, com “construção de um hospital de psiquiatria infantil”, bem como demanda a “ampliação dos serviços de higiene mental” em Porto Alegre e no interior do Estado do Rio Grande do Sul. E com isto, opera-se uma melhor seleção de pacientes, de acadêmicos mais preparados, estriando um espaço institucional cada vez mais proliferante de especialismos, aumentando a nitidez da visagem padrão de normalidades.

O processo de gestão de vidas consideradas incapazes para a sociedade, em grandes instituições, passa a ser questionado no século XX, quando o louco asilado se

torna “[...] o corpo sem espécie, doente sem categoria, companheiro sem nome, sem diagnóstico, sem papel, nem emprego, que eles terão de capturar na rede de sua própria loucura e oferecer aos médicos, digno, enfim, do batismo patológico.” (FOUCAULT, M. 1994f, p. 803).

Foucault através do filme “Histoire de Paul” de René Feret, realizado na França, em 1975, retrata as leis e os maquinismos da absorção de seus componentes pela instituição psiquiátrica. Incorporação sutil, persistente, que faz a amar a instituição do qual passam a depender.

Há uma doçura no asilo (ao menos desde os neurolépticos), sulcada de violência, levada, por vezes, por turbilhões, atravessada por relâmpagos. O cúmulo desta doçura e seu símbolo é a alimentação. O asilo é talvez sempre encerramento e exclusão; mas ele é agora, além disto, ingestão. Como se às velhas leis tradicionais do hospital: ‘tu não bulirás, tu não gritarás’, se juntasse isto: ‘tu engolirás’. Tu engolirás teus medicamentos, tu engolirás teus repastos, tu engolirás nossos cuidados, nossas promessas e nossas ameaças [...]. As pessoas do asilo hoje não são mais esfomeadas atrás das grades: eles são voltados à digestão. A história de Paul é uma história de absorção, de boca aberta e fechada, de repasto tomado e recusado, de barulho de louças e de copos. Não é, Paul Féret o viu bem, que a função da nutrição, no hospital de hoje, seja permitir a cura: mas, docilmente engolida, ela faz aparecer, entre a loucura, a qual não se quer mais, e a cura, que não se espera, o personagem precioso do ‘bom doente’: o que come bem é, no sistema asilar, o ‘permanente’, com o qual todo o mundo está satisfeito. (FOUCAULT, 1994f, p. 803).

Rotelli, *et al.* (2001, p. 70) assinala que o manicômio é “lugar de contágio originário”, lugar que no seu objetivo de tratar a doença mental, alimenta a necessidade de reprodução da doença transmitindo-a nas formas de expressão, codificação e tratamento do sofrimento psíquico. Lugar que transmite um modo de pensar e agir, contagioso e crônico: a cultura manicomial garante aceitação naturalizada daquele lugar de violência. Nada mais reterritorializada do que a lógica manicomial: os técnicos são protegidos da angústia do inusitado, pois ali, a lógica já está pronta.

Hoje, a doença mental constitui-se em preocupação de um número cada vez maior de terapeutas. O campo da saúde mental articula um número cada vez mais ampliado de saberes. Quando construo o “nome” terapeuta, mantenho os mesmos conceitos de curar, tratar, cuidar... especializados. Formas de saber referidas a um

desvio patológico, erro que pode ser restaurado com o uso de medicações e atividades multiprofissionais.

A materialidade da vida cotidiana continuamente provoca descontentamentos, preocupações dos membros das equipes de saúde em virtude da longa permanência dos usuários no serviço terapêutico: vidas limitadas à doença e à instituição.

Rupturas desmanicomializantes fecham manicômios e passam a construir uma rede de cuidados, em que “[...] aproximamo-nos da loucura por um silencioso, dócil, exaustivo por a nu.” (FOUCAULT, 1994f, p. 803). A Reforma Psiquiátrica rompeu com a hegemonia psiquiátrica. Desterritorializações institucionais passaram a operar com novos maquinismos, ampliando a rede de atendimento da saúde mental que consolida a repartição da saúde em corpo e mente, ampliando novas profissões e tratamentos.

Para a falha da função institucional “curar”, produzimos novas instituições. Persistentemente estendemos e criamos novas formas de cuidados, constituindo uma transinstitucionalização assistencial (ROTELLI, *et al.*, 2001, p. 21). Nos locais onde a Reforma Psiquiátrica foi adotada sem a abolição do hospital psiquiátrico, salienta Rotelli, *et al.* (2001, p. 21), houve a adoção de um processo de desospitalização, acompanhada por um processo de “precarização” das internações que se mantiveram com altas e recidivas constantes ao lado de novos dispositivos assistenciais e judiciários que internam e asilam pacientes psiquiátricos. A desinstitucionalização produziu o reenvio de parcela da população de instituição a instituição. Reencaminhados de dispositivos a dispositivos. Constituem-se visagens dos ditos enlouquecidos que não “cabem” nas instituições padrão oferecidas para uma parte escolhida da população que se livram destes desajustados para outras instituições consecutivamente:

Diz um adolescente, cumprindo medida socioeducativa, ao ser apresentado a uma escola “especial”.

- Eu não sou louco! Eu não fico nesta escola!

Diz o mesmo adolescente ao ser ofertada outra escola especializada em acolher indivíduos em situação de rua:

- Eu não sou maloqueiro!

Diz a agente de educação:

- Ele ainda não se convenceu de que tem dificuldades.

E diz a trabalhadora de saúde mental:

- E isto que na Escola dos maloqueiros ele pode encontrar o pai perdido...

Redundâncias, ressonâncias, significações subjetivantes. As instituições estabelecem filtros cada vez mais específicos para atender a população e com isto, proliferam novas instituições para “tratar” as seleções – punir, educar, tratar. Mas mesmo as instituições que acolhem os especiais, os anormais, os portadores de algum transtorno mental, também tem o padrão previamente estabelecido:

Diz um agente de saúde mental de um Centro de atendimento público infantil, sobre o mesmo adolescente, dois anos antes:

- O serviço não era adequado para seu perfil.

Não se trata de eliminar o acesso à saúde e à educação da população, mas questionarmos o que estamos fazendo. Questões racionalizantes se combinam com questões morais criando evidências no modo seletivo de atender a saúde da população. Qual é o serviço disponível para toda a população? Não estaríamos reterritorializando estes indivíduos às instituições, de modo parcializado, buscando tratamentos curativos, paliativos, redutores da vida às instituições?

Esmaga-se o que vem de fora, protege-se de qualquer ameaça operando, pela “necessidade de rosto, e também de paisagem” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 48): “[...] a desterritorialização do corpo implica uma reterritorialização no rosto; a descodificação do corpo implica uma sobrecodificação pelo rosto; o desmoronamento das coordenadas corporais ou dos meios implica uma constituição de paisagem.” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 49).

Quais são as escolhas que determinam as necessidades de cuidados destinados à população? Quais são os critérios avaliativos sobre os corpos que determinam as orientações dos maquinismos institucionais de atendimento? Quais as condições de entrada e saída do usuário na rede de atenção à saúde? Quais são os critérios que afirmam a desinstitucionalização manicomial?

O processo denominado Reforma Psiquiátrica no Brasil é contemporâneo ao movimento sanitário, iniciado na década de 1970. A luta em favor da reformulação dos modelos de gestão, atenção, de defesa da saúde coletiva, equidade, teve como aspecto importante a participação dos trabalhadores e usuários de saúde nos processos de gestão e tecnologias de cuidado. Este movimento social heterogêneo conquista direito nas instâncias máximas de decisões em saúde, confere ao SUS uma singularidade histórica e internacional de controle social. “Controle social, no sistema de saúde brasileiro, quer dizer direito e dever da sociedade de participar do debate e

da decisão sobre a formulação, execução e avaliação da política nacional de saúde.” (CECCIN; FEUERWERKER, 2004, p. 43). Atualmente o processo de reforma da assistência em saúde mental está em transição de um modelo centrado no hospital psiquiátrico, para um modelo de atenção comunitário. No entanto, apesar dos direitos de participação dos usuários nas instâncias políticas formais, segue-se muitas vezes a lógica tutelar manicomial nos novos serviços. Os cidadãos devem ser escutados; os doentes, nem tanto.

Os Caps – centros de atendimento psicossocial – e os SRTs – serviços residenciais terapêuticos – são dispositivos que visam assegurar o atendimento da pessoa portadora de transtorno mental respeitando sua singularidade e atendimento integral. Produzidos a partir da desmontagem das estruturas manicomiais, consistem em importantes estratégias de organização dos serviços de saúde mental. Entretanto, a organização destes serviços substitutivos, traz novos desafios: a política de desinstitucionalização hospitalar demanda intervenções para além da implantação de CAPS E SRTs. O trabalho “terapêutico” se amplia para ação no território, no cotidiano da cidade, nos locais onde as pessoas vivem, trabalham e se relacionam. Necessariamente deveriam estar trabalhando conectados a outras redes de saúde. Sabe-se, contudo, que na nossa realidade isto não funciona assim.

Durante a experiência de residente multiprofissional da Escola de Saúde Pública, na ênfase Saúde Mental Coletiva, realizada no ambulatório do Hospital Psiquiátrico São Pedro (HPSP) e no serviço substitutivo Centro de Atendimento Psicossocial – Centro (CAPS) –, em Porto Alegre, entre os anos de 2009 e 2011, apontamos uma questão comum: a preocupação das equipes de saúde em relação aos usuários com histórico de longa permanência nesses serviços. Apesar dos esforços dispendidos nos tratamentos de cuidados especializados prestados nas instituições, o âmbito de reabilitação destes usuários era limitado. Ao receberem indicação de alta, muitas vezes sentiam-se incapazes de viver fora do arranjo de cuidados especializados.

Apesar das inúmeras contribuições tanto das terapias, da epidemiologia, quanto das tecnologias de intervenção e da medicina das evidências, a produção do indivíduo crônico/institucionalizado continua a ser um problema proliferante. A cronicidade “estática” das grandes instituições manicomiais foi substituída pela cronicidade “móvel” dos usuários que estão dentro dos serviços substitutivos,

residenciais terapêuticos e unidades de saúde. Instituições que se tornam imprescindíveis para suas existências.

A escassez dos recursos intersetoriais na rede pública de saúde brasileira vem sobrecarregando os serviços do Caps, que se lança a um perigoso “excesso de cuidar” (MEHRI, 2010). A integralidade do atendimento no serviço acaba voltando-se para si, superpondo uma série de cuidados multidisciplinares, constituindo-se em um arranjo institucional que se torna essencial para os sujeitos diagnosticados. O efeito perigoso é o distanciamento das estratégias de desinstitucionalização preconizada pelo movimento reformista que desencadeou o atendimento neste serviço pela via do território. Escassos recursos de tratamento de saúde, sancionados por políticas públicas, e há uma escassez maior ainda na oferta de recursos não institucionalizados. A desinstitucionalização da loucura, preconizada pelo movimento da Reforma, necessita da articulação em campos diferentes, de produção de inusitados arranjos e de diferentes potências. Enseja, portanto uma desmontagem radical da lógica manicomial que acontece em raras intervenções ainda pouco conhecidas e analisadas.

Os serviços substitutivos, dispositivos estratégicos da atual política pública de assistência à saúde mental, vieram para romper com a lógica manicomial através da construção de rede de atenção psicossocial, com base territorial. Em Guattari, “território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre ela mesma”, pode ser remetido a um sistema perceptivo, a um espaço vivido. (GUATTARI, 1986, p. 295).

Em notícia de jornal intitulada “São Pedro: hospital que virou lar” menciona o projeto de transição “entre a prisão e a liberdade” dos pacientes asilados sem qualquer vínculo familiar.¹⁷ Os antigos pacientes, passaram a receber auxílio financeiro do Estado e podem agora viver, separados alguns poucos metros, do antigo Hospital.

Diz uma ex-usuária do HPSP:

- Não gostava de lá, porque era obrigada a conviver com alguns pacientes de que eu não gostava.

Tendo a “liberdade” de agora terem animais de estimação, “projeto impossível de se pensar em um hospital”, segue a matéria, agora vivem em uma vila denominada “Cachorro sentado”, ponto importante de tráfico de drogas na capital. Continua-se

¹⁷ Jornal Correio do Povo, 20 maio 2012, p. 15.

revitalizando a instituição psiquiátrica, reterritorializada em espaços abertos, ainda nos espaços reservados. O louco agora desinstitucionalizado do Hospital Psiquiátrico articula seu cotidiano com a cidade agora no confinamento através dos procedimentos de contenção e vigilância dos limites impostos de circulação pelos traficantes, pela falta de acessibilidade urbana, pelo descaso do Estado com parte da população.

Vidas reduzidas à doença sob cuidados garantidos pelos benefícios sociais sentem que lhes resta apenas as vias institucionais de cuidados tutelados, para garantir sua sobrevivência. Expressam a dificuldade de se ligar a outras instituições que não seja pelo assujeitamento à doença mental. Diante da possibilidade de ruptura do vínculo com a instituição especializada, entendem que dificilmente encontrarão outro espaço que “solucione” seus problemas ou mesmo que os admita. Sustentados através de políticas de assistência social, estes usuários reterritorializam-se na doença, amparados pelo modo como se engatam na produção capitalista, através de maquinismos institucionais de proteção social. Através de “formas institucionalizadas que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros”, operam-se ações biopolíticas para enfrentar “certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio, as privações”. São,

[...] tanto as formas seletivas de distribuição e redistribuição de bens materiais (como a comida e o dinheiro), quanto os bens culturais (como os saberes), que permitirão a sobrevivência e a integração, sob várias formas na vida social. Ainda, os princípios reguladores e as normas que, com intuito de proteção, fazem parte da vida das coletividades” (BRASIL, 2004, p. 25).

Desse modo, a assistência social configura-se como possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários e espaço de ampliação de seu protagonismo. Direitos assegurados para parte da população em cujos rostos estão inscritas as marcas da privação econômica, social, cultural, política. A estas estreitas ligações rotulatórias, o Estado reserva benefícios compensatórios.

Os usuários dos serviços, diagnosticados como “pessoas portadoras de neuroses graves e psicoses”, carregam esta marca diferencial. Sabem que lhes resta apenas as vias institucionais de cuidados tutelados para garantir sua sobrevivência.

Por que estes dois serviços, ambulatório instalado dentro de um hospital psiquiátrico e serviço de atenção psicossocial, arranjos institucionais produzidos por diferentes saberes e poderes, coincidem no mesmo problema? Por que estes arranjos institucionais tornam-se essenciais para a integridade da vida de muitos usuários? O que carregam estes corpos que precisam ser sustentados pela instituição? Que marcas, consideradas erros, os tornam tão frágeis a ponto de não alcançarem romper com o instituído?

Seriam os serviços de saúde instrumentos reterritorializantes da doença mental? Ou seja, continuamos a reinstitucionalizar a loucura através de renovados procedimentos de atendimento, separando e entificando aqueles que ficam do outro lado, “o outro” que criamos a partir dos especialismos?

Claudina Pereira, escritora, internada por quase três décadas no São Pedro, nos indaga o que amplificamos e nos garante que a cada encontro não sairemos ilesos das nossas escolhas. Corpo construído nos arranjos da loucura, a cada embate com os corpos designados saudáveis, mudam as marcas. Há transformações, umas encarnadas em procedimentos de reterritorialização sobre a loucura e seus manejos curativos ou de entretenimento.

Disse Claudina:

- Desde criança eu sabia que meu lugar era o hospício!

Claudina, arranjo no estrato físico-químico e no estrato biológico, devir-humano do animal, se faz num processo de hominização aberto e inconcluso. Devir-louca de Claudina, composto de linhas diversas, estranhas combinações das materialidades hospitalares que encontra, martelam através das palavras. Operam incisões, cortes nos incipientes movimentos reformistas. Claudina pouco ou nada leu sobre a reforma psiquiátrica, mas experimenta, no corpo, ao transitar no hospital, na administração, nas oficinas, nos dormitórios, no pátio, e ao depender dele para viver.

Claudina Pereira nos interroga:

*O que sur-
giu já e
a muito tem-
po= Idéia
de transfor-
mação*

Reformas=

Antes, de-

Pois.

Reforma ou

Construção

De Prédio?

Outros mais?

Outros mais?¹⁸

Devir mutante, ela exerce sua potência de pensar que, embora não constitua outro plano de imanência, abala, pondo questões, o plano de imanência no qual se constroem e alicerçam as ações hospitalares. Corte móvel no agenciamento hospitalar, o devir-filósofo de Claudina não para de intervir na imagem do pensamento que concebe este plano de imanência, pavimentado pelos conceitos doença, loucura, movimento, reforma, terapia, desinstitucionalização, serviços substitutivos, cura, cronificação, cada conceito com seus traços intensivos, produz uma geofilosofia do Hospital São Pedro acoplada a uma geo-história do Hospital Psiquiátrico São Pedro. Ela desterritorializa palavras, ações com as quais faz arte, ciência e filosofia. Ela rompe, por vezes, as ressonâncias conceituais para fazer aparecer problemas. Entendo que assim ela constitui seu próprio personagem conceitual, que força a pensar, ultrapassando o tipo social louca, “[...] que reprime o vivo e lhe rouba seu pensamento.” (DELEUZE, GUATTARI, 1992, p. 94).

Claudina é, portanto, produto, processo de produção e produtora de uma imagem de pensamento, ser psiquiátrico, que constitui historicamente um projeto de Estado moderno, liberal, disciplinador, que inventa um sujeito a ser conformado com estes objetivos. Estado que exerce sobre o exercício de pensar, um poder absoluto (DELEUZE, PARNET, 1998).

Apesar da amplificação dos cuidados desmanicomializantes, da ampliação dos domínios do conhecimento a respeito dos denominados loucos, das renovadas

¹⁸ Claudina Pereira de Pereira, nascida em São Lourenço do Sul, viveu no Hospital Psiquiátrico São Pedro durante 30 anos e mudou-se para o Residencial Terapêutico em Viamão em 2010, onde faleceu quatro anos depois. Escreveu inúmeros textos que estão atualmente arquivados no Acervo da Oficina de Criatividade do Hospital Psiquiátrico São Pedro. Escreveu o livro “Alma no Espelho” Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, 1994, 56 P.

terapias, continuamos a produzir cada vez mais loucos, a cronificá-los em torno de dispositivos institucionais e o pior, a naturalizar esta relação?

*[...] um alcoólatra é um doente para a vida inteira...lá somos gente (no Caps), na rua somos destratados...lá tem horta, várias atividades...em casa passamos o diabo...lá é um refúgio, tratam a gente como gente, em casa somos tratados como animais...o pessoal do Caps é nosso anjo da guarda [...]*¹⁹

Estranha máquina que produz novos loucos ao mesmo tempo em que mantém a maioria dos já fabricados em torno de dispositivos de cura, de modo permanente, convencidos de que, fora deles, dificilmente sobreviverão. Que forças estas máquinas exercem sobre estes corpos que precisam ser despotencializados para acreditar na sua cura?

Apesar das propostas reformistas na direção da superação das interações através dos serviços substitutivos de assistência, das transformações de nossos modos de cuidar da saúde, percebe-se, muitas vezes, a naturalização de diferentes necessidades e de diferentes dimensões da vida serem incorporadas na versão de doença mental psiquiátrica. Como temos tratado a loucura, o díspar? À desinstitucionalização dos hospitais psiquiátricos seguiram-se novos dispositivos de cuidados intersetoriais. Intercambiado a este movimento amplificaram-se as instituições de cuidados. A loucura dos incapazes de viver num certo arranjo social era antes bem demarcada nos hospitais. O procedimento psiquiátrico desterritorializado dos asilos, ganha novos mundos. Alongado, esquadrinha o espaço social, ganha novas forças. A desmanicomialização nos tornou suscetíveis de sermos todos demarcados como loucos. A loucura pega todos. Todos somos alternadamente psiquiatrizáveis e psiquiatrizantes. Máquina abstrata da loucura que produz despotencialização de partes de corpos institucionalizados: precisam ser despotencializados para receber atenção estatal, enquanto outras partes ganham potências, novos benefícios, novos direitos. Armadilhas institucionais que continuam a decretar verdades sobre a loucura/doença mental. A loucura torna-se um grande negócio, uma grande máquina capitalista que produz novos corpos doentes, novas doenças, novos tratamentos, novos produtos farmacêuticos, novos profissionais. Produção de um fatiamento cada vez mais especializado da vida. A racionalização dos movimentos através de uma gestão biopolítica cada vez mais racista, mais rigorosa e

¹⁹ Relato de usuário do Caps AD em Seminário de encerramento dos cursos da rede Multicêntrica/2012. Salão de Atos da UFRGS. Porto Alegre, 06 de dez. de 2012.

intolerante das diferenças, conduzidas, sobretudo, por uma grande máquina abstrata capitalista, encarnada numa gestão empresarial cada vez mais meticulosa, visando maior competitividade e eficiência em produzir mais fluxos de capital. Viver sob as regras do capital exige cada vez mais novas condições de prontidão corporal.

Para além da desmanicomialização de parte da população considerada incapaz de convívio social, importa analisar o que estamos fazendo com as diferenças. Estamos mantendo e ampliando modelos confirmatórios de doenças, a título da prevenção, do ajuste, da seleção, da medicação. A título de prevenção, cuidados e controles, estamos operando conforme a máquina manicomializante na amplitude do social e, com isto, continuamos a manter e a fabricar novos loucos.

5 O QUE ESTAMOS FAZENDO EM NOSSAS INSTITUIÇÕES DE CUIDADOS?

“Olhar-se-á o crime como uma doença, e esta doença terá seus médicos que substituirão vossos juízes, seus hospitais que substituirão vossos desterros. A liberdade e a saúde se reunirão.”(HUGO, 2008, p. 175).

5.1 Matilhas e Multiplicidades

Sobre a morte do cinegrafista Santiago Andrade, no Rio de Janeiro, em 2014, diz a matéria jornalística, fazendo a conexão miserável/separação/personalidade manipulável/violência. Em conversas com vizinhos e familiares, o responsável pela investigação foi informado de que Caio é uma pessoa quieta e se "transforma" durante as manifestações. De acordo com delegado, o pai — separado da mãe — teria tentado impedi-lo de participar dos protestos. A casa onde mora a mãe "é miserável e ela não tem renda alguma", declarou.

*- Nas relações pessoais e profissionais, ele parece ter uma personalidade completamente diferente. Sob efeito da multidão, ele se transforma, e passa a agir de uma forma extremamente violenta. É uma pessoa muito pobre que, talvez manipulada, passe a agir assim.*²⁰

Sinais distintivos “filho de pais separados, pobre, sem formação política, comportamento introvertido” são apresentados para compor os elementos de uma visagem do comportamento de potencial risco de perigo do jovem: em matilha, este jovem ataca ruidosamente.

Canetti (1995) emprega o termo malta²¹ para os homens, tomando-o de empréstimo dos bandos dos animais, a saber, os lobos, cães, e todos os que vivem em bandos, para melhor caracterizar “[...] o caráter conjunto do movimento rápido, bem como a meta concreta.” (CANETTI, 1995, p. 97). Ação direta e concreta de que se

²⁰ Relato do delegado responsável na investigação do suspeito da morte do cinegrafista Santiago Andrade, Jornal Zero Hora, 12 fev. 2014.

²¹ Utilizamos os termos “malta” e “matilha” indistintamente. Citados por Deleuze e Guattari, na versão em português, é utilizado matilha. Canetti, em versão portuguesa, é utilizado malta.

trata na ocasião. Deleuze e Guattari, por sua vez, tomam também de empréstimo este termo para afirmar os modos de expansão, propagação, ocupação e contágio, no devir humano do animal. Estranhos devires: devir-lobo do homem, onde o importante,

[...] é a posição de massa e, primeiramente, a posição do próprio sujeito em relação à matilha, em relação à multiplicidade-lobo, a maneira de ele entrar ou não, a distância a que ele se mantém, a maneira que ele tem de ligar-se ou não à multiplicidade.” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 55).

Os lobos sempre em matilhas são “intensidades, velocidades, temperaturas, distâncias variáveis indecomponíveis”. E cada lobo é um “eu sinto”, que desenha lobo, lobo dentre lobos, na borda dos lobos”, isto é, “uma apreensão instantânea de uma multiplicidade em tal região”. Ligações esquizo entre matérias diferentes, “[...] segundo outras distâncias, conforme outras velocidades, com outras multiplicidades, nos limites de limiares. Linhas de fuga ou de desterritorialização, devir-lobo, devir-inumano, intensidades desterritorializadas- isto é a multiplicidade.” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 59).

Numa matilha, os movimentos imprevisíveis constituem-se com restrito número de membros, que se conhecem, com sua dispersão em distâncias variáveis e indecomponíveis. Enganchados num corpo-sem-órgãos, sobre o qual cada corpo funciona como órgãos, que “[...] se distribuem segundo fenômenos de multidão, seguindo movimentos brownóides, sob forma de multiplicidades moleculares.” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 60) e que são tanto mais vivos e tanto mais fervilhantes quanto fez a abolição do organismo e de sua organização, para constituir um “corpo povoado de multiplicidades” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 61). Os elementos de cada multiplicidade não cessam de variar e modificar uns em relação aos outros, segundo limiares de franqueamento. Não se trata de divisão, mas aumento e diminuição de limiares sempre mudando de natureza. Daí a impossibilidade de uma totalização ou de uma hierarquização fixas.

Trata-se do funcionamento rizomático das multiplicidades: “cada elemento não para de variar e modificar sua distância em relação aos outros”. Essas distâncias variáveis são “[...] relativamente indivisíveis, isto é, não se dividem aquém ou além de um certo limiar, não aumentam ou não diminuem sem que seus elementos mudem de

natureza.” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 57) E, incessantemente, mudam a natureza da multiplicidade que constituem.

Canetti distingue quatro diferentes tipos de matilhas, segundo forma ou função: a malta de caça, a malta de guerra, a malta da lamentação, a malta de multiplicação, cujo propósito é fazer-se mais (1995, p. 96). Formas distintas que tendem a se transformar umas nas outras, de tal forma que uma matilha de caça pode se transformar numa matilha de guerra e assim por diante.

Numa prisão, a tela metálica, protetora da cancha de futebol, desterritorializa-se de sua função e se reterritorializa ora em linha de contenção de prisioneiros, ora, aos pedaços, em armas de defesa e ataque. Matilhas de jogos, matilhas de guerra, matilhas de caça: brincam, atacam e se protegem, simultaneamente.

As multiplicidades-matilhas se fabricam com as forças que agem nelas, “nos fenômenos físicos que as ocupam, precisamente na libido que as constituem de dentro e que não as constituem sem se dividir em fluxos variáveis e qualitativamente distintos” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 58).

Faço algumas anotações sobre minhas impressões sobre um atendimento, em 2014:

- Suas feições destacavam sua cor amarronzada, lábios finos e formato dos olhos rasgados, bem demarcados. Seus movimentos sutis preferem o silêncio ao diálogo institucional. No início, era eu quem ficava à espreita. Com a repetição dos encontros, percebi que eram eles que ficavam à espreita. Sabiam quem tinha, naquele momento, parte do poder de decisão: eram os da matilha dos técnicos. Aos poucos, passou a necessitar de uma conversa, um pedido, sempre na urgência, uma pequena nesga de olhar naquele rosto de 14 anos transpassado de preocupações com a dureza da vida na rua. Com as ameaças, com os inimigos. Às vezes, naquele jeito taciturno, conseguia deixar escapar uma risada, a alegria dos meninos-lobos, nas matilhas de jogos, dos que vivem em matilhas de guerra.

Cada um expressa os arranjos de que faz parte: matilhas de guerra do tráfico que se transformam em matilhas de multiplicação, que se transformam em matilhas de caça. Elementos cambiantes, transformações incorporais efetuam corpos em lugares confirmatórios, reservados a cumprir “sua sina”: tráfico, desvio e delinquência, prisão.

Constituem-se multiplicidades de multiplicidades que formam um mesmo agenciamento, que se exercem no mesmo agenciamento: as matilhas nas massas e inversamente (DELEUZE; GUATTARI, p. 62).

Diz o Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, falando na cerimônia de morte do Presidente da África do Sul, Nelson Mandela, em dezembro de 2013: “[...] nunca podemos saber o quanto desse senso era inato nele, ou quanto foi moldado no escuro de uma cela solitária.”²²

E o aprisionamento ainda parece ser uma escola conveniente.

Como se produz uma máquina da delinquência? Seleccionamos partes do real, mental e sentido da realidade a partir de determinados padrões. Um sujeito com feições começa a aparecer. Rosto, cara, face que opera e se expressa segundo as roldagens- deformáveis/variáveis- que constituem a máquina abstrata do desvio. Os adolescentes desviantes no início do século XX praticavam pequenos furtos, burlavam atividades escolares, acusados de vadiagem, eram encaminhados para casas de correção.

No início do século XXI, a invariância dos relatos dos adolescentes constrange e massifica o pensamento: fluxos financeiros reduzidos, espaço urbano e de moradia precários, fluxos de suporte familiares e sociais escassos. Por volta dos 12 anos, por necessidades de consumo de drogas e roupas “de marca” envolvem-se nas atividades econômicas relacionadas ao tráfico e furtos de bens privados. “O problema foram as más companhias”, “me envolvi com amigos que já estavam traficando”, “comecei a roubar para comprar roupas, ir para festas”. A vida parece estar cada vez mais reduzida ao consumo: de drogas, de produtos de ostentação. O tráfico de drogas é um trabalho tolerado em certos lugares, como fonte de sustento individual e/ou familiar. Tem regras e hierarquias ainda mais rígidas do que o trabalho lícito. Entretanto, a vida no negócio do tráfico permite apenas a circulação reduzida nas vias da cidade. Sair dos territórios bem demarcados apenas em matilhas devidamente preparadas para a guerra.

- Saímos sempre em grupo, vamos no shopping de táxi, comemos no Mac Donalds e compramos roupas rapidinho e depois voltamos de táxi.

²² Tradução da autora do original: “[...] we can never know how much of this sense was innate in him, or how much was shaped in a dark and solitary cell”. [Discurso do Presidente Obama no serviço do Memorial para o ex-Presidente Sul Africano Nelson Mandela]. Disponível em: <<http://www.whitehouse.gov/the-press-office/2013/12/10/remarks-president-obama-memorial-service-former-south-african-president->>. Acesso em: 1 dez. 2014.

- Quem disse que eu não circulo? E o trabuco?! Serve prá quê?

Eficiência estatal nesta produção de produção, produção de consumação/consumidores, produção de distribuição. A vida regrada à venda e ao consumo de substâncias químicas, ao consumo de roupas de marca e armas.

“Cultura do cada um por si”, “falência da lei, da moral e da ética”, “poder público inoperante”?

O discurso da violência e da falta de segurança está na mídia, nas conversas informais, nos trabalhos científicos. As situações de morte violenta se expandem pela eficiência daqueles que tiram pela violência, por um Estado que faz uso de parcela da população e age com violência diante de qualquer reação, desobediência.

Diz um agente de políticas públicas da segurança:

- Mas a senhora tem que cuidar, o guri fez coisa errada.

Avó, papelreira, isto é, catadora de lixo reciclável, responde:

- Estou acompanhando tudo o que posso. Tive dois filhos, um que trabalha e a outra já faleceu porque era doente. Nunca tive que correr atrás deles, mas faço isto com meus netos.

E mostrando os calos nas mãos:

- Eu digo que as mãos do guri são lisas, eles nem sabem o que é trabalhar pesado, querem tudo mais fácil. Mas enquanto existe força nas pernas e ainda dá prá aguentar eu venho ver o menino [...] Quando tinha esta idade trabalhava com uns alemão e eu recebia roupas usadas das moças, me tratavam bem, nunca precisei disto que ele faz na rua agora [...]

Mulher, negra, pobre, necessita se submeter à caridade, à escravidão, à falta de direitos. Aguentar a vida, no seu esgotamento. Traços de visageidade desviantes de quem há séculos insiste e afirma uma vida, faz lembrar uma letra musical:

Maria, Maria

É o som, é a cor, é o suor

É a dose mais forte e lenta

De uma gente que ri quando deve chorar

E não vive, apenas aguenta

Mas é preciso ter força

É preciso ter raça

É preciso ter gana sempre

Quem traz no corpo a marca

Maria, Maria
Mistura a dor e a alegria
Mas é preciso ter manha
É preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania
*De ter fé na vida*²³

Visagens e paisagens das políticas de vida dos adolescentes e da justiça estatal: licenciosidade e rigidez normativa. Obedientes ao consumo, às palavras de ordem, às visagens da delinquência soberana.

Vossos males reparam os meus? Posso ser feliz com vossas dores? Vossa detenção quita o sangue que vossas barbáries fizeram derramar? Eu seria tão cruel quanto vós [...] tão injusto, se eu o pensasse. A prisão de um homem desdanifica a sociedade dos males que ele lhe fez? O que pode inventar sobre isto o despotismo, em algumas nações, ou o rigor das leis, em outras, o coração do homem honesto o desaprova (SADE, 2004, p. 284-285).

5.2 Os Discursos Obrigatórios

São direitos derramados, exacerbados, pois exercem um poder de proteção do ato, cada mais agravado. Exercemos apenas justiça compensatórias de direitos sociais. Não estão disponíveis os direitos “naturais” à vida compartilhada, como moradia, saúde, escola fazendo parte, inerentes à vida mais comum. Para esta população, direitos de proteção, “especiais” que, a título indenizatório e para a inclusão social, ampliam ainda mais as divisões sociais.

- *O que aprendi aqui foi saber dos meus direitos* – diz uma mãe, em 2013, em Porto Alegre, quando ficava aguardando a chamada para o horário de visita, conheceu seus direitos “Bolsa-escola”, “passagem gratuita” obtidos no Centro de Referência de Assistência Social.

²³ "Maria, Maria". Música e Letra de Milton Nascimento.

- *Tenho os meus direitos*. Ter direitos garantidos torna-se uma arma de denúncias institucionais. Desresponsabilização? O “problema” dependência química concede asilo, absolvição de uma medida.

São raros os discursos que aglutinam três propriedades (FOUCAULT, 2010, p. 6). E o discurso do judiciário é um deles. A primeira propriedade é o poder de determinar a liberdade ou a detenção de um indivíduo, que correspondem a discursos que têm o poder de vida e morte na sociedade de soberania; a segunda é a propriedade do discurso ter o poder de verdade dentro da instituição jurídica formulados por pessoas qualificadas em instituição com estatuto científico. A última propriedade é o de fazer rir. E discursos que fazem rir devem ser destacados. “Esses discursos cotidianos de verdade que matam e que fazem rir estão presentes no próprio âmago da nossa instituição judiciária.” (FOUCAULT, 2010, p. 9).

Sobre o funcionamento da verdade judiciária, Foucault destaca uma prática da maneira como a prova era administrada nos séculos anteriores. No século XVIII, a prova judiciária era definida através de critérios de ponderação aritmética, isto é, havia uma hierarquia de provas que definiam a punição: “meia prova, meia pena”, isto é, “[...] o mais ínfimo elemento de demonstração ou, em todo o caso, certo elemento de demonstração, bastará para acarretar certo elemento de pena” (FOUCAULT, 2010, p. 10). A esta “aritmética da demonstração” se opôs o princípio da convicção íntima (FOUCAULT, 2010, p. 10). Seus princípios se baseiam na convicção total do juiz que deve condenar se estiver persuadido da culpa, a prova deve ser demonstrável com a convicção de sua demonstratividade por um sujeito capaz de conhecimento e verdade, “sujeito supostamente universal” (FOUCAULT, 2010, p. 11). É a cabeça do juiz que vai, a partir das provas reunidas, pesá-las; de acordo com a sua demonstratividade terão mais ou menos poder. Ainda mantém o princípio de proporcionalidade aritmética do velho sistema de provas, cuja pena é modulada pelo grau de incerteza da prova.

Interessa-nos mostrar um outro princípio, que Foucault destaca que é o da “quase-reconstituição da prova legal” (FOUCAULT, 2010, p. 13). Não são provas produzidas por uma estrutura racional, mas sim, trata-se de provas produzidas por agentes estatais. Relatórios, depoimentos de polícia e de técnicos ganham estatuto de cientificidade.

São enunciados judiciais privilegiados que comportam presunções estatutárias de verdade, presunções que lhe são inerentes, em função dos que as enunciam [...] são enunciados com efeitos de verdade e de poder que lhes são específicos: uma espécie de supralegalidade de certos enunciados na produção da verdade judiciária. (FOUCAULT, 2010, p. 14).

Diz um adolescente fala:

- Eu tenho que falar uma coisa para senhora, eu nunca usei drogas. Eu falava que usava, até para ir para um Caps. Por que se eu dissesse para todo mundo que não usava drogas, o que é que os outros iam dizer de mim? Pô, o cara já fez tudo aquilo com a cara limpa, então é porque é muito cruel mesmo. Por isso eu deixei que falassem que eu usava, inclusive falei isto na frente da juíza. Tá sabendo? Eu aprendi com meu chefe que não se deve vender e usar droga. Ou se vende ou se usa. Eu via desde pequeno, pessoas rastejando prá pegar drogas, e eu que era um piá vendo tudo aquilo e não queria isto para mim.

Exclama uma criança em internação no Hospital psiquiátrico, em 2009:

- Hoje eu nem chorei! Pode escrever aí, apontando para o prontuário.

Autonomia, dependência e controle social: as políticas públicas. Cada vez mais nos tornamos signatários dos mandatos sociais de conveniências, ajustes, apoios. Padronizamos, classificamos as mais singulares expressões: aprende-se cedo que chorar é sinal de anormalidade.

Qual é a relação que se estabelece entre os praticantes de atos considerados perigosos e os praticantes de atos que potencializam estas práticas? Quem corrobora com a máquina da violência?

6 SOMOS TODOS SUSCETÍVEIS À LOUCURA E À DELINQUÊNCIA

Fora dos sininhos, das camisas de força, a loucura e a delinquência proliferam na vida cotidiana. Em quais os maquinismos que se engatam nesta magnífica e eficiente máquina de produção? Em quais matérias se efetuam os acontecimentos enlouquecer e delinquir hoje?

A obra cinematográfica francesa, dirigida por Marc-Antoine Roudil: *“Ils ne mouraient pas tous mais tous étaient frappés”* – “Nem todos morriam, mas todos eram afetados”²⁴, apresenta, através da fala dos trabalhadores, a relação de sofrimento e as formas naturalizadas do trabalho. No filme, o trabalhador pode falar diante de um terapeuta apresentando sua função da fala: a ele resta a dor, a queixa, o sofrimento. Parte do agenciamento da empresa e do mundo, pouco ou nada pode fazer dentro da escolha do modo de produção capitalista. A “peça trabalhador” recebe uma escuta acurada, sensível, expondo sua função produtora reduzida e silenciada em uma organização. Ali consegue falar de sua experiência de “enlouquecer” a partir de maquinismos que não são remetidos imediatamente ao mental:

- [...] estou na linha de produção desde os 17 anos. Sinto-me como uma máquina. Cada vez mais rápida, ninguém me acompanha. Onde havia 3 agora há 1. Quanto mais rápido, mais reduzem o pessoal. Temos que ser competentes, se não conseguimos acompanhar perguntam: você não é mais competente? Ficamos completamente humilhados.

Entendemos que a loucura/delinquência está implicada num determinado modo de viver atrelado a um mundo estandardizado. Habitados, amestrados a uma vida ordenada em esquadrinhamentos naturalizantes, linearizamos nosso pensamento e reduzimos nossos percursos de vida. Neutralizadas, parte das necessidades humanas devidamente institucionalizadas, precisam cada vez mais de novos e sofisticados e performáticos artifícios para dar conta das sempre novas exigências, para ficarmos “de bem com a vida”. As necessidades das pessoas serão atendidas em seus direitos desde que estejam devidamente rotuladas, em conformidade com determinadas exigências institucionais. Não são atendidas conforme sua singularidade, sua composição única de ser, portadora de diferenças

²⁴ Documentário, França, 2006.

como qualquer um. Menos ainda são estimuladas conexões inventivas, disruptivas e dessubjetivantes.

O devir-humano do animal foi atravessado pela psiquiatrização que se dá concomitante à formação dos Estados modernos, do processo de urbanização, processo de trabalho remunerado, processo de asilamento dos considerados incapazes de dar conta destas demandas. A cada época, equipamentos, matérias que dão corpo a uma produção psiquiatrizada, são sustentados por conceitos filosóficos, funções científicas, sensações artísticas (DELEUZE; GUATTARI, 1992) que justificam os agenciamentos, contributivos para devires que constituam doenças.

Hoje, atribuindo maior complexidade aos tratamentos da doença mental, multiplicamos as especialidades.²⁵ Por sua vez, a classificação diagnóstica da doença mental articula um número cada vez mais ampliado de saberes. Suportamos interrogar estas redes de saber e poder conquistados? Queremos abrir mão de nossas terapêuticas exclusivas, sustentadas através das dicotomias doença e doença mental, de nossas reservas de mercado, de reinstitucionalizar a loucura?

No período que antecede a Reforma Psiquiátrica, quando uma pessoa era identificada doente mental, era oferecido um “pacote” de serviços “legitimados e inquestionáveis.

As novas respostas(ao pacote) foram muito diferentes: a doença foi substituída pelo processo saúde-doença-cuidado-qualidade de vida e pela noção de uma existência em sofrimento; a psiquiatria passaria a compartilhar com um conjunto de outras disciplinas, constituindo um campo transdisciplinar entre saúde, educação [...] (FAGUNDES, 2012, p. 5).

Diagnosticados por especialistas, médicos e terapeutas, por jornalistas, professores, pais... Forjamos um eu e o sobrecodificamos. Produzimos modos de subjetivação.

²⁵ Segundo o Conselho Nacional de Saúde (Resolução nº 287, de 8 out. 1998): Assistência Social, biologia, biomedicina, educação física, enfermagem, farmácia, fisioterapia, fonoaudiologia, medicina, medicina veterinária, nutrição, odontologia, psicologia e terapia ocupacional.

Sempre que explicamos o problema da esquizofrenia a partir do eu, mais não podemos do que ‘apreciar’ uma essência ou uma especificidade supostamente atribuídas ao esquizo, seja por amor ou piedade, seja para a cuspir com nojo. Um(a) vez como eu dissociado, outras como eu separado, outras, e é o modo mais refinado, como eu que não deixara de ser, que estava especificamente presente, mas no seu mundo, e que se deixa apanhar por um psiquiatra maligno, um sobre-observador compreensivo, em suma, por um fenomenólogo. (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 28).

Hoje, a loucura muda de cara e está cada vez mais ao alcance de todos. Se antes era demarcada nos espaços manicomializados fechados e recônditos, ocupados pelos considerados incapazes de viver segundo determinadas regras do social, o processo de desmanicomialização vai mudar a cara da loucura. Amplificada, através de novos dispositivos seletivos, cumprem cada vez mais criteriosa triagem, para além do saber psiquiátrico. Devidamente selecionados, tornamo-nos mais suscetíveis às avaliações educativas, psiquiátricas, laborais, familiares. Mais ou menos tratáveis, curáveis, educáveis, recebemos marcas, sinais que definem e monitoram nossos devires, tornando-nos mais ou menos capazes de viver segundo “cada canto” dos estriamentos do social. Pulverizada, a loucura é visibilizada nos gestos mínimos avaliados continuamente por todos e qualquer um de nós. A avaliação da incapacidade de convívio social foi sofisticada: o louco é aquele que não possui as condições adequadas para uma gestão empresarial da vida. É o incompetente de gerir capitalisticamente sua vida. Extremamente visibilizados, os mais diversos comportamentos são selecionados por forças produtivas do capital e entram na engrenagem da cadeia de produção, distribuição e consumo da loucura. Todavia, nem todos os comportamentos “compulsivos” serão sequestrados, nem todos serão julgados incapazes de fazer uma gestão empresarial da vida. Checar compulsivamente seus smartphones será codificado um Transtorno mental a partir de quais critérios?

"Uma pesquisa sobre o hábito de jovens em 18 países aponta que cerca de 60% dos jovens nascidos entre 1980 e 2000 checam compulsivamente as atualizações de conteúdo em seus *smarphones*. No Brasil, o número é ainda maior: 73%."²⁶

Interrogamos este gesto incessantemente repetido na história, nessa distância entre razão e não-razão: “É originária a cesura que estabelece a distância entre razão e não-razão; quanto ao poder que a razão exerce sobre a não-razão para lhe arrancar sua verdade de loucura, de falha ou de doença [...]” (FOUCAULT, 1999b, p. 140).

²⁶ Jornal Correio do Povo, 14 dez. 2012, p. 8.

Gesto que continuamente realizamos: ampliamos os serviços, modernizamos os procedimentos, anexamos cada vez mais novas disciplinas em torno da modelagem necessária ao “jeito melhor de ser”, mas mantemos o modelo confirmatório da loucura, de modo cada vez mais visibilizado, nos gestos que separam o que está bem e o que deve ser melhorado.

Rotelli, *et al.* (2001) assinala que, na Reforma Psiquiátrica, a instituição colocada em questão não foi o manicômio mas a loucura. Era preciso desmontar o conjunto de ideias, práticas, instituições referidos à doença, para retomar o contato com o indivíduo enquanto existência em sofrimento (ROTELLI, *et al.* 2001, p. 89). Existência singular que as antigas instituições haviam simplificado, codificado em sintomas, mortificando o pensamento.

Em 1990, antes mesmo da produção das leis brasileiras relativas aos direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e da intensa produção acadêmica gerada, Pelbart já interrogava sobre o ideal político formulado em três palavras: “Sociedade sem manicômios”. Dizia ele: “[...] a cada vez que se tenta problematizá-la em profundidade, uma vertigem se insinua no discurso, como a querer mostrar que talvez se esteja enriquecendo o pensamento, mas paralisando a ação.” (PELBART, 1990, p. 131).

Ao abolir espaços manicomial e abrir novos espaços desinstitucionalizantes através de leis constitucionais estaríamos reduzindo a diferença a questões de direitos sociais? Desterritorializamos os procedimentos psiquiátricos, expandindo-os a uma rede de serviços cada vez mais extensa. “A saúde mental não tem que incorporar outras áreas, mas se abrir para elas”, disse Paulo Delgado. Sua crítica é de que os CAPS, por exemplo, não conhecem os CRAS (Centros de Referência de Assistência Social, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) e vice-versa” (DELGADO, 2010, p. 13). Ampliar a rede de atendimentos por si só, não é sinônimo de desinstitucionalização do doente mental. A questão que colocamos é, estamos conseguindo lidar com as necessidades singulares ou com os rótulos demarcatórios da doença? Esquadrinhamento íntimo das diferenças, para maior detalhamento diagnóstico neste processo de estreitamento da faixa de normalidade. Faz-se a visagem: “redundância de frequência”, constituinte do estrato da significância e “redundância de ressonância”, constituinte do estrato de subjetivação (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 32). Faz-se a paisagem: mundo desterritorializado dos serviços substitutivos do manicômio que mantém em grande parte os mesmos agenciamentos

despóticos, autoritários, ordenadores da normalidade (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 45).

Para dar conta da produção ampliada de novos doentes e da complexidade deste estado humano, denominado doença mental, aumentamos os direitos, o número de especialistas, transformamos a clínica, tornando-a humanizada, ampliada, mais competente para tratar de problemas complexos. Após séculos de tratamentos manicomiais estandardizados e cronificantes, buscamos uma clínica que atenda as mais diversas áreas das necessidades humanas. Estaríamos aqui em mais uma manifestação de esgotamento e recobrimento das lutas desinstitucionalizantes? Esta produção crescente de doenças exige novos tratamentos e novos especialistas que necessitam de novas sustentações do Estado. E continuamos a produzir de modo expandido a doença mental.

- Temos o... Caps infantil, o Caps AD e o Caps normal, que é o psiquiátrico...

Estaríamos na contramão da história ao questionar esta proliferação de atendimentos à saúde, conquistado a duras penas e ainda insuficiente para as demandas mais básicas da população? E como estas políticas sociais afetam os modos como fazemos psicologia social e institucional? Não se trata de diminuir os atendimentos, mas questionar o que estamos fazendo no âmbito de nossos atendimentos. Uma das questões que talvez tenhamos que retomar, obviamente sem desconsiderar tudo o que vem sendo feito neste campo, por parte da psicologia social, é ampliar a análise da institucionalização da doença. Como acolhemos aquilo que denominamos doença mental que está sendo erigida de modo cada vez mais amplificado. “Questões sociais, educacionais, políticas são facilmente codificadas em termos “mentais.” (JAEGER; ROMANINI, 2012, p. 153).

Corpos terapeutizáveis, cujas marcas são consideradas erros a serem corrigidos, necessitam cada vez mais de novas instituições para serem curados. Diante do que não pode ser curado, criamos novos serviços. Em geral, tomamos a intersectorialidade como uma conquista da desinstitucionalização. Mas isto não é naturalizar dois conceitos sem o cuidado de examinar os procedimentos de intersectorialização e da desinstitucionalização? Quem nos garante que a rede de atenção não é marcada pelo poder afirmativo da doença? Faz-se uma fusão entre dois conceitos: desinstitucionalização e intersectorialização (FONSECA; JAEGER, 2012, p. 381).

- *O comportamento dele está estranho... com os técnicos ele tem o discurso completamente adequado. O problema é no grupo ele fica dizendo que quer ser matador de aluguel... A coordenadora, é realmente uma menina muito bonita... Mas eu só queria a tua confirmação de que não estamos trabalhando com um transtorno de ordem mais severa, porque daí ele iria para outro lugar. Aqui neste Caps é um ambiente desprotegido, muito aberto, temia que fosse um psicopata.*

A entrada de um indivíduo num serviço público especializado de atenção à saúde mental incide marcas. De indivíduos necessitados à entrada na instituição estatal, passam a expressar um determinado segmento de indivíduos que passarão a receber amparo das políticas sociais. Indivíduo de direito, recebe tratamento especializado e um nome: usuário da instituição pública de saúde. Para alguns deles, é a única saída para sustentar seus corpos. Que marcas incidem nestes corpos que passam a fazer parte deste arranjo da loucura ou daquele arranjo da delinquência? Qual a visagem destes corpos? Que marcas se fazem necessidades de tratamento, imediatamente codificadas em determinados modos de relação com a vida que passam a exigir cada vez mais o atendimento especializado?

6.1 Desterritorializações e Reterritorializações: o que Estamos Fazendo em Nossas Instituições?

Na 8ª Bienal do Mercosul, em Porto Alegre, ocorrida entre os meses de outubro e novembro de 2011, a vídeo instalação da artista espanhola Cristina Lucas (*La liberté raisonnée* – A liberdade arrazoada) cria uma obra cinematográfica parodiando o consagrado quadro do pintor Eugène Delacroix, denominado “A liberdade guiando o povo”. A tomada fílmica de Cristina Lucas mostra o assassinato a tiros, pelo povo, da mulher que, no quadro de Delacroix, lidera a luta pela liberdade do povo francês ante a opressão dos governantes.

Que estranha e mortífera trama insistimos em executar, capazes de eliminar forças desterritorializantes, sob o pretexto da segurança, do bem-estar, da previsão de agravos?

No gramado, não há doença e nem vícios, afirma jornalista que visitou o HPSP e acompanhou usuários em internação na hora da recreação com educador físico.²⁷ Evidenciando práticas salvacionistas da loucura devidamente instalada, o esporte apresenta-se como o “lado saudável” destes loucos. O jornalista, devidamente instalado na linha de corte dos saudáveis, atribui e destaca que aos loucos há direitos a espaços de lucidez, à alegria do esporte, mantendo-se, obviamente, as fronteiras rigidamente estabelecidas, que estabelecem as funções na contenção manicomial: “Não fosse por gritos vindos da zaga de um dos times, ainda seria uma partida de várzea, talvez mais “normal”. Todavia, não foi “normal” porque um paciente fez um gol contra seu próprio time. Poucos dias depois, está estampada na capa do mesmo jornal, o seguinte título: “Brasil não engrena, mas ganha com gol contra”.²⁸ A matéria versa sobre a partida amistosa do Brasil e Bósnia, onde o Brasil ganhou a partida graças a “ajuda” do gol contra do adversário. O evento “jogar contra” ou “fazer um gol contra” sua própria equipe podem ser dados dois sentidos opostos segundo à atribuição da falta a indivíduos devidamente localizados: a um confirma loucura; a outro, mero erro técnico. Tautologia da engrenagem dicotômica entre os saudáveis e loucos. Uma vez engrenado na máquina abstrata da loucura, restam poucas saídas.

Segue a matéria sobre o jogo de futebol no hospital: “Após uma breve pausa, alguns pacientes se arriscam na bocha, trocam bolinhas com as raquetes de tênis, batem no saco de boxe. Outros simplesmente descansam, deitados na grama, olhos fixos no céu.[...] Mas todos comungam de um sentimento: as poucas horas reservadas às atividades físicas no pátio do hospital são os momentos mais valiosos da internação”. Nesta mesma matéria, consta a reprodução de um relatório enviado à Santa Casa pelo administrador, em dezembro de 1884, em que constava a seguinte solicitação: “Lembro, pois, à V. Ex^a esta medida, cuja realização, não acarretando senão uma insignificante despeza, pois que nas obras do Hospício póde ser preparado quasi todo o necessário para a sala de gymnastica, é entretanto um grande benefício, com que convém dotar estes infelizes.” Documento datado seis meses após a inauguração do Hospital, em 1884.

O jornalista segue em sua matéria “Loucos por esportes”: “[...] questionado sobre o futebol, João não é apenas coerente, como sensato. “Não gosto de futebol. Eles ganham milhões (os jogadores), são ruins e não ajudam ninguém”, afirma com

²⁷ Jornal Correio do Povo, 27 fev. 2012.

²⁸ Jornal Correio de Povo, 29 jan. 2012.

convicção. E surpreende: “esse dinheiro todo da Copa, eles poderiam fazer mais hospitais e investir muito na saúde, né?”, questiona João, mostrando uma inesperada conexão com a realidade.

João, o louco sensato, coloca em xeque a opinião jornalística “denunciadora” do jornal; ainda assim, João tem apenas seu momento de conexão de realidade, sem questionar-se a incongruência de um grupo selecionado em fazer uma copa do mundo a qualquer preço.

Quais linhas estão em jogo com a desinstitucionalização para os diagnosticados doentes, liberados das amarras institucionais do manicômio, e para os terapeutas dos serviços substitutivos? Como se dá esta passagem da linha das tutelas invalidantes para as linhas dos cuidados necessários dos novos dispositivos? Como reinventar laços existenciais no território que não suporta o convívio com a loucura?

Como alguns usuários, apesar da tutela, fortemente demarcados pela loucura, sustentam liames fora das instituições terapêuticas?

No processo de desinstitucionalização a ênfase não recai sobre o processo de cura, mas no projeto de “invenção da saúde”. Inicialmente, o processo de Reforma Psiquiátrica foi de “desmascaramento, desmontagem, decomposição do manicômio” (ROTELLI, *et al.* 2001, p. 70). Começou, colocando em crise os papéis recíprocos entre os terapeutas e as dicotomias terapeuta e doente, doença e cura. Buscava-se romper com a naturalização do manicômio como solução terapêutica única, que responde a diferentes necessidades dos usuários.

Quando pensamos na desinstitucionalização da loucura, pressupomos que devemos partir da clínica realizada nos serviços de saúde, uma vez que, desde sua origem, porta uma marca anátomo-patológica e morfológica (FOUCAULT, 2008). Mas este percurso não deve ser reduzido ao espaço de ação dentro ou fora do serviço. A desterritorialização da loucura se dá pelas linhas de fuga, pela admissão de novas matérias, novos movimentos perceptivos que desmancham as estruturas fortemente demarcadas nas práticas do cuidar.

Solução melhor é não enlouquecer mais do que já enlouquecemos, não tanto por virtude, mas por cálculo. Controlar essa loucura razoável: se formos razoavelmente loucos não precisaremos desses sanatórios porque é sabido que os saudáveis não entendem muito de loucura. O jeito é se virar em casa mesmo, sem testemunhas estranhas. Sem despesas. (TELLES, 1980, p. 28).

Especialistas, estamos dispostos a problematizar lugares instituídos definidos a duras penas a partir de um regramento acadêmico e profissional?

Em uma pesquisa realizada em 2010 (JAEGGER, Regina, 2011) a respeito do processo de alta dos usuários em tratamento no ambulatório Melanie Klein, do Hospital Psiquiátrico São Pedro, algumas usuárias afirmaram:

- Se não fosse aqui, talvez tivessem me levado para um hospício. Antes de vir para cá tentei me matar 6 vezes. Lá em casa eu falo, eu falo, ninguém me entende. Aqui todo mundo tá preparado para nos escutar.

- Sinto muita revolta. Queria permanecer aqui no tratamento. Não me sinto pronta. No particular (no clínico psiquiatra) é pouco tempo. Aqui me dão algo a mais, é mais completo. No particular me sinto mais sozinha. Se meu marido perde emprego, se o médico não gostar de mim, me dá um pé na bunda, lá não tenho garantias. [...] Aqui as portas estão abertas, os postos não.

Corpos de usuários sentem-se incapazes de viver fora do circuito especialistas-medicação-ambulatório. Todo o esforço de viver constitui-se em manter a doença sob cuidados garantidos pelos benefícios sociais. O usuário sente que lhe resta apenas as vias institucionais de cuidados tutelados para garantir sua sobrevivência. Corpos dotados de potências singulares vão se reduzindo a um corpo doente, expressam a dificuldade de se ligar a outras instituições que não seja por este próprio assujeitamento. Sobre ele recai o poder psiquiátrico que, antes de ser curativo, afirma um corpo doente, que deve ser subjugado. Diante da possibilidade de ruptura do vínculo com a instituição especializada, entendem que dificilmente encontrarão outro espaço que “solucione” seus problemas ou mesmo que os admita, sem a marca da doença. Diante da possibilidade de alta, a queixa, a ameaça. Tributo ao regime de verdade que sustenta conceitos, na criação de corpos institucionais. Arranjos de arranjos. Pedacos do mundo que se engendram e adquirem forças, sustentações conceituais capazes de potencializar ou despotencializar outros corpos.

Misturas entre os corpos institucionais. A força da instituição especializada que buscava dar mais fluidez aos atendimentos e a força dos usuários que estavam recebendo alta. É onde detectamos um duplo regime de forças: a força de resistência ao corte, à ruptura do tratamento, de um lado e, por outro, a entrega de si à morte e ao consentimento. Aprenderam a lição.

É quando a desmanicomialização se torna uma “desterritorialização negativa ou relativa cada vez que ela opera” uma amplificação da sujeição à doença mental e

da dependência dos serviços médicos-psiquiátricos desterritorializados, que são “reterritorializações secundárias que as segmentariam e tendem a abatê-las” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 228).

As ameaças e o medo da ruptura expressam a resistência, potência de sobreviver destes corpos que suportam privações, ação de medicações, doenças clínicas e encontram forças para exigir cuidados que consideram seu direito; de outro modo, entregam-se, sem um mínimo de forças para resistir, consentem que não podem gerenciar suas vidas por conta própria. Total incapacidade de cuidar-se e proteger-se. À entrega de si, desvalia, restava a resignação. Afinal, eram doentes. Despotência de sobreviver, e busca da permanência neste estado, aos procedimentos centrados nos atendimentos especializados.

Diante da mudança de um tipo de vínculo institucional, a ameaça de morte, de traição, de abandono dos corpos. Não há como suportar a dissolução deste enlace. Corpo doente que sem a sustentação especializada não tem qualquer valia, qualquer potência para seguir vivendo.

Adolescentes muitas vezes cumprem a visagem da delinquência violenta, quando não percebem que possa haver possibilidade de fazer fugas na própria fuga. Tendem a cumprir com mandatos esperados em um maquinismo de proliferação de instâncias hierárquicas de seleção, confirmando lugares para exercer sua “sina” de morador de periferia pobre, quando foi estudar numa escola fora de sua localidade de origem:

-A diretora disse que o meu lugar é na Fase, por isto estou aqui, me fala um adolescente com um leve sorriso de provocação.

-Sim, e pelo jeito o senhor foi bem obediente em seguir a ordem da diretora, respondo.

7 A GESTÃO DAS PRÁTICAS DE APRISIONAMENTO/A MUNDIALIZAÇÃO DA ELIMINAÇÃO

*Funcionárias que
Quando estão em suas casas
Estão pensando no tamanho do H.P.S.P.
(PEREIRA, p. 37, 1994).*

7.1 Sociedade de Normalização e suas Instituições Disciplinares: o “terço dos Henriques”

A infantaria portuguesa. Os Estados Modernos ocidentais constituem-se de redes institucionais visando a normalização da sociedade. O pleno desenvolvimento econômico faz circular riquezas no cotidiano da população tornando-as mais expostas, não apenas ao roubo, mas à depredação pelas pessoas que manipulavam estas riquezas. Aparece uma espécie de polícia privada encarregada de impedir a transferência da propriedade privada.

Dentro de uma concepção de que “quem rouba, rouba a sociedade”, e, por conseguinte, o infrator deve ser punido/corrigido, o Estado será pressionado pela hegemonia burguesa a intervir na segurança, utilizando-se de um enquadramento moral da população. Constitui-se na estatização de uma moral privatista, cuja função é reduzir os riscos de transferência da riqueza nas mãos da burguesia. Para isto, será necessária uma reforma da conduta moral da população para reduzir os riscos de redução da riqueza da burguesia. Se os aparatos privados não são suficientes, o Estado será (FOUCAULT, 2013, p. 108). De modo que as mutações econômicas em curso fazem necessário um aparato de instituições para fazer circular fluxos de poder nos corpos dos indivíduos, nos seus gestos mais cotidianos. O Estado, ao devir agente da moral, da vigilância, do controle ético-jurídico, juntamente com a polícia, vai se ocupar “[...] de todo um jogo de restrições cotidianas que se apoia sobre os comportamentos, os costumes, os hábitos e que tem por efeito, não sancionar alguma coisa como uma infração, mas agir positivamente sobre os indivíduos, transformá-los

moralmente, obter uma correção.” (FOUCAULT,, 2013, p. 113). O elemento coercitivo não se reduz à sanção penal, age sobre as maneiras de ser, incorporando o direito de corrigir.

Para Foucault (2013), a pena-punição e a pena-penitência distinguem-se nos seguintes aspectos: a pena-punição é a reação, o contra-ataque em defesa da sociedade. Na forma-prisão, a variável tempo vai servir para retribuir a infração (FOUCAULT, 2013, p. 72). A pena-penitência sucede a forma-prisão, cuja emergência histórica deriva da concepção política da sociedade dos Quakers. Banidos da Inglaterra, organizam no estado da Pensilvânia, nos Estados Unidos a partir de 1780-1790, o confinamento celular, isolado e sem comunicação com o mundo. O poder político se justifica pela existência do mal, que deve ser punido, moral e religiosamente. O propósito da instituição celular é “penitenciar”, isto é, aplicar a pena como consequência da infração e proteção social conjugada ao princípio moral da falta. Eis que a moral cristã penetra na justiça criminal (FOUCAULT, 2013, p. 91).

A instituição prisão-penitência salva o infrator pela religião e também abre para um amplo campo de saberes sobre o processo de transformação do indivíduo que serão assumidos pela pedagogia, psiquiatria, educação, psicologia...

No Brasil, podemos analisar estas transformações da polícia, através da organização de uma milícia formada para fazer frente aos avanços da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais (WIC), durante a ocupação da Holanda no nordeste brasileiro entre 1621 e 1640, o “Terço dos Henriques”. Assim denominada, quando Henrique Dias, um negro livre, apresentou-se à infantaria portuguesa para servir junto a outros escravos libertos ao lado dos portugueses nas lutas pela expulsão da WIC do território pernambucano (MELLO, 1988. p. 10). “O total desprestígio e descaso em que se encontravam os soldados regulares fez com que as autoridades apelassem cada vez mais para a chamada ‘gente da terra’ considerada mais adaptada à tática da ‘guerra volante’ ou guerra de guerrilhas”. Denominada “infantaria natural”, integrava índios negros e mestiços (MELLO, 2007, p. 299). Em 1636, “não passavam de” 80 e em 1652, chegaram a 400 efetivos (MELLO, 2007, p. 193).

Enquanto significaram baixo custo para a Coroa portuguesa, os escravos negros libertos e mestiços, organizados em exército, serviram para fortalecer as engrenagens institucionais de uma maquinaria estatal de normalização.

Quase dois séculos depois, os Henriques se expandem. Presentes no Rio de Janeiro, preocupam as autoridades de segurança. Segundo o primeiro Intendente Paulo Fernandes Viana nomeado por Dom João VI, em 1808:

“Negros neste país não devem guardar outros negros e até quisera que eles ignorassem o manejo das armas, e muito menos os das peças de artilharia em que muita mágoa minha os vi adestrar de poucos anos a esta parte”(LEMOS, 2008, p. 23).

Os Henriques estavam agora autorizados a portar armas e a guardar presos, além de ficar à disposição da Intendência de Polícia para supervisionar os trabalhos de prisioneiros, principalmente de escravos em obra pública:

[...] eles não podem mesmo ir gostosos a este serviço. Hão de perceber que os chamam mesmo por ser serviço que a tropa julga indecente e abjeto e que está o primeiro desgosto. Todos os soldados Henriques são oficiais de seus ofícios em que ganham mais cada dia do que os sessenta réis que se lhes quer dar, daqui vem outro desgosto e mal a sociedade que a priva de seus braços no mister de seus ofícios. O país não tem abundância de oficiais mecânicos e estes homens tirados todos os dias de seu trabalho hão de fazer falta ao público aos seus ofícios. (LEMOS, 2008, p. 23).

Em 1808, com a chegada da Família Real e a transformação da cidade do Rio de Janeiro em capital do Império e sede da corte portuguesa, um conjunto de medidas político-administrativas foram tomadas com o objetivo de *metropolização* da antiga sede (GOUVÊA, 2005, p. 708).

Dentre elas, a pressão internacional para a abolição da escravatura e a entrada de imigrantes brancos:

[...] Como ouço que esta projeta imposição vem acompanhado de providencias que podem ser eficazes para se cuidar verdadeiramente no da população branca, a que se aplica a metade da imposição, ninguém haverá que não houve uma medida em que se por uma parte lhes tira indiretamente braços rudes, e que sempre se olham como perigosos, por outra se lhe aumentam braços destros de gente branca suma semelhante, de que o país muito precisa, sem receio, e que promoverá com os seus trabalhos maiores bens. (LEMOS, 2008, p. 2).

Os Henriques, que haviam servido de peças de segurança do exército (Infantaria portuguesa), da polícia (guardar presos) de supervisão do trabalho dos

escravos, transformam-se de peças de fortalecimento do Estado em elementos perigosos, retomam o trabalho sujo. O processo de metropolização passa a exigir um perfil mais limpo, branco, eficiente. Logo, mais apto e confiável.

O filme “O contador de Histórias”, ambientado nos anos 1970 em Belo Horizonte, Minas Gerais, retrata a vida de Roberto Carlos Ramos, na antiga Febem (Fundação Estadual do Bem Estar do Menor), a partir do encontro com a pedagoga e pesquisadora francesa Marguerite Duvas. Numa cena, na entrada do estádio de futebol, Roberto e Marguerite se deparam com uma barreira policial que faz revista em todos os torcedores.

Marguerite:

- *Qual é o problema?*

Roberto:

- *Eles vão me pegar!*

Roberto e Marguerite são revistados e cruzam a barreira policial.

Marguerite:

- *Viu?*

Roberto:

- *Mas é porque a madame estava aqui.*

Marguerite puxa Roberto e entra no banheiro masculino. Diante de um espelho, mostra o rosto do menino:

Marguerite:

- *Olhe no espelho. Por que alguém iria te prender? Olhe para você. Você não acha que sua vida mudou? Que você mudou?*

Roberto:

- *Mas eu continuo preto.*²⁹

Roberto sabe que ser negro, pobre e criança constituem traços de visagem desviantes e minoritários, dentro de um funcionamento biopolítico majoritário, independente da quantidade de negros existentes neste país.

Neste processo de detecção dos desvios, o primeiro descarte é racial. Em reportagem ao homem ocidental, branco, a máquina dos racismos não procede por exclusão, por exteriorização do lado de fora. Mas por inscrição, por aquilo que deveria ser, “cristianizados, isto é, rostificados” pelo Homem branco médio. É um negro, um

²⁹ Fragmentos do filme: “O contador de histórias”, (Brasil, 2009, direção de Luiz Villaça), este filme biográfico, conta a história de um contador de histórias Roberto Carlos Ramos.

judeu, um louco... “O racismo procede por determinação das variações de desvios, em função do rosto.” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 45). O Homem branco pretende integrar e tolerar seus desvios e suas variações em determinado lugar, em determinadas condições, ou para eliminá-los. A cisão ocorre no interior das cadeias significantes e de subjetivação.

A visagem padrão não alcançada dispara o exercício do direito estatal sobre seu corpo, cuja cor da pele e situação social não sofre modificações. As transformações de Roberto, assim como dos Henriques, não os tornam à altura das forças constituintes da visagem que, supostamente, não ameaça, por fazer parte dos “braços destros de gente branca suma semelhante, de que o país muito precisa, sem receio”.

Fazem parte de instituições que constroem, determinam e imprimem marcas que dificilmente poderão superar. Aos pobres e aos negros, a quem atribuímos os perigos mais brutais, ainda se requer movimentos de contenção e monitoramento mais eficientes.

No Brasil, a instituição policial, no regime de produção do verdadeiro, tem a função de proteger a população. Sua ação de forças visa afastar e eliminar as situações desviantes criando barreiras e contenções à violência. No entanto, para cumprir esta função, estas instituições tendem a conservar, corroborar e reforçar a visagem dos desvios e com isto, amplificar e prevenir os perigos a serem combatidos com a mesma violência, a ser combatida.

Diz o Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, em entrevista televisiva sobre a situação de “guerra aos narcotraficantes”, que incendiaram veículos nas ruas do Rio de Janeiro, sai em defesa das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), criadas em 2008, para a “pacificação das comunidades”, e avisa em tom ameaçador: “Quem atravessar o caminho daquilo que está sendo posto no Rio de Janeiro, será atropelado”.³⁰

Máquina de descarte que se propaga e procede, pelo eixo da subjetividade, o processo de subjetivação: constituição de consciência, sujeito e homem. “O homem é majoritário por excelência, enquanto os devires são minoritários.” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 87).

- Quando fomos num seminário e vi lá em cima, no palco, um adolescente infrator falando, bem posicionado eu reconheço, mas confesso que num primeiro

³⁰ Telejornal “Fala Brasil”, TV Record-SP, 24 nov. 2010.

momento achei aquilo muito estranho. Porque em geral, quando eles se apresentam nestas conferências sobre adolescência e medidas socioeducativas eles vêm para fazer apresentação de música, de funk [...]” descreve uma colega sobre sua participação em um seminário sobre socioeducação.

Ruptura da visagem de uma minoria e acede a outros espaços. Maiorias e minorias podem se embaralhar, fazer aberturas num seminário padrão.

Polícia. No conjunto de novas tecnologias de governo da nova ordem do Estado moderno, o objetivo da polícia é maximizar as forças do Estado fortalecendo a ordem interna e mantendo as forças econômicas interestaduais competitivas e estatisticamente equilibradas. O elemento central da polícia será a integração e fortalecimento da atividade humana, individual, qualificada, que seja interessante e necessária ao Estado (FOUCAULT, 2008, p. 433).

No Brasil, a Intendência Geral de Polícia foi criada em 5 de abril de 1808, com a mesma jurisdição que tinha em Portugal. De acordo com o Padre francês Rafael Bluteau, “[...] os homens tinham polícia no trato, na conversação, nos costumes, e também no comportamento”. Em 1712, a polícia civil governa os cidadãos e a polícia militar os soldados. O termo polícia poderia ser aplicado também ao “[...] asseio, limpeza ou alinhamento”. “Assim, a expressão polícia no século XVIII tinha todos os seus significados ligados a um comportamento civilizado diferente dos povos ‘bárbaros’ como os ‘gentios do Brasil’”. (BLUTEAU, *apud* JACQUES, 2012, p. 12-13).

A força de intervenção estatal sobre a vida do indivíduo, através da polícia, em benefício de sua segurança, efetiva sua força selecionando comportamentos necessários dos indesejáveis. Promove a seleção dos indivíduos através de feições características típicas:

Em 1987, no Documentário Santa Marta – duas semanas no morro, uma moradora, no Rio de Janeiro, questiona a ação policial na favela:

- Eu quero perguntar uma coisa, você diz que não tem muita violência, mas a gente que mora aqui no morro e nas proximidades, é violento, tem que parar, tem que perguntar às pessoas para onde é que vão. As pessoas tem que dar satisfação porque isto tá entrando na vida pessoal da gente. Isto não nem é autoridade. É um poder de interpelar o outro, não deixando que as pessoas se visitem, se curtam...³¹

³¹ Fragmentos do documentário: "Santa Marta - duas semanas no morro". Brasil, Direção de Eduardo Coutinho, 1987.

A desqualificação dos gentios do Brasil, assim como a escravatura, o racismo, a *pobreza são estratégias de visageificação de indivíduos incapazes para o trabalho, vagabundos, promíscuos, propícios ao vício* que vêm sendo sustentadas desde as descobertas imperiais e que vêm sucedendo e sendo utilizadas nos mecanismos de imposição neoliberal na atualidade. Questões moralizantes viram transgressões que devem ser corrigidas. Direitos que já se supõem dados por uma maioria homem, branco, racional.

Acsehrad (2014) estabelece uma relação entre os atuais modos de operação das grandes empresas e investimentos que requerem grandes áreas territoriais como barragens e mineração que envolvem a “adesão” das comunidades próximas (dos gentios) e os procedimentos de segurança gestados no Brasil no Período Militar. Agentes privados de segurança infiltram-se nas comunidades, o que antes era realizado pelos agentes de repressão, para desmobilizar qualquer tentativa de movimento de resistência. Ações de “Responsabilidade Social empresarial”, similares às “ações cívico-sociais” das Forças Armadas, são ações que visam atender as necessidades das populações “marginalizadas”. As práticas de assistência social são parte das estratégias chamadas de “não mercado” destinadas a combater os riscos de instabilidade que possa afetar o negócio. Algumas destas estratégias de desmobilização social é oferecer o direito aos serviços como educação e saúde que o Estado não oportuniza. Não são compatíveis com a democracia ações que visam impedir o acesso à informação e que a população possa problematizar os impactos gerados nas suas condições de vida produzidos pelos grandes projetos.

Há uma violência que precede ao capitalismo, assinalam Deleuze e Guattari (2012, p. 153), retomando Marx. É uma violência que passa necessariamente pelo Estado, que irá constituir exatamente as condições de um capitalismo. E dentro do modo de produção capitalista, é difícil dizer “quem rouba e quem é roubado”. A montagem de aparelhos de captura cria ou possibilita a criação daquilo sobre o qual exerce a violência e, por isto, pressupõe este exercício como algo natural. E violência implica em diferentes regimes, em diferentes modos de execução. A luta consiste na violência mais primitiva, incidindo direto sobre os corpos. Possui códigos e equivalências, que podemos comparar com as guerras de matilha do tráfico quando as disputas conseguem ser estabelecidas em equivalências de distribuição de territórios. A violência da guerra implica a mobilização e a autonomização de uma violência dirigida contra o aparelho de Estado. A máquina de guerra é rebeldia,

resistência contra o Estado. Já o regime de violência do crime consiste em tomar algo a que não se tem o “direito” de tomar. É invasão do que pertence ao outro. A violência da polícia de Estado ou de direito é um evento dentro do exercício de um aparelho de captura que se pressupõe com o direito de captura. O Estado tem o “monopólio da violência”, para além das violências diretas, corpo a corpo (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 154-155).

O Estado policial sobrecodifica o Estado de direito. Desta forma, toda a vez que o Estado Policial se permite definir e escolher quais são os adolescentes que quer capturar, ele contribui para demarcar, estabelecer sobre quem vai exercer sua violência e de quem vai sequestrar o tempo, pressupõe o direito de capturar ao mesmo tempo em que contribui para corroborar o que criou: o adolescente infrator, perigoso, que deve ser mantido preso, para recuperá-lo, cumprindo assim a penitência moral estatal.

Diz um adolescente em Medida Socioeducativa:

- Dona, eu prefiro ficar numa semi³² porque, se eu for para casa, os Brigadianos vão pensar que não deu nada e vão me enxertar de novo e eu acabo voltando para cá.

Temos, então, o monopólio estatal da violência, incorporado, naturalizado que preexiste ao seu exercício: “A sobrecodificação do Estado é precisamente essa violência estrutural que define o direito, violência ‘policial’ e não guerreira”. Justifica-se assim a violência contra “os criminosos”, contra os “violentos”, contra os “nômades” para manter a paz... (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 155).

7.2 Governabilidade do Estado (Foucault) e Estado-nação (Deleuze)

Ao final da Aula de 1º de fevereiro de 1978, Foucault chama de governamentalidade:

³² Medida socioeducativa.

[...] o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma o saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. (2008, p. 143).

Também chama por governamentalidade:

[...] a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de ‘governo’ sobre todos os outros- soberania, disciplina- e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e por outro lado] o desenvolvimento de toda uma série de saberes. (FOUCAULT, 2008, p. 143- 144).

Na atualidade, não há haveria propriamente uma sociedade estatal. Há uma “governamentalização do Estado” (FOUCAULT, 2008, p. 145). São as táticas de governo que permitem estabelecer o que faz e o que não faz parte do âmbito estatal, do que é ou não público, do que é ou não é privado. E o Estado somente pode ser compreendido a partir das táticas de governabilidade. Para isto, reconstitui as três grandes economias do poder no Ocidente. O Estado de justiça, saído de uma territorialidade específica de tipo feudal, correspondendo a uma sociedade de leis consuetudinárias e leis escritas. O Estado administrativo, constituído de territorialidade de fronteiras, dotado de uma sociedade regida por regulamentos e disciplinas. E por último, um Estado de Governo, definido não mais pelo território ocupado, mas por uma população e por onde ela se estende. É no âmbito de Estado de governo, que tem por objeto a população, instrumentalizado pelo saber econômico, correspondente a uma sociedade controlada por dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2008, p. 145-146).

E assim,“ [...] o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco ‘governamentalizado’”. (FOUCAULT, 2008, p. 144).

O Estado-nação se constitui sob diversas formas. Realiza a si próprio com razões que facilitam estabelecer a axiomática capitalista. O nascimento do Estado implica, dentre outros artifícios, no estabelecimento de razões de Estado norteadoras

de assimetrias capitalistas que permitem o assujeitamento de parte da população. como processo de sujeição. O Estado, na sua diversidade de formas, é vivo, passional “[...] aonde primeiro se realizam a homogeneidade qualitativa e a concorrência quantitativa do capital abstrato.” (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 167). Há esmagamento de minorias porque são estabelecidos padrões, evidências auto-demonstráveis. Minorias são singularidades que não atingem o padrão estatal estabelecido.

“Tributar pesadamente, tirando do mais capaz e do mais motivado para dar ao menos capaz ou menos disposto, em geral redundando em punir aqueles, sem corrigir estes.” (CAMPOS, 1996, documento eletrônico).

Na axiomática capitalista, o “povo”, as “comunidades” se descodificam e se transformam numa população a ser gerenciada.

Boaventura de Sousa Santos nos ajuda a examinar esta política que vem construindo este plano de pensamento seletivo, cujos traçados são monitorados a serviço de determinados interesses capitalistas globalizantes. Interesses dissimulados, por isso, confusos embora contagiante. Para Santos (2001, p. 31) o processo de globalização é uma nova forma de interação transfronteiras, abrangendo diferentes dimensões da vida humana e condicionando os acontecimentos locais a eventos que ocorrem distantes dali e vice e versa. A globalização dos sistemas produtivos e das transferências financeiras até a difusão mundial da informação e da imagem da cultura de massas e dos estilos de consumo e as migrações transfronteiriças maciças de pessoas como turistas, emigrantes e refugiados vão ocorrer concomitante à ruptura da ideia de Estado-Nação e das fronteiras nacionais enquanto núcleo central organizador das sociedades. E quem assume este protagonismo de movimentação de fluxos e de mudanças globais são as empresas multinacionais e as instituições financeiras. Seus efeitos têm causado profundo impacto sobre as sociedades nacionais e seus mecanismos internos de regulação locais. Para este autor, falar de globalização é falar de um “processo consensual”. Trata-se da constituição de uma falsa ideia de consenso operada pelo grupo hegemônico que atravessa um vasto campo de forças e interesses sociais conflitantes. Este consenso “[...] não só confere à globalização as suas características dominantes, como também legitima estas últimas como as únicas possíveis ou as únicas adequadas.” (SANTOS, 2001, p. 33). Para isto conta com um conjunto de prescrições

sustentadas num consenso hegemônico, conhecido como “Consenso neoliberal ou Consenso de Washington”, pactuadas na década de 1980 (SANTOS, 2001, p. 33).

O Fundo Monetário Internacional (FMI) é uma das 15 agências especializadas da Organização das Nações Unidas(ONU), é criada em 1944, nos Estados Unidos para promover a estabilidade financeira no mundo e oferecer empréstimos a juros baixos a países em dificuldades financeiras. Tem como missão a cooperação financeira que inclui compromissos de metas de equilíbrio fiscal, reforma tributária, desregulação da economia, privatização de empresas e serviços públicos. Segue as diretrizes do “Consenso de Washington”. O capital do FMI é constituído de quotas subscritas por cada um dos países membros, do que depende o acesso às reservas financeiras do FMI e o poder de voto. “Uma caixa comum, alimentada por cotizações dos membros, deve ajudar os que teriam necessidade de divisas para equilibrar sua balança de pagamentos”. A moeda de referência conversível em ouro é o dólar.

O FMI juntamente com outras organizações ecumênicas, como a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Banco Mundial “[...] são, no presente [2012], organizações intergovernamentais que matraqueiam a doxa neoliberal, incubada dentro das fundações privadas da direita anglo-estadunidense, graças ao dinheiro do patronato.” (HALIMI, 2012, p. 386).

Dentre as alterações econômicas preconizadas no consenso de Washington, alteraram-se as formas de intervenção do Estado, reduziram o poder dos sindicatos possibilitando a desconstrução de direitos trabalhistas e da crescente precarização e exploração do trabalho das camadas mais pobres. Além disto, garantiu a expansão do capital especulativo e a ampla circulação de mercadorias e capitais. “Seu crescimento em escala planetária proporcionou a geração de lucros em volume jamais visto na história do capitalismo.”(CATTANI, 2010, p. 267).

Recentemente, dados de um relatório de um banco suíço, informou que, em 2014, o total da riqueza no mundo bateu novo recorde, e, o 1% mais rico da população detém mais de 48% da riqueza mundial (FOLHA DE SÃO PAULO, 2014).

O consenso econômico neoliberal é sustentado por inovações institucionais, entre elas, as restrições à regulação estatal da economia e a subordinação dos Estados nacionais às agências multilaterais como o Banco Mundial (SANTOS, 2001, p. 37).

O Programa de reformas educativas concebidas pelas organizações ecumênicas do Banco Mundial, tem por objetivo “A aprendizagem para todos” através do financiamento de políticas educacionais, de países denominados “países de renda

média” como o Brasil, visando torná-los países mais competitivos, promover o desenvolvimento através do investimento nas competências e da qualificação profissional (BANCO MUNDIAL, 2011, prefácio). Para a expansão da educação, são fundamentais as estratégias de reformas das instituições de educação, com a meta de atingir a todos de forma acelerada e cada vez mais cedo (BANCO MUNDIAL, 2011, p. 4). Para implementar estas estratégias, “o Banco fornecerá: avaliação do sistema e ferramentas de comparação, juntamente com dados de informação, para avaliar a capacidade de um sistema educacional para melhorar os resultados de aprendizagem [...]” (BANCO MUNDIAL, 2011, p. 8). Corroborando com estas políticas, o Ministério da Educação adota mecanismos de seleção e comparação, como vemos na matéria “Uma avaliação mais eficiente”, o TRI, isto é Teoria da Resposta ao Item, vem sendo adotado desde a década de 90, como base metodológica ao Sistema da Avaliação da Educação Básica (SAEB) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do MEC. Adotado no Brasil em meados de 1990, o SAEB considera evidente medir o desempenho dos alunos por provas de múltipla escolha. Recentemente, o Ministério da Educação (MEC) noticiou a implantação da Teoria de Resposta ao Item, a TRI. Este novo sistema de avaliação permite medir os resultados do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) a partir de um conjunto de modelos estatísticos através da comparação dos desempenhos dos alunos “[...] essa teoria possibilita uma aferição mais precisa daquilo que um aluno ou um grupo de pessoas sabe realmente, ou não, sobre determinado conhecimento.” (SILVEIRA, 2014, p. 8). Políticas públicas educacionais são produzidas por universidades públicas e naturalmente adotadas pelo Estado sem colocar em dúvida o processo de entrada dos alunos na universidade pela seleção cada vez mais criteriosa a partir de levantamentos estatísticos, sendo, portanto, incapaz de pensar, por exemplo a entrada na universidade com acessos plenos, a critério de escolha dos próprios alunos, como é estabelecido para outros níveis escolares. (SILVEIRA, 2014, p. 8)

Já o programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa é um compromisso entre governos federal, estadual e municipal com o objetivo de alfabetização de todas as crianças até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental. Para isto, entre outras ações oferecidas pelo MEC, estão presentes três níveis de avaliações. A avaliação contínua do processo professor junto aos educandos, a Provinha Brasil e a aplicação nos alunos concluintes do 3º ano, de uma avaliação externa universal, pelo INEP (BRASIL, 2012). Em matéria jornalística,

sobre o início de adesão do vestibular da UFRGS ao Sistema de Seleção Unificada (SISU), o vice-reitor da UFRGS refere

[...] a procura pelos cursos com maior densidade vai ser grande, e a concorrência nacional vai pesar bastante. A expectativa é de termos muitos candidatos de outras regiões nesses cursos, e nos menos procurados estaremos dando oportunidade de acesso para uma parcela mais ampla no âmbito regional [...] Sobre o perfil acadêmico, será interessante porque a universidade molda muito esse perfil. Temos certeza de que vamos conseguir manter esse padrão de qualidade. (JORNAL ZERO HORA, 2014, p. 5)

Incapaz de produzir acessos plenos a todos os alunos, a educação reintroduz com mais eficácia a competição, a baliza e a homogeneização. Os novos sistemas de avaliação para todos, indicam uma seleção cada vez mais criteriosa, “dos melhores entre os melhores”. O ingresso à Universidade através do processo seletivo do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) provocou a expansão da migração em cursos concorridos. A mudança do perfil dos estudantes pelo exame é definida por ingressantes de outros estados, que optam para entrar nos cursos que desejarem (JUSTINO, 2014, p. 34)

Podemos, assim, propor um quarto tipo de domínio de governabilidade, em referência a Foucault. Um aglomerado de organizações internacionais que se infiltram nos Estados e fazem capilarizar as finanças privadas. Produz-se um tipo de domínio ecumênico político-econômico que trabalha em favor do capital privado. As populações, sob o domínio de governança, vão corresponder aos meios dos Estados-membros para manterem em funcionamento uma máquina de gestão, de produção do consumidor/consumido, de alcance global. A especificidade das novas políticas públicas do Estado-nação mantém e busca ampliar a expansão do capital privado, diminuindo os entraves burocráticos e unificando os objetivos da governança. Esvazia-se o Estado de suas funções criando serviços terceirizados sob pretexto de melhoria dos serviços, privilegiando o capital privado e assim, privatizando as decisões. O funcionalismo burocrata passa a ser eliminado, considerado inadequado às exigências estatais. Contudo, o Estado é pulverizado sem alcançar a eficiência, já que o objetivo é o lucro imediato e sem limites, das finanças mundiais movidas a dinheiro público. Criam-se políticas que agudizam situações-problemas e a iniciativa

privada trata delas. Preconiza-se “[...] o cisalhamento das principais redes de proteção conquistados pelos assalariados.” (HALIMI, 2012, p. 363).

O governo “de menos” neoliberal intensifica ainda Maisa seleção, realizada por um fazer estatal, selecionador, cooptado pelos interesses privados capitalistas. A gestão neoliberal opera na conduta humana individual, por sua vez, é exacerbada pelos operadores estatais, sobretudo sobre aqueles que nas instituições se ocupam dos puníveis, tratáveis e curáveis.

Figura 2 - For the Love of God



Fonte: Damien Hirst, 2007.³³

³³ Disponível em: <<http://www.damienhirst.com/for-the-love-of-god>>. Acesso em: 21 dez. 2014.

A partir dos anos 1980, a orientação macroeconômica keynesiana, cujo modelo era do *welfare state*, principalmente nos países mais avançados, é revertida pelas práticas neoliberais. Diz o professor Antonio David Cattani, a respeito do uso para um seminário da imagem que causou estranheza e aversão: “[...] uma caveira, mesmo cravejada de diamantes, não traduz, para muitos, a ideia usual de riqueza e, menos ainda, de desigualdade e pobreza” (CATTANI, A., 2010, p. 268). A obra *For the love of god* do artista britânico Damien Hirst pode ser considerada um ícone do atual estado de coisas do capitalismo contemporâneo, assinala o professor.

“O problema todo é a falta de limites”, dizem professores, psicólogos, amigos. Palavra-chave da justificativa dos problemas nas escolas, na família, na prisão. Nós pouco levamos em conta a produção dos devires humanos engajados a uma máquina abstrata que cria equipamentos que contribuem para um devir mais ansioso, medroso. E cria equipamentos disponibilizados a ajudar, constituindo caminhos únicos. Psiquiatrizar, psicanalizar, delinquir são eventos encarnados no processo de produção do devir humano.

O Estado-nação, integrado na governança, vai oferecer, em nome da fruição da liberdade, da maximização da vida, formas de controle que estreitam cada vez mais nossos percursos e nossas escolhas de vida. Apaziguados numa esperança de liberdade mesmo controlada, aprendemos rapidamente a obedecer e fazer obedecer.

Lugares confirmatórios são reservados ao longo da vida dos indivíduos. Na gestão do Estado-nação, subjugado à governança mundializada, o saber cumpre e determina mandatos sujeitados a uma regra acadêmica legitimada: estriamento social radicaliza visagens, cria núcleos de desvios. As instituições humanas, principalmente aquelas que se reservam o direito de curar, tratar, cuidar, conservam seu funcionamento para dar consistência a uma razão de Estado atrelada à razão de governança das organizações ecumênicas: ONU, OTAN, FMI, FIFA...

Controle, liberdade e democracia podem caber numa mesma frase?

“Seguramente, o Estado não é nem o lugar da liberdade nem o agente de uma servidão forçada ou uma captura de guerra.” (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 173). Num Estado dominado pelo capital financeiro, a democracia é multifacetada pelos interesses privados. Estratégias de controle sobre a população não são exclusivas do rigor do Estado de exceção. Operadores sociais agem numa engrenagem mais suave, mas não menos mortífera, a defesa da apropriação dos recursos naturais. Numa

lógica de mercado, a vida de pessoas que não servem para esta engrenagem, vale muito pouco.

Estatização da moralidade sustentada por uma racionalidade privatista que esvazia a capacidade de criar, conseguindo tornar natural e legítimo cada vez mais os modos carcerários de viver. Agudizamos divisões, criamos cada vez mais novas ameaças e inimigos e chamamos a iniciativa privada para entretê-las.

O interesse pela população é cada vez mais compartimentado, confirmando e reservando lugares especializados para cada indivíduo a cumprir com sua tarefa de modo bem demarcado. Traçados da existência, cujos caminhos e devires são cada vez mais monitorados, reenviados a estreitas operações de ser, pensar, sentir e agir. Devidamente observados, balizados, selecionados, incluídos em normalizações e regulamentos, a vida passa a ter um objetivo comum e inexorável necessário para um funcionamento maquínico ajustado a um suposto jeito bom e necessário de ser, para não atrapalhar o lucro de alguns.

No Documentário “Santa Marta – duas semanas no morro”, diz uma mulher, estranhando a conexão largamente naturalizada de pobre/nordestino/favela:

- Eu queria só saber quem foi que teve esta ideia e por que o pobre aceitou e agora não adianta desfazer o negócio porque já sabe: veio do Ceará, veio no pau de arara, tem que subir a favela. ³⁴

O que se prioriza comprar? Aparelhos dentários são a marca distintiva dos adolescentes na Fase (Fundação de atendimento socioeducativo). É o que lhes possibilita sair para serem atendidos fora e, para isto, solicitam para a Defensoria Pública. Consomem o que uma classe média consome. O consumo de um aparelho produz uma marca de distinção hierárquica e não se constitui numa política pública para todos adolescentes. O capitalismo se expande, se reterritorializa e mantém a seleção: invade a periferia e contagia, com suas regras, seus modos capitalistas de ser. Ostentação é a marca dos que podem mais. E isto é uma guerra de consumo:

“Como os tênis de grife, consertar os dentes virou sinônimo de status”, diz uma dentista de clínicas odontológicas voltadas para classe C,D e E.³⁵

Numa instituição prisional, as maltas prisionais tendem a constituir uma espécie de indivíduos “salvadores”, que se disponibilizam ao duplamente penal: de

³⁴ Fragmentos do documentário: "Santa Marta - duas semanas no morro". Brasil, Direção de Eduardo Coutinho, 1987.

³⁵ Revista Veja. Edição 2358, ano 47, nº5, 29 jan. 2014, p. 71.

um lado o sistema coercitivo disciplinar que utiliza procedimentos com a função de vigiar, constranger, buscar eliminar as situações cotidianas que possam transgredir as normas. De outro, a sanção penitenciária funciona através da pedagogia, psicologia, no “direito a correção” disponibilizada pelas legislações da socioeducação atualmente em vigor.

O esquadramento coercitivo e penitenciário, transformação da moral em correção:

Diz um adolescente, em cumprimento de Medida socioeducativa, em 2014, em Porto Alegre:

- Eu já vou dizendo prá senhora que certinho, certinho eu não vou ser, até porque, hoje em dia, até andar fora da calçada já é considerado um erro.

Questões morais são regidas por conceitos “punir”, “educar”, “tratar” os ditos loucos, os ditos delinquentes, são sustentadas por razões de Estado que se pressupõem universalizantes, que confirmam a violência, da mais sutil à mais grosseira. Apaziguados com as novas mudanças (necessárias), afinal, há uma construção de convencimentos de que precisamos de tudo isto ou, que não temos outra saída. Na academia, na indústria, nas escolas trabalhamos com a violência da racionalização neoliberal do Capitalismo Mundial Integrado (CMI): “na vida, tudo tem seu preço”; “quanto maior a produtividade, maiores são os rendimentos”.

Os adolescentes ditos perigosos têm cara, condição social, local de circulação, cor, escolaridade, situação familiar. Alcançar o ideal de ser do capitalismo é uma longa e incerta estrada. Fora deste percurso, aderem a um modo de ser que se utiliza de couraças, de armas, de dinheiro. Especializam-se no negócio do tráfico, roubo e assassinatos, são invisíveis até chegar no limiar que separa “os proprietários e dos não proprietários”. A avó, em 2014, naturaliza a situação de semi-escravidão e dignidade através do trabalho duro.

A mídia mais comum assim como as conversas cotidianas expõem os “fatos assustadores”, que é a falta generalizada de segurança: “Morrer assassinado, mesmo sem estar no circuito perigoso dos bandidos, dos marginais, começa a se tornar, não ainda banal, mas já frequente [...] (LUFT, 2014, p. 24).

O que mede a grandeza de uma nação? É o volume de riqueza socialmente produzido? É a justa repartição da riqueza socialmente produzida? Para Cattani (2010, p. 5), a pobreza “[...] é moralmente inaceitável, pois ela atenta contra a dignidade dos indivíduos, degrada a vida social e inviabiliza o desenvolvimento

econômico equilibrado”. Apesar de nos últimos duzentos anos ter havido incontáveis processos políticos e econômicos de modo a unir crescimento econômico, democracia e inclusão social, os resultados no início do século XXI são contrastantes.

É próprio do capitalismo manter o fluxo da riqueza num só sentido e numa só direção: este é o “equilíbrio” do lucro, esta é a “inclusão” democrática e social. Riqueza e pobreza criam-se simultaneamente, em nome do capital. Enquanto uns fomentam, outros usufruem das riquezas.

Quais políticas públicas operam quando construímos cada vez mais novos pobres, cada vez mais novos loucos e cada vez mais novos delinquentes?

Tendemos a aceitar as regras do jogo impostas pelo CMI devido as nossas necessidades e tendências institucionais de bem estar. E sabemos que estas políticas, longe de estabelecer consensos elas ensejam guerras.

Os discursos do presidente George Bush dos Estados Unidos em resposta ao atentado de 11 de setembro de 2001, em Nova Iorque, na “guerra contra o terrorismo”:

- Nossa resposta envolverá muito mais que retaliação instantânea e ataques isolados. Os norte-americanos não devem esperar uma batalha, mas uma prolongada campanha diferente de tudo que já vimos. Ela pode incluir ataques dramáticos, visíveis na TV, e operações sigilosas, mantidas em segredo mesmo que conquistem o sucesso. Nós privaremos os terroristas de suas verbas, os voltaremos uns contra os outros, os expulsaremos de seus refúgios até que não lhes reste refúgio algum. Cada país, em cada região, tem uma decisão a tomar, agora. Quem não estiver conosco, estará com os terroristas. ³⁶

Discurso presidencial que encontra ressonância nos guris em Porto Alegre:

- Eu pretendo estudar e quando eu crescer eu pretendocer advogado mas eu tenque estudar mas aonde eu morro é estranho porque os caras são rui e eu tenque matar eles porque se não eles memato e eu tenho medo que eles matão minha familinha porque eles já matrão uns amigos meus já vi amigos morrerer ao meu lado e me abalou porque já perdi um irmão que eu não tenha medo de morrer

³⁶ Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/mundo/estados-unidos/confira-na-integra-o-discurso-de-bush-apos-os-ataques-de-119,50fb27721cfea310VgnCLD200000bbceboaRCRD.html>>

*porque um dinha eu sei que eu vou morrer a vida não é eterna e que quero que o mundo se foda.*³⁷

Em 2009, o Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, ao receber o Premio Nobel da Paz, afirma:

*- Ajudamos a manter a paz com o sacrifício de nossos soldados e a força de nossas armas, [...] A guerra tem um papel em preservar a paz [...]*³⁸

A guerra para pacificar imposta por alguns países, sobretudo os Estados Unidos, que pressupõem o direito político soberano de vida e de morte. O direito de matar, quando se quer, aqueles considerados oferecerem algum risco a suas oportunidades de expansão.

Um adolescente para ser “um bom trabalhador” e “aproveitar bem as oportunidades” oferecidas por rede estadunidense de *Fast Food* em Porto Alegre, em Porto Alegre, que paga R\$3,53 a hora trabalhada. Não aproveitar esta oportunidade é considerado um desajuste social, “não querem nada com nada”. Ajustar-se ao modo capitalista é uma violência, desajustar-se também é uma violência.

Os adolescentes que vivem nas vilas, envolvidos com o tráfico selecionam quem vai fazer parte e quem serão os “contras” de uma azeitada máquina capitalista: “Eles valorizam a força e ignoram e repudiam a fragilidade do outro, reproduzindo os modelos que o próprio capitalismo constrói e propaga nas relações sociais e trabalho”, explica a psicóloga Márcia Feffermann (DIETRICH, 2006).

O tráfico de drogas é um trabalho que admite “perfis” de trabalhadores que, em outros espaços de trabalho formal, seriam inadmissíveis: sem a formalidade da formação escolar e profissional. O Estado reconhece e tolera a evasão escolar, a existência da violência policial, a violência dos ambientes insalubres das vilas, a ausência de espaços de lazer para a população. Expostos à violência e submissão contínua dos grandes grupos de traficantes, da polícia, da omissão do Estado, o envolvimento com o tráfico para muitas crianças e adolescentes pobres torna-se uma saída frequente, quase uma sina. Aprisionamento e a eliminação cada vez mais cedo. Por si só, as facções privatizam de modo cruel a eliminação estatal mais dócil:

³⁷ Material fornecido por técnico de curso do PRONATEC realizado em Porto Alegre, 2014.

³⁸ Discurso do Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, quando recebeu o Premio Nobel da Paz, em Oslo, em dezembro de 2009. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,no-nobel-obama-diz-que-guerra-tem-papel-para-manter-a-paz,479852,0.htm>> Acesso em: 23 maio 2014.

O Estado do Rio Grande do Sul, entre 2005 e 2014 triplicou os gastos com a segurança pública, mas os assassinatos aumentaram em 68, 6%. Em Porto Alegre, 80% dos homicídios têm algum tipo de relação com o tráfico, seja por dívidas, disputas ou simples rixas (COSTA, 2015).

E a adolescência exacerba ainda mais este temor, por serem considerados “impulsivos e propagadores da violência”, mas são os que mais morrem. Segundo estudo do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) crianças e adolescentes de sexo masculino, entre 0 a 19 anos no Brasil são os mais vulneráveis aos homicídios: cerca de 11 mil mortes anuais.³⁹

A luta pela redução da maioridade penal *versus* os defensores dos direitos humanos é a luta da hipotética educação civilizadora contra o pensamento “bárbaro e irresponsável” de alguns intelectuais.

Presos a um determinado jeito bom de ser da vida no capitalismo, proliferamos instâncias de controle e vigilância do pensamento e das condutas. Vigilantes e vigiados, incorporamos atributos, afinal, todos querem viver seguros, em uma sociedade onde o perigo está disseminado e com isto, positivamos num novo jogo relacional de forças, o inexorável poder das amarras dos aprisionamentos como condição do viver.

O perigo da violência é sua ancoragem sobre uma racionalidade comum, cotidiana.

Pretendeu-se que, se nós vivêssemos num mundo de razão, nós poderíamos nos desembaraçar da violência. É inteiramente falso. Entre a violência e a racionalidade não há incompatibilidade. Meu problema não é atacar sistematicamente a razão, mas determinar a natureza desta racionalidade que é tão compatível com a violência. (FOUCAULT, 1994d, p. 802-803).

As instituições estabelecem graduações em ajustamentos, em confinamentos. Constrangidos e desocupados, os indivíduos desviantes são perfilados, classificados a partir de mecanismos progressivos de incapacitação, que vão colocando para fora os inadaptáveis, tecendo assim, duas máquinas: a do louco incurável e a do delinquente incorrigível.

Diz um agente de segurança:

³⁹ Disponível em: <http://www.unicef.org/publications/index_74865.html>

- *Vamos aguardar este guri fazer 18 anos para que ele não retorne ao sistema socioeducativo.*

E, com isto, decretamos nossa própria ineficiência institucional.

8 UMA INSTITUIÇÃO DE CUIDADOS

A novidade
 Que tem no Brejo da Cruz
 É a criançada
 Se alimentar de luz
 Alucinados
 Meninos ficando azuis
 E desencarnando
 Lá no Brejo da Cruz
 Eletrizados
 Cruzam os céus do Brasil⁴⁰

A Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE) é responsável pela execução de Medidas Socioeducativas no Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO SUL, 2002a e 2002b). Segundo seu estatuto, de 2002, consolida o processo de reordenamento institucional estabelecido em 1990, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990), extinguindo a Fundação do Bem-Estar do Menor (Febem). A novidade da Fase “[...] pressupõe a ruptura do paradigma correcional-repressivo que orientava a política do bem-estar do menor e o estabelecimento de garantias dos direitos das crianças e adolescentes pelo Estado.”⁴¹

Em Porto Alegre, já na primeira sessão da Câmara de Vereadores instalada em Porto Alegre, no dia 06 de setembro de 1773, “[...] era tema dominante o cuidado com os expostos” (MACEDO, 1982, p. 16 *apud* COSTA; *et al.*, 2002, p. 13).

No século seguinte, com o aumento de crianças nesta situação e o surgimento da Santa Casa de Misericórdia, a Câmara lhe repassa esta responsabilidade de assistência, em 1837.⁴² Com escassos recursos, a Santa Casa recebeu auxílio financeiro das loterias até passar a receber subvenções para exercer os cuidados das crianças enjeitadas, expostas (COSTA; *et al.*, 2002, p. 14).

⁴⁰ "Brejo da Cruz". Letra e música de Chico Buarque.

⁴¹ Disponível em: < <http://www.fase.rs.gov.br/wp/institucional/historico/> > em: 14 mar. 2015.

⁴² Lei Provincial n.º 9, 2 nov. 1837. *In*: TORRES, Luiz Henrique. A Casa da Roda dos Expostos na Cidade do Rio Grande. **Biblos**, Rio Grande, n. 20, p. 108, 2006.

“A miséria das classes subalternas levava ao abandono das crianças recém-nascidas em terrenos baldios, nas ruas escuras ou na velha roda dos expostos da Santa Casa, para que alguma alma caridosa as criasse.” (PESAVENTO, 1998, p. 77).

Em passagem de D. Pedro II em Porto Alegre, em 1845, fará uma homenagem a sua esposa, Dona Tereza Cristina, doando dinheiro para a compra de terreno e construção de colégio para meninas indigentes denominado Asilo Santa Tereza.

Nas duas primeiras décadas do século XX, crianças “que esmolavam, que perambulavam pelas ruas sem ocupação, que eram atraídas pelo jogo e pela bebida” passaram a ser preocupação das autoridades. (PESAVENTO, 1998, p. 77).

Em 1927, foi decretado o Código de menores onde designa que crianças consideradas “infantes expostos” são aquelas em estado de abandono; menores de 18 anos, que vige até 1979.⁴³

Crianças abandonadas são as que “não tenham habitação certa, nem meios de subsistência”, “devido a indigência, enfermidade, ausência ou prisão dos Paes, tutor ou pessoa encarregada de sua guarda”, “impossibilitado ou incapaz de cumprir os seus deveres”, que se entreguem à “pratica de actos contrarios á moral e aos bons costumes;” ou “em estado habitual do vadiagem, mendicidade ou libertinagem”; ou ainda que, “ andem na companhia de gente viciosa ou de má vida”; “victimas de máos tratos physicos habituaes ou castigos immoderados;”, “excitados habitualmente para a gatunice”.

As crianças vadias são as que “se mostram refractarios a receber instrucción ou entregar-se a trabalho sério e util, vagando habitualmente pelas ruas e logradouros públicos”, “sem que tenham meio de vida regular, ou tirando seus recursos de “ocupação immoral ou prohibida”.

O Código selecionava e circunscrevia em categorias hierárquicas morais as crianças pobres cujas atividades passariam a ser objeto de cuidados e de assistência do Estado. Menor passou designar criança pobre, com comportamento irregular, vinculado a assistência social.

O Serviço Social de Menores – SESME nos anos 1940 integra as ações de atendimento existentes no Rio Grande do Sul enquanto compromisso político estatal de atendimento às crianças e adolescentes carentes, abandonados ou autores de atos infracionais.

⁴³ Decreto n.º 17.943, 12 out. 1927. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm>

Em pouco mais de um século, na grande área do Asilo Santa Tereza, abrigará espaços institucionais sobrepostos, destinados aos cuidados das crianças dos idosos, dos prisioneiros políticos, dos adolescentes.

Nos anos 1960, jornais expõem as condições precárias das casas de atendimento do SESME “aos menores”: “[...]meros depósitos como tem sido desgraçadamente até hoje, onde os menores permanecerão indefinidamente até que o Juizado consiga resolver o caso de cada um.”(CORREIO DO POVO, 1962 apud COSTA; *et al.*, 2002, p. 23).

O abrigo de Menores do Partenon recebe denúncias de irregularidades financeiras praticadas pela diretoria na administração dos recursos públicos, “[...] enquanto os menores recolhidos ao Abrigo passavam toda sorte de privações”. Na época, o então Governador Leonel de Moura Brizola determina a demolição do prédio, fato que demorou para acontecer. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1960 apud COSTA; *et al.*, 2002, p. 31).

Em 1962, o Instituto Central de Menores (ICM) foi inaugurado para realizar triagem do serviço social de menores do SESME e realizar um adequado programa de atendimento. Recebido com grande comemoração e expectativa, conforme notas da imprensa da época:

“Solução definitiva para o problema do menor desamparado.” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1962 apud COSTA; *et al.*, 2002, p. 32)

“Instituto de menores: novo marco na batalha social da recuperação.” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1962 apud COSTA; *et al.*, 2002, p. 33)

O ICM executado pela Comissão Estadual de Reaparelhamento Penitenciário da Secretaria de Obras, é “[...] construído em tempo recorde. [...] a unidade era dotada dos requisitos técnicos mais modernos para a recuperação de delinquentes, como: enfermaria, oficinas, salas de aulas, amplos e confortáveis dormitórios, pátios para recreação [...]” (COSTA; *et al.*, 2002, p. 29).

Uma nova instituição angaria múltiplas atribuições com o objetivo mais moderno na recuperação e regeneração. Redes gradativas de controles e proteção que não são da ordem da prisão-punição, mas uma resposta mais ampla de serviços pedagógicos, psicológicos, profissionais impostos para recuperação dos infratores e assim desarmar os prováveis e os já constituídos inimigos sociais.

Após sua inauguração, o ICM serviu como prisão para presos políticos perseguidos pelo Golpe militar de 1964:

Logo que os presos políticos saíram se não me engano em torno de 67-68, o prédio foi todo reestruturado. Foram feitas mudanças, pois ele servia somente a presos políticos, uma vez que não tinha grades, nem nada. As pessoas que estavam ali, não eram daquelas índoles. Elas ficaram no ICM, simplesmente porque eram presos políticos, não era tão severa a coisa. (COSTA; et al., 2002, p. 35 – depoimento do monitor Angelo Bragagnolo Neto).

No fim da década de 1960, durante a ditadura passou a receber crianças e adolescentes classificados como “[...] infrator, menor com problemas de conduta, menor perambulando pelas ruas, assaltante, arrombador, menor perdido e menor abandonado encaminhados pelos juizados considerados adolescentes infratores com perfil agravado” (COSTA; et al., 2002, p. 35).

Em 1964, o SESME ser substituído pelo DEPAS – Departamento de Assistência Social.⁴⁴ A criança e o adolescente vinculados a comportamentos considerados transgressivos suscitam a necessidade “[...] de uma ação especial mais abrangente, pela crescente demanda a exigir diversificação de respostas e devido a uma nova concepção de abordagem de problemas sociais.” (COSTA; et al., 2002, p. 37).

“[...] os pequenos ficavam lá no Instituto Infantil de Ipanema, depois seguiam para o São Joaquim” e “depois para a Escola Profissional”. Os menores considerados “problemas” eram encaminhados para o ICM, “que atendia a faixa dos 15 aos 18 anos”. (COSTA; et al., 2002, p. 34 – Depoimento de Jorge Krug, assistente social).

E esta “ação abrangente” relacionada ao “crescimento da delinquencia juvenil no Rio Grande do Sul” estará vinculada a criação de um nova estrutura administrativa com uma perspectiva mais ampla. Começaram a surgir propostas de ações institucionais voltadas a comunidade. Uma delas, denominado “Centro de Recepção e Triagem”, cujas obras iniciaram em 1966 com a finalidade de atender 24 horas adolescentes infratores e não infratores para dali ir para as casas de triagem e atendimento hospitalar ou miniatendimentos, conforme afirma o monitor Jorge Gilberto Krug (COSTA; et al., 2002, p. 38).

O DEPAS (Departamento de Assistência Social da Secretaria do Trabalho e Habitação), após seu desmembramento, em 1968, preparou caminho para a constituição da FEBEM-RS (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor).

⁴⁴ Disponível em: < <http://www.fase.rs.gov.br/wp/institucional/historico/> em: 14 mar. 2015.

A FEBEM, criada em 1969, executou, em âmbito estadual, a política nacional do bem-estar do menor, ditada pela FUNABEM (Fundação nacional do Bem-Estar do Menor), criada em 1964, no Rio de Janeiro.⁴⁵⁴⁶

A pena-penitência, na promessa de “[...] salvar e reconciliar a alma de indivíduos.”(FOUCAULT, 2013, p. 104). Para defender a sociedade dos ataques de seus inimigos, vai impondo um grande sistema de confinamento e vigilâncias endereçados as massas marginais. Instituições de confinamento servem-se de outras instituições de correção, terapêuticas, pedagógicas com o objetivo de fixar o indivíduo no aparelho de produção, que transmite saber, que busca normalizar.

A FEBEM conjuga “esforços do Poder Público” e da “comunidade para solucionar o problema da infância desvalida”; e visa “o fortalecimento da família”, “trabalhos de natureza corretiva, preventiva ou promocional, que visem ao bem-estar do menor”; “fazendo o internamento como última condição”. (COSTA; *et al.*, 2002, p. 38 – Depoimento de Jorge Krug, assistente social).

A clientela da FEBEM era formada por criança e adolescentes ente o a 18 anos encaminhadas pelo Juizado de Menores, proveniente de população com renda de o a 2 salários mínimos, em situação irregular, crianças em situação de rua ou semi-abandono, conduta irregular, alta periculosidade (COSTA; *et al.*, 2002, p. 39-40).

Os atendimentos eram realizados a partir de uma triagem, segundo a idade e sexo, avaliação bio-sócio-pedagógica dos menores. A partir desta seleção, eram redistribuídos para as instituições de reeducação, retorno a comunidade e lares de adoção. Com isto, percebemos a eficiência “penitenciária” direcionada ao adolescentes reeducáveis.

Aqueles adolescentes considerados “[...] delinquentes, infratores ou com perturbação de conduta grave, com quociente intelectual baixo ou excepcional, abandonadas ou estado de abandono.”(COSTA; *et al.*, 2002, p. 43).

Ao irrecuperáveis, é preciso então a fixação sobre sistemas ainda mais rígidos e controlados. “Cada sociedade, segundo suas necessidades, pode modular a escala de suas penas.” (FOUCAULT, 2013, p. 68). Uma graduação de contra-ataques em defesa

⁴⁵ Lei Estadual n.º 5747, de 17 de janeiro de 1969. Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/legis/Mo10/Mo100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=39116&hTexto=&Hid_IDNorma=39116

⁴⁶ Lei Federal n.º 4513, de 1º de dezembro de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4513.htm

da sociedade é então, construída, para desarmá-lo, destituindo sua liberdade ou reintroduzindo no social, dos readaptáveis.

Segundo o depoimento do professor do Instituto de Psicologia da UFRGS e ex-Diretor da FEBEM, a “[...] a idéia do Centro de Triagem, era fazer com que o menor com decisão judicial, tivesse o seu comportamento examinado de forma a ser realizada uma triagem. Essa triagem servia para ver qual era a gravidade do caso e determinar para que instituição ele seria enviado.” (COSTA; *et al.*, 2002, p. 46).

Tais instituições de triagem para proteger, reeducar, proteger, tratar não visa a marginalização dos indivíduos, ao contrário, trata-se de incluir no aparelho capitalista de produção. Alguns indivíduos, no entanto, resistem. A estes, a intervenção institucional produz a marginalização, efeito colateral que escapa a estas funções. Efetivamente “[...] a máquina trabalha para desmarginalizar e a marginalização não é senão um efeito lateral.”(FOUCAULT, 2013, p. 213).

Juntamente com a triagem bio-sócia-pedagógica, foram implantados diferentes programas preventivos sociopedagógicos na comunidade e no interior dos abrigos, “visando minimizar a pobreza”; “prejudicados no processo de desenvolvimento” ou “que apresentavam conduta irregular”. A ação terapêutica “tinha um caráter provisório, e objetivava reintegrar o “menor” na comunidade, o mais rapidamente possível”(COSTA; *et al.*, 2002, p. 48).

Unidades de reeducação, educacionais, assistência aos excepcionais.Triados e descritos em função de “suas capacidades” e “incapacidades” relacionadas a alguma coisa chamada normal e assim, decreta os possíveis descartes a serem realizados.

O novo Código de Menores, de 1979⁴⁷ amplia as medidas de prevenção sobre todos os menores e a assistência, proteção e vigilância a menores de dezoito anos, “em situação irregular”, aqueles “privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória”; “falta, ação ou omissão dos pais ou responsável”; “vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável; “em perigo moral”; “com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária; “autor de infração penal”⁴⁸ O Código de menores mantém endereçada a assistência e proteção institucionais aos pobres e amplia a prevenção

⁴⁷ Lei Federal n.º 6.697, 10 out. 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm>. Acesso em: 10 fev. 2015.

⁴⁸ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm>. Acesso em: 10 fev. 2015.

para todos os adolescentes, ampliando a vigilância sobre suas ações, como nos estabelecimentos públicos e uma graduação maior nas medidas judiciais.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado em 1990, surge como consequência, no plano internacional, da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança(1989) e, no plano nacional, da Constituição Federal (BRASIL, 1990). Novidade histórica que demarca e afirma a garantia dos direitos fundamentais de todas as crianças e adolescentes brasileiros numa condição peculiar da vida, provocando mudanças paradigmáticas na condição social e jurídica destes jovens.

No que concerne às práticas consideradas infracionais, o ECA estabelece que a internação infanto-juvenil “[...] constitui medida de privação de liberdade sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento”. Traz o direito à medida socioeducativa compatível, de caráter educativo, respeito ao pleno desenvolvimento e preparo ao exercício da cidadania. Segundo o Art. 103 do ECA, o que é considerado ato infracional para crianças e adolescentes é estabelecido pelo Código Penal de adultos mas a elas não cabe a pena-punição, mas uma medida socioeducativa com a função de de reeducação e reinserção. (BRASIL, 1990).

O ECA aglutina as medidas de recuperação propostas nos anos 60 no ICM, de fortalecimento familiar com propostas corretivas, preventivas e promocionais do bem-estar através de instrumentos de triagem para fins terapêuticos, educacionais e assistenciais. Além disto, prevê a fixação e a contenção em instituições de proteção e sociodução, com os fins de exercício pleno da cidadania.

Na FEBEM, particularmente no ICM, a aplicação do ECA vai se dar na “reorientação no espaço físico”, nos “recursos humanos”, “equipamentos” e “forma de atendimento”, “o “isolamento” passou a ter um cunho predominantemente “terapêutico”, com caráter pedagógico “diferenciado”. Realizadas pelas equipes técnicas “que permanentemente avaliavam os internos, seu comportamento, suas atitudes e sua conduta da unidade” (COSTA; *et al.*, 2002, p. 67).

As medidas socioeducativas as previstas no ECA, em 1990, objetivam a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação; a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento; e a desaprovação da conduta infracional.

O ECA, entretanto, produz apreensão e insegurança nos funcionários: “[...] mudou a direção e começou a cair a disciplina. A gurizada começou a sentir a bagunça e começaram a se mostrar pra gente de uma maneira diferente, começaram a afrontar mais a gente, coisas que eles não faziam antes [...]” (COSTA; *et al.*, 2002, p. 76). Instauram-se novas forças no interior de espaços, visando um novo funcionamento não mais restrito a mera punição e com isto, constituem-se embates entre os técnicos e as forças mais rígidas. Suplementos de poder distintos e necessários a manutenção da ordem penitenciária.

Nos anos 1990, com o aumento dos conflitos internos foi solicitada a intervenção da Brigada Militar e os monitores foram substituídos temporariamente por funcionários da Susepe (Superintendencia dos serviços penitenciários) para formação profissional dentro da própria Susepe (COSTA; *et al.*, 2002, p. 101).

Vemos então, que diante dos impasses que ocorriam, o sobre-poder da Susepe e da Brigada Militar agem, por referência a uma autoridade arbitral um “corpo dinástico”, que incumbe-se de sequestrar, tirar alguma coisa por algum tempo de circulação e aguarda decisão de um tribunal (FOUCAULT, 2013, p. 214). Trata-se de um aparelho de captura que retira abruptamente de circulação para ser realizada uma reconstituição.

“A Susepe entrou de uma forma tão assustadora que eu tinha medo deles, armados lá dentro. Mas te digo assim, conscientemente, foi a única forma de conter a loucura que estava estabelecida. Foi quando obrigaram todos os guris a voltarem para a escola porque era determinação do juiz [...]”, diz a Diretora da Escola Estadual Senador Pasqualini Clery de Lourdes Peruzzo. (COSTA; *et al.*, 2002, p. 103)

Vemos assim que, quando ameaçada, a sociedade admite restringir seus direitos. A escola funciona como instrumento de fixação junto as instituições de contenção, em adjacência aos aparelhos de produção, de transmissão de saber, de repressão “[...] elas asseguram a espécie de suplemento de poder, da qual estes têm necessidade para funcionar [...]” (FOUCAULT, 2013, p. 214). Estudar não é mais um direito, mas um dever a cumprir numa medida socioeducativa, servindo como uma “chance” para fixar o indivíduo sobre um aparelho produtivo.

Sem dúvidas, o ECA é uma conquista de garantias processuais direcionadas a uma parcela da população historicamente vulnerável à coersão e à sobreposição do adulto sobre suas ações. De um lado, produz uma série de indivíduos que fazem cumprir as normas através da cobrança sobre o detalhamento dos direitos. De outro,

uma série de instancias estatais e paraestatais dotadas de funcionários responsáveis pela aplicação da lei.

Em 2002, institui-se a Fase, que dispõe sobre execução de medidas sócio-educativas de internação e de semiliberdade a adolescentes (RIO GRANDE DO SUL, 2002a). Tem a competência de “[...] administrar a execução de medidas sócio-educativas de internação e semiliberdade, previstas em lei federal, destinadas a adolescentes autores de ato infracional encaminhados pela autoridade judiciária competente [...]” através do Programa de Execução de Medidas Sócio-Educativas de Internação e Semiliberdade – PEMSEIS, “às crianças e aos adolescentes, em situação de risco pessoal e social, do sistema de atendimento direto, no âmbito estadual”.

Segundo a ex-Presidente à época: “Com isso, buscamos, antes de tudo, o fortalecimento da ‘nova’ instituição que surge e o engajamento do corpo funcional no processo de mudança, de forma a mudar a cultura e a visão da sociedade sobre o trabalho que realiza”(COSTA; *et al.*, 2002, p. 12).

Uma das medidas foi o fechamento do Centro do Jovem adulto, por não viabilizar “um trabalho socioeducativo” com jovem de pior perfil” (COSTA; *et al.*, 2002, p. 110)⁴⁹. Então, foi criada “na Comunidade Socio-educativa(CSE) uma sub-unidade para acolher jovens adultos de 18 a 21 anos, com perfil de maior comprometimento”(COSTA; *et al.*, 2002, p. 110). Medidas mais competentes são tomadas para prender e escoar aqueles que não tem mais jeito. Os ajustados e obedientes, mantêm-se as máquinas disciplinares.

Com concepção arquitetônica inovadora, as unidades com prédios separados buscam estabelecer uma comunidade, rompendo com o “padrão de equipamentos únicos”, característicos das instituições tradicionais de privação de liberdade.

Em 2012, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), passa a regulamentar a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional em todo território nacional (BRASIL, 2012).

Os Planos de Atendimento Socioeducativo deverão, obrigatoriamente, prever ações articuladas nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, capacitação para o trabalho e esporte, para os adolescentes atendidos, em conformidade com os princípios elencados no ECA.

No Título IV do ECA, denomina-se: “Das medidas preliminares aos pais ou responsáveis [...]”, onde encontramos listados encaminhamentos as instituições que

⁴⁹ Depoimento do Major da Brigada Militar/ ex Diretor do CJA, Irany Bernardes de Souza.

tem a função de tratar, curar, educar e, no caso de não serem encaminhadas, redundam em punições, que vão de advertência a destituição do pátrio poder (BRASIL, 1990).

Por sua vez, a justiça cada vez mais, a título de tratar os jovens com perfil cada vez mais agravado, delega para aos “recuperadores” a função de fixação sobre os aparelhos da educação, da psicologia e da psiquiatria. A punição ultrapassa o ato em si e transforma a vida toda a ser punida e corrigida.

Neste movimento de patologização da vida, o Ministério da Saúde, em 2014⁵⁰, redefine as diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, em Regime de Internação e Internação Provisória (PNAISARI) de 18 medidas jurídicas variando entre leis, decretos, portarias e resoluções: as garantias de direitos de atenção integral a saúde da criança e do adolescente, “tem como objetivo geral garantir e ampliar o acesso aos cuidados em saúde dos adolescentes em conflito com a lei em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, fechado e semiliberdade”. Para isto, institui o estabelecimento de novos critérios e fluxos de adesão e operacionalização da atenção integral deste segmento social, garantindo as diretrizes do Sistema Único de Saúde, no que diz respeito à promoção, prevenção, assistência e recuperação de saúde, nas três esferas de gestão.

Do dispositivo jurídico aos arranjos institucionais disponíveis, sempre a mesma resposta:

Operador de saúde estatal em centro especializado em dependência química e um operador estatal da área da segurança:

- Mas qual é o problema maior do G: neurológico, dependência química, retardo mental?

Técnico-agente de segurança:

- Não há como priorizar qual seria o problema principal. É um adolescente que está desde os dez anos na rua, exposto a todo tipo de violência.

Técnico-agente de saúde:

- Mas o que ele pode fazer aqui?

⁵⁰ Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt1082_23_05_2014.html>. Acesso em: 13 jan. 2015.

Técnico-agente de segurança:

- Olha, lá na Fase ele fazia dobradura de papel, gostava de colaborar com atividades voluntárias. Ocorre que ele necessita antes de ser incluído no grupo, fazer algum plano de atendimento que priorize os atendimentos individuais.

Técnico-agente de saúde:

- Mas aqui, priorizamos com adolescentes o grupo, já tivemos experiência de atendimento individual que não sai nada! Eles não falam! E também não temos trabalho de dobradura!

O que faz funcionar estes mecanismos garantidores de repressão penal? É a vontade de pessoas, de projetos, incessantemente manifesta, de organizar numa determinada lógica racional que permitem o exercício de técnicas ínfimas de poder.

Primeiro, “[...] fecha-se os que estão fora do grupo e fazendo isso, se os coloca por um certo tempo fora da lei. Então, estes estabelecimentos são sobretudo, instrumentos de subtração.” (FOUCAULT, 2013, p. 213).

A punição-penitência, através de um grande sistema de confinamento, faz-se, a serviço da reinserção e da reeducação, liames institucionais à serviço da fixação institucional articuladas a um aparelho produtivo. Vivemos numa progressão de instituições endereçadas a alguma coisa definida como normal, cabem as massas marginais os sequestros mais duros. “Não tem querer” separados do resto, o efeito colateral destas instituições é a marginalização daqueles que “não cooperam”, “não aproveitam as oportunidades”, “não estão nem aí para o que a gente proporciona”, ampliando, com isto, os delinquentes, os loucos e os resistentes. Perfilados, agravam cada vez mais os perfis, os não curáveis, os não reeducáveis que necessitam ser remanicomializados. Consolidação de uma sequestração cada vez mais ampliada, de uma nova tecitura dos marginalizados, loucos e delinquentes. Seja no nível das massas marginalizadas pela miséria, pelo desemprego e pela vagabundagem, seja no nível individual, pelo comportamento, pelas regras éticas de ser no meio, a solução é a assistência terapêutica para recuperar a vida, que torna-se um grande erro.

Na movência destas instituições, no revezamento de poderes e nas tecituras entre o judiciário e a segurança ocorre uma progressão da incapacitação. O perfil se agravando, há sempre uma sobra, efeito colateral, os que não se fixam nos aparelhos de produção. A esta sobra da normalização, não temos tido respostas.

9 FINALIZAÇÃO

A lição de pintura
 Quadro nenhum está acabado,
 disse certo pintor;
 se pode sem fim continuá-lo,
 primeiro, ao além de outro quadro
 que, feito a partir de tal forma,
 tem na tela, oculta, uma porta
 que dá a um corredor
 que leva a outra e a muitas outras

João Cabral de Melo Neto

No filme “Eles voltam”⁵¹, dois adolescentes de classe média são deixados pelos pais em uma estrada no interior de Pernambuco. Após uma briga familiar no automóvel, durante viagem de férias e com os celulares descarregados, o irmão vai buscar ajuda enquanto sua irmã Cris permanece aguardando-o na estrada.

Cris passa a noite sozinha, encolhida no acostamento. Pela manhã, um adolescente, morador da região, andando de bicicleta, vendo-a encolhida do outro lado da rodovia, pergunta:

- Você não é daqui não, né? Que tá fazendo aqui?

Sozinha, a garota vai enfrentar um percurso aonde vai, forçosamente, conhecer lugares, pessoas e políticas sociais das quais dificilmente teria maior proximidade. Quem se dispõe a auxiliá-la são as mesmas pessoas que fazem o trabalho duro e sujo nas casas onde as famílias mais abastadas pernambucanas, das quais ela faz parte, passam o verão. Descobre a vida “de um outro lado” silenciosamente. Espaços sociais segmentados, fabricados por relações de forças criam claustros seletivos cujas entradas e saídas são demarcadas por sinais demonstrativos dos arranjos sociais e de poder aos quais pertencem. Neste filme, conseguimos acompanhar uma biopolítica operada pelo modelo-trabalho que

⁵¹ Filme de Marcello Lordello, 2014, Brasil.

contribui para a construção do aparelho de Estado, do estriamento social e, sobretudo, para uma concepção de vida.

Vive-se em trincheiras sociais, executando funções acadêmicas, econômicas e tantas outras, construídas numa sociedade que encarna as forças dos movimentos do capitalismo mundial integrado (CMI), constituída no Brasil com o predomínio das forças de um modelo disciplinar de acumulação capitalista burguês com as forças de trabalho remanescentes de um modelo de servidão escravagista. Deleuze e Guattari, (2012, p. 213) nos fazem retomar os dois conceitos de trabalho operados nos movimentos dos fluxos do capital. A sujeição clássica do trabalho na sociedade burguesa do século XIX em parte da Europa, operada na categoria trabalho, bipolarizado na propriedade-trabalho, burguesia-proletariado. O modelo-trabalho constitui-se numa dupla elaboração do conceito físico-científico e social. A força de tração humana é definida por um correlato de valor de trabalho abstrato e passa a ser imposto a toda a atividade humana. Este modelo diferencia-se de outro novo modelo de distribuição e seletividade humana de servidão maquínica, de sobretrabalho, precário e flutuante (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 185). Neste regime, o trabalho e a circulação do capital passam cada vez menos pela estriagem localizável do espaço-tempo. O sobretrabalho e a organização capitalista operam não mais sobre o componente humano do trabalho. O capital, através da organização dos aparelhos de Estado, com a dominância de um capitalismo mundial integrado produz um novo espaço liso, onde o capital atinge velocidade absoluta (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 216). Nesta virada do trabalho, todos estão na servidão maquínica capitalista. Todas as atividades da vida passam pelo controle do capital. Na servidão maquínica generalizada, todas as atividades fornecem mais-valia independente do trabalho, de nossas vontades, sem qualquer controle, independente das vias clássicas do uso que se faz do dinheiro. As instituições, por sua vez, têm a função de enquadramento e fazem funcionar este processo de alisamento e estriamento social.

Diante de pressões produtivistas, qualquer movimento de deslocamento de planos de pensamento tão evidentes, o imprevisto, o acaso do mundo parecem não caber nas nossas agendas. Não temos tido tempo para reavaliar nossas escolhas, pois, talvez, temos vivido muito do que não somos ou não escolhemos. Somos costumazes em carregar muito do que não nos diz respeito. Devenimos formas de viver universais, plano de imagem de um pensamento ocidental, cujo traçado foi criar uma

racionalidade dentro de formas mais violentas e impor finalmente suas maneiras de ver, de pensar, de dizer e de fazer ao mundo inteiro.

Neste trabalho, provocamos duas instituições, o asilo e a prisão, dois eventos, a delinquência e a loucura. Dois modos de seleção, com marcações, com contornos e tipos específicos de encarceramento que fazem parte de uma grande máquina com filtros seletivos cada vez mais específicos, exercida por cada um de nós, com uma racionalidade tão compatível com a violência. A marcação constitutiva destas visagens parece buscar alcançar sermos “os melhores”. Alguns valores são exacerbados para o melhor viver e, com isto, o que se retira é a potência de existir de cada um. Reduz-se o horizonte da diversidade dos ritmos, das sensibilidades, da vida em si. Afetos devêm sentimentos de solidão, de tristeza. Funcionamentos anômalos de nossas células são rapidamente reenviados ao uso de alguma medicação. As dores diagnosticadas como psíquicas ainda têm, muitas vezes, a indicação de afastamento da convivência social. Contudo, mesmo numa sociedade onde tudo é comprável, nem tudo tem seu preço. A convivência solidária, a abertura ao impessoal que abre ao espaço de diálogo entre os díspares, é a possibilidade de fazer encontros com aberturas recíprocas.

No mais comum de nosso cotidiano, na mídia e principalmente em períodos eleitorais, soluções simplistas para a “melhoria” do reduzido horizonte existencial e seus efeitos políticos e sociais são repassadas com naturalidade e com firmes propósitos de “melhorar a vida do cidadão”. O alarde da diminuição da maioria penal, da revogação do regime aberto e semiaberto faz parte de programas de candidatos políticos, prometendo a diminuição da violência aos cidadãos, que estariam presos em suas casas enquanto os bandidos estão soltos.⁵²

Loucura e delinquência. Na maquinaria da saúde, na maior parte das vezes, pode-se entrar e sair voluntariamente; na maquinaria da delinquência, a entrada e saída se dão pela coerção legal da instituição judiciária penal. Ambos constituem pequenos maquinismos de seleção de servidão à serviço de organizações ecumênicas constituem-se governanças com a convivência dos Estados nações.

A máquina abstrata do neoliberalismo fatia seletivamente o mundo, produz, distribui, consome e controla os movimentos sociais conforme a necessidade de amplificação livre do capital. Nesta máquina, tudo é arrastado para melhor fruição e fluidificação do capital. Corpos podem ser submetidos, de modo suave, através da

⁵² Programa eleitoral obrigatório da candidata Simone Leite ao senado pelo PP em 26 set. 2014.

educação e da meritocracia; mas também podem ser submetidos brutalmente, através das coerções, das penalizações, dos desvios para a delinquência ilegal. O controle do Estado parece estar cada vez mais nas mãos de uma estreita parcela capitalista capaz de prever, orientar naturalmente os trajetos da vida de cada um, segundo as necessidades de produção deste maquinismo planetário.

Qual é a dimensão política de nossos atos neste mundo dominado por jogos de forças que determinam legalismos e ilegalismos com tamanhas aceitações? Erguemos fronteiras entre o admissível e o não admissível, o assimilável e o não assimilável.

O que está acontecendo hoje, onde o perto parece tão distante ao mesmo tempo assimilável e o distante, inatingível? O que é estranho faz presumir ameaças contra o que se chama civilização. Nome dado ao familiar, controlável e inquestionável:

Estupefatos, lemos notícias nos nossos jornais que enaltecem a continuidade de soluções fracassadas e a visão reducionista das disputas de poder; de outro, corpos tomam, à força, bens adquiridos e precisam ser punidos imediatamente porque a propriedade é autoevidência do axioma capitalista. O que pode ser pensável?

Durante o período trabalhando no Hospital Psiquiátrico São Pedro, me interrogava como aqueles indivíduos conectados e atravessados pelos arranjos da instituição asilar, que mesmo enchendo-se de remédio, não achavam cura, selecionavam instantaneamente quem eram os estagiários, doutores, usuários.

O que devo saber todos e todas:
 Como se deu minha primeira baixa nesse hospital?
 Quem fez a primeira baixa e quantas pessoas estão envolvidas
 nisso?
 O que exigem no serviço de admissão para que alguém passe
 A ser paciente?
 Apenas entrevistas?
 Quem não estaria louco ou louca? (PEREIRA, 1994, p. 26).

Reafirmamos visagens, esquadrihamos a vida, definimos “perfis”, constituímos alguns deles a partir de práticas seletivas que obedecem a certas normas de controle, forças de uma grande máquina abstrata que executa este processo suavemente, através de áreas especialistas da vida, como da educação.

Reafirmamos visagens através da brutalização, penalizando cada vez mais aqueles que tiram pela violência invasiva do corpo a corpo.

Nas malhas institucionais, se ordena:

- Tem que agravar o perfil!

- Indignada, sentindo-me coagida não tive outra reação do que dizer que me negava a fazer isto amparada pelo Código de ética do psicólogo.

Agravamento de perfil é uma prática para transferir adolescentes, para desafogar a instituição e consiste em exagerar em aspectos comportamentais para torná-lo mais perigoso. É um exercício de força soberana, dentro de uma instituição disciplinar.

Trazemos alguns percursos por onde vão se construindo um grande conjunto maquínico de racionalizações que passam a ocupar o pensar, o sentir, o fazer de cada um de nós.

Pretendemos mostrar como os loucos e os delinquentes fazem parte de um conjunto de táticas de poder que se perpetuam e são maximizadas por uma política social de crescente monetarização da vida. Precificamos nossos atos mais comuns e buscamos mostrar como estes atos são táticas de poder ligadas a uma grande máquina abstrata, política, econômica, financeira, científica, etc... Afinal, este poder que domina nossos modos de existir, exercido sem agente central, circula, corre. Fluxos e cortes em engrenagens disformes e incorporam os acontecimentos ininterruptos da vida. Hoje, a máquina abstrata expõe instrumentos de vigilâncias, de controles, de proibições, de precificação da vida, nos seus mais ínfimos espaços, que efetuam as forças do capitalismo. Máquina transversal, abstrata porque abrange domínios múltiplos e informes.

Tem a ciência hoje a função de fornecer utensílios para uma maquinaria abstrata melhor operar seus aparelhos de poder recebendo, em contrapartida, a promoção desejada.

Sinais corporais são rapidamente codificados em um “eu aqui e tu lá” dentro dos agenciamentos da loucura e da delinquência. A necessidade de manter estas fronteiras, necessárias ao capitalismo, faz a reserva de pessoas para fazer os trabalhos mais duros e sujos. E cada vez mais novos profissionais, ainda liderados por profissionais da psiquiatria, da psicologia, da educação, da assistência social, do direito parecem reforçar estas fronteiras. Sob a necessidade da prescrição e dos cuidados, exercemos cada vez mais uma vigilância que delimita e ao mesmo tempo

amplia os espaços de reclusão. Foucault surpreendeu-se com a repercussão e o interesse suscitado a tantas pessoas sobre o problema da prisão. Talvez, seja porque o sistema penal constitui o meio mais explícito de exercer o poder sobre parcelas cada vez maiores da população selecionável e sujeita ao fluxo de capital no que se refere ao manejo privatizável destas populações (privatização das prisões). Poder de agir excessivo e elementar. Bruteza de um modo de agir redutor da vida, a gerir relações de forças sem máscaras, mostrando-se inteiramente justificado, como poder moral de punir aqueles “desonestos, que roubam, que matam”, os que causam desordem. O que fazer com esta relação de poder exacerbada e tão evidente?

Vidas reduzidas à doença e à delinquência, entregues às vias institucionais de cuidados tutelados, para sustentar sua sobrevivência. Quando há impasses nos diferentes serviços, no momento de uma alta/reencaminhamento, quando balizamos nossas práticas de qualquer natureza, apenas em torno da loucura e da delinquência, quando somos fiéis escudeiros de práticas amestradoras e assujeitadas à doença mental e delinquência, cabe ao Estado cumprir o dever de acolher os novos filiados institucionais. Haverá saída, efetivas inovações criativas, desejantes de vida para além do eu doente mental e/ou delinquente? Haverá novas oportunidades para novos filiados, expostos à falência do cuidar?

Do ponto de vista das relações de poder, por funcionamento da biopolítica sempre constituímos maiorias e minorias. Adolescentes que praticam atos infracionais, se submetem a uma maioria, quando impõem suas próprias regras e seus funcionamentos biopolíticos. Reterritorializam-se em “ser vagabundo, ser bandido,” reterritorializam-se em seleções, aderindo e justificando o que se diz e espera deles. Criam provas. Há pouco espaço para rebeldia, há muita inércia dos movimentos.

Durante o trabalho realizado na Fase, percebem-se exigências de todos os lados, recebem-se atribuições muito além das forças disponíveis. Neste embate, instituições tendem a se fechar diante do difícil diálogo entre as diferenças. A Fase recebe o descarte de muitas instituições. Receptáculo de seleções progressivas de incapacitação, constitui-se numa tecitura entre duas máquinas: da delinquência e da loucura incapacitante, perfilando o adolescente que, no final da linha, será considerado incapaz, não curável. Para ele, resta o beneplácito de um benefício “melhor do que nada”, naturalizando o jogo de aceitações medíocres disponibilizadas, ou então, o caminho da prisão.

Engatados a modos de viver dicotomizantes, os movimentos de desterritorialização são continuamente reterritorializados em novas encampações de adoecimento “diante dos atos mais simples de sobrevivência e convivência” (SANTOS, 2010, p. 1). O Estado de uma população desestabilizada pela ansiedade em relação ao futuro, que Santos (2010) relacionava a uma população do final do século passado, hoje, vemos que neste domínio, a situação se amplia cada vez mais. Movimentos desterritorializantes não significam por si, emancipação, inovação, novas potências de viver. Ficarmos atentos aos movimentos da vida. É inerente à vida. Mas isto produz o quê? A questão é: quais linhas, trajetos e devires-emancipatórios neste emaranhado de forças que constituem os grupos humanos organizacionais são capazes de alterar este estado de coisas? Há um risco de promover a democracia “até não ser necessário nem conveniente sacrificá-la para promover o capitalismo, e com isto, promover uma forma de “fascismo pluralista”, que não é um regime político, trata-se de um regime “social e civilizacional” (SANTOS, 2010, p. 1).

Pela genealogia, pode-se expor a viabilidade da unificação dos discursos em grandes unidades, tal como “a psiquiatria”, “a psicologia”, “o direito”, “a educação”, e assim, fazer aparecer seu regime de verdades, que inclui seleção e convencimento para homogeneizar concepções para ampliar a máquina abstrata analisada. Entre outras consequências, pode-se consolidar o fascismo da insegurança: “a manipulação discricionária da insegurança de pessoas e grupos sociais vulnerabilizados por precariedade de trabalho, doenças ou outros problemas, produzindo-lhes elevada ansiedade quanto ao presente e ao futuro, de modo a baixar o horizonte de expectativas e criar a disponibilidade para suportar grandes encargos, com redução mínima de riscos e da insegurança” e com isto a possibilidade de, sob a forma de acolhimento, aproveitar-se da “intimidade das pessoas, sua ansiedade quanto ao presente e ao futuro” e sua vulnerabilidade social, tão naturalizada e ininterruptamente recolocada e disfarçada dentro do estado anormal, hereditário, incurável e subjetivo. E para isto, consolidar o “fascismo da insegurança” (SANTOS, 2010, p. 2).

Construímos enclaves idealizados e neles concebemos funções precisas. Heterotopias especialistas arregimentam cada vez mais novas forças para um plano de pensamento que nos cega, que nos faz acreditar que a seleção é inexorável.

“O que é para repensar é o que é punir, o que se pune, por que punir e, finalmente, como punir”(FOUCAULT, 1994g, p. 692).

“A sociedade precisa de mais policiais”, é o mote de Campanha salarial dos agentes policiais, em Porto Alegre, para o ano de 2015. Copta-se a sociedade assustada com os índices crescentes de roubos, homicídios nas ruas brasileiras. Soma-se a retomada do movimento de alteração da Constituição Federal para reduzir a maioria penal, mesmo com fortes argumentos de que os presídios não têm sido eficazes no aspecto da recuperação e normalização social. Discursos do judiciário reforçam que,

Não se combate a violência construindo muros, colocando adolescentes em prisões, cercando a casa com arame eletrificado. Violência se combate com justiça, com dignidade, com emprego e oportunidades. E mais, com solidariedade, respeito e educação. (NOCCHI, 2015, documento eletrônico).

Nas conversas mais comuns, sou questionada se o trabalho realizado numa instituição de confinamento, se recupera mesmo.

Por vezes, escuto indignação de ver seu próprio dinheiro sendo investido pelo governo na recuperação:

- *Eu chego a ter dor no meu bolso de saber para onde vai meu dinheiro.*

No século XIX com o avanço do capitalismo, emerge um novo reordenamento social, novas leis sobre a propriedade exigem a reavaliação do crime e da penalidade. Rigores das novas formas de direito, de propriedade, exigências estatais e técnicas de vigilância provocam forças sociais descontentes com o novo regime de exploração do trabalho. Um novo “perfil” de transgressores surge. Aquilo que até então era aceitável, passa a ser passível de punição. Pequenos crimes contra a propriedade privada passam a ser a grande preocupação nos tribunais, onde “[...] a lei e a justiça não hesitam em proclamar sua necessária dissimetria de classe.”(FOUCAULT, 2011, p. 262).

Com frequência, a mídia expõe o fracasso das instituições penais quanto ao objetivo de redução das infrações e das reincidências. Os Estados Unidos, país identificado com frequência como exemplar na execução de penas, têm, segundo o advogado criminalista André Luis Callegari, um *over criminalizacion*, isto é, uma em cada 138 pessoas é presa, uma criança de cada vinte será presa e dois terços das

peças que passam pelo sistema prisional retornam.⁵³ No Brasil, as práticas discursivas do judiciário quanto as denúncias relativas à precarização do sistema carcerário são praticamente unânimes. Em 2014, no Maranhão, os efeitos das rebeliões no Presídio de Pedrinhas saíram do controle do espaço fechado prisional, sendo necessária a intervenção federal.⁵⁴ No mesmo ano, no sul, denúncias do Fórum da Questão Penitenciária, liderado pela associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (Ajuris), emitidas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), ligada à OEA (Organização dos Estados Americanos) foram apresentadas à Segurança Pública do Estado (FELIN, 2014). As unidades da Fundação de Atendimento Socioeducativo também foram objeto de crítica por parte dos juizes da infância e adolescência.⁵⁵ Um relatório do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) retrata um quadro bastante conhecido e repetido, apesar das leis reformistas instituídas a partir de 2012 (BRASIL, 2012). “Não se pode esperar ressocialização de adolescentes amontoados e ociosos durante o dia”, diz a presidente da Comissão da infância e juventude do CNMP.⁵⁶

Por que o sistema carcerário após duzentos anos de existência ainda resiste, mantendo-se como peça principal do sistema judiciário, mesmo não sendo capaz de cumprir as principais funções as quais se atribui, de punir, corrigir e recuperar?

“É preciso elaborar os problemas que experiências como essas aí põem à política.”, diz Foucault (1994h, p. 593-594). Experiências como a delinquência e a loucura põem problemas à política. Não se trata de buscar soluções na política, e sim, pensar as reportações que estas experiências operam. Examinar quais racionalidades se amparam.

As instituições de contenção, tanto nas clínicas psiquiátricas quanto nas instituições de socioeducação, na qualidade de instrumentos de sequestro, diante do fracasso institucional, muitas vezes são justificadas como soluções que possibilitam a

⁵³ Programa: "Conversar Cruzadas" - Debate sobre o grande número de homicídios dolosos no Brasil comparados ao mundo. TVCOM, 11 abr. 2014. Disponível em: <<http://videos.clicrbs.com.br/rs/tvcom/video/conversas-cruzadas/2014/04/conversas-cruzadas-debate-sobre-grande-numero-homicidios-dolosos-brasil-comparados-mundo-bloco-11-04-2014/73027/>>. Acesso em: 3 abr. 2015.

⁵⁴ Jornal Zero Hora. **Caos no Maranhão: MPF estuda pedir intervenção.** Porto Alegre, p. 8, 10 out. 2014.

⁵⁵ Jornal Correio do Povo. **Juizes Denunciam Precariedade na Fase.** Porto Alegre, p. 20, 07 set. 2013.

⁵⁶ . 15 Estados tem unidades para menor infrator superlotadas, diz estudo. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/08/15-estados-tem-unidades-para-menor-infrator-superlotadas-diz-estudo.html>

ligação destes indivíduos com a rede social da qual têm os direitos garantidos que não puderam ser devidamente acessados. Pelo princípio de “incompletude institucional”⁵⁷, esforços técnicos são voltados a acessar uma rede de serviços cada vez mais ampliada de suporte, mas ainda incapaz de atender as demandas crescentes de auxílio institucional. Entretanto, percebe-se, em muitas instituições especializadas de saúde mental, um funcionamento de triagem e seleção, cujas funções se revezam com as instituições de sequestro. Disponibilizam serviços que os usuários devem se adequar:

“Eles precisam estar motivados”; “Ele nem vai chegar a fazer o acolhimento”. “A gente sabe das dificuldades dele, hoje, não temos atividades mais voltadas aquilo que ele necessita”.

Disponibilizam-se oportunidades de desenvolvimento, formação e cidadania para jovens em vulnerabilidade social com cursos profissionalizantes voltados para uma normalização, com intuito de anexá-los ao sistema de produção capitalista. Para isto, criam-se oportunidades para os tratáveis, curáveis, trabalháveis, e para os que sobram, para os malandros, os intratáveis, para os que não sabem aproveitar as oportunidades, vão sendo encaminhados para a prisão. A lógica se explicita: se não sabem aproveitar aqui, já têm um destino certo. Para a falha institucional de “corrigir” trazemos novas instituições, nem sempre preparadas/dispostas para acolher estes adolescentes:⁵⁸ A prisão é o caminho final.

O fato da prisão não ser efetivamente questionada, deve-se ao fato de exercer funções precisas. A prisão exerce o poder de marcação, distinção, exercendo um papel de “utilidade pública” e não de supressão das infrações. O fracasso do sistema carcerário comporta a sua própria eficácia, pois implica “[...] na reativação deste próprio poder que impõe, constrange e expulsa.”(FOUCAUT, 2013, p. 5). Dentre todas as ilegalidades graves cometidas numa sociedade, a disparidade entre estas ocorrências e os encarceramentos já demonstra o quanto algumas infrações são mais

⁵⁷ Incompletude institucional, caracterizada pela utilização do máximo possível de serviços na comunidade, responsabilizando as políticas setoriais no atendimento aos adolescentes – artigo 86 do ECA. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm Acesso em: 0 abr. 2014.

⁵⁸ Portaria N° 1.082, de 23 de Maio de 2014 Disponível em: <http://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau/legis/gm/2014/prt1082_23_05_2014.html>. Acesso em: 13 jan. 2015.

permeáveis à tolerância, à permissão, à proibição do que outras, constituindo “uma gestão diferencial das ilegalidades”(FOUCAULT, 2011, p. 258). A diferenciação das ilegalidades pressupõe uma série de procedimentos, tolerâncias, permissões e interesses. Parágrafos da lei penal e pela própria sociedade são reafirmados enquanto outros parecem ser mais tolerados, flexibilizados ou mesmo esquecidos. O pleito pela redução da maioria penal no Congresso do Brasil demonstra a racionalização que embasa a questão: quanto o adolescente deve ser mais severamente punido. Contudo, as mínimas garantias dos direitos propostos pela Carta Constitucional, que prevê escola, saúde e, sobretudo, de dignidade humana, são quase esquecidas.

A prisão, cada vez mais precoce, vai cumprir seus objetivos de diferenciar aquilo que será considerada a fatia delinvente e mais temida da sociedade: os pobres, desvalidos, os resistentes à normalização. E assim, estabelece isolamentos de ilegalidades intoleráveis. A prisão traz a vantagem de- ao recortar, destacar, isolar e dar visibilidade a uma fração da população que comete atos infracionais- deslocar a atenção de outras ilegalidades em pleno funcionamento, como corrupção, ganhos ilícitos, subornos e tantas outras. Constroem-se visagens. De um lado, um tipo bandido, cruel, descontrolado. De outro, um tipo, uma feição, uma visagem “menos perigosa”. Nesta fração de ilegalismos, nossos corpos não se sentem diretamente ameaçados.

- *Logo cedo, na escola, entendi que uma faca de cozinha calava a boca daqueles que ficavam gozando do meu lábio (leporino).* Ao invés de lutar por políticas sociais, econômicas mais justas, mais equitativas, uma parte da população se conforma às regulamentações impostas e construídas numa organização dos corpos, significâncias e subjetividades. Vivendo da usurpação do patrimônio privado, da luta, das matilhas de guerra, reduzidos às mais precárias condições de existência, bandidos, bem demarcados e localizados, vivem sob controle estatal. E não raro, estão assujeitados à patologização, estão bem inseridos na sociedade de normalização. Mas sabem que “viver no tráfico deixa a vida da gente muito curta”, justifica um adolescente porque gostaria de deixar o tráfico de drogas. Permanentemente tendo que se defender dos desafetos, o controle sobre a criança e sobre o adolescente exercidos pelo negócio do tráfico é uma forma política “barata” para o Estado. É próprio dos traficantes exercem um controle sobre os territórios, se autodefendendo, se autopreservando e provocando o que o Estado não provê às

populações. Somente quando transgridem espaços permitidos, a lei novamente volta a operar.

Os espaços de contenção, de saúde e de segurança revigoram a função disciplinar, de controle individual dos corpos, ao mesmo tempo em que exercem a função de massificação normalizante. Assistimos em múltiplos espaços, pequenas heterotopias remanicomializantes, as quais assistimos e aprovamos, quase com a conivência que “ao menos é alguma coisa”. Para isto, disponibilizam-se cursos profissionais orientados às necessidades do mercado, vigiam-se os hábitos, o estabelecimento de rotinas e horários, aprendizados e punições cuja finalidade é corrigir, tratar, normalizar para ingressar na vida laboral. Constituídos num plano de pensamento dicotômico, onde todo o trabalho é para normalizar a vida, cada vez mais aumentam os recursos- a rede- para anexá-los ao sistema de produção.

Vivemos numa tecitura institucional que, ao fabricar cada vez mais normas, fazem uma progressão da incapacitação. Instituições públicas disponibilizam oportunidades de normalização: escolas, família, asilos, fazendas terapêuticas, instituições fechadas e aos irreformáveis, a prisão. A vida curta. Os perfis tornam-se mais agravados na medida em que não aproveitam estas oportunidades oferecidas pelas necessidades do capital.

Vive-se numa sociedade de controle, cujos interstícios são operados por instituições disciplinares postas a normalizar a vida através de medidas voltadas à aquisição de hábitos e disciplinas, para fixar em aparelhos de produção, num jogo de coerções, punições e recompensas. Constitui um plano de pensamento definido por normas que ligam entre si os indivíduos pertencentes ao aparelho de produção. Quanto aos doentes, inválidos, loucos, delinquentes, resta a prisão, o hospital ou a solidão.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Confluências Autoritárias. **Le monde Diplomatique Brasil**, 2014. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1655>>. Acesso em: 25 mai. 2014.

AGUIRRA, Roseane. Protesto por Metrô em Higienópolis tem Catraca, Churrasqueira e Varal. **Portal G1**, 2011. Disponível em: <<http://glo.bo/mDVshQ>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

ARBEX, Daniela. **Holocausto Brasileiro**. Geração: São Paulo, 2013.

BANCO MUNDIAL. **Aprendizagem para Todos**: investir nos conhecimentos e competências das pessoas para promover o desenvolvimento. Washington, DC: Banco Mundial, 2011. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/EDUCATION/Resources/ESSU/463292-1306181142935/Portuguese_Exec_Summary_ESS2020_FINAL.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2015.

BRASIL. Lei Federal n.º 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase)... **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 jan. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm>. Acesso em: 1 dez. 2014.

BRASIL. Lei Federal n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 set. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm>. Acesso em: 11 nov. 2014.

BRASIL. Lei Federal n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 1 dez. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n.º 867, de 4 de julho de 2012. Institui o pacto nacional pela alfabetização na idade certa e as ações do pacto e define suas diretrizes gerais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 jul. 2012. Disponível em:

<http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/port_867_040712.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/backup/arquivos/pnas_final.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2014

CAMPOS, Roberto. Menos Estado Mais Mercado. **Pensadores Brasileiros**, 1996. Disponível em: <http://pensadoresbrasileiros.home.comcast.net/~pensadoresbrasileiros/RobertoCampos/menos_estado_e_mais_mercado.htm>. Acesso em: 5 dez. 2014.

CANETTI, Elias. **Massa e Poder**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CARTA, Mino. O Evento Chopis Centis. **Portal da Revista Carta Capital**, 24 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/784/o-evento-chopis-centis-9105.html>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

CATTANI, Antonio (Org.) **Riqueza e desigualdade na América Latina**. Porto Alegre: Zouk, 2010.

CECCIN, Ricardo.; FEUERWERKER, Laura. O quadrilátero da formação para a área da Saúde: Ensino, Gestão, Atenção e Controle Social. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 41-65, 2004.

COSTA, Ana Paula; *et al.* **Centro do Jovem Adulto: resgate histórico**. Porto Alegre: Corag, 2002.

CHEUÍCHE, Edson. **Um pouco da história do Hospital Psiquiátrico São Pedro**. Porto Alegre. Serviço de Memória Cultural do Hospital Psiquiátrico São Pedro, 2004.

COSTA, José Luís. Uma Década Violenta. **Jornal Zero Hora**, Porto Alegre, p. 8-9, 18 fev. de 2015.

DELEUZE, G; PARNET, C. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998.

DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Felix. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**, V. 1, São Paulo: Ed. 34, 2011.

DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Felix. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**, V. 2, São Paulo: Ed. 34, 1997.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**. V. 3, Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.

DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Felix. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**, V. 4, São Paulo: Ed. 34, 1994.

DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Felix. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**, V. 5, São Paulo: Ed. 34, 2012.

DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Felix. **O que é a filosofia?** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DELEUZE, Gilles. **Ilha Deserta e Outros Textos (1953-1979)**. São Paulo: Iluminuras, 2004. Texto Instintos e Instituições(1955), p. 17-20.

DELEUZE, Gilles. **Conversações (1972-1990)**. São Paulo: Ed. 34, 1992.

DELGADO, Pedro. Conferência de Abertura: Economia Solidária e Saúde Mental. *In: Saúde Mental e Economia Solidária: Inclusão Social pelo Trabalho*. Ministério da Saúde. Brasília, DF: MS, 2005.

DIETRICH, Julia. Tráfico de Droga é Trabalho, diz Pesquisadora. **Folha Online**, 15 dez. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/noticias/gd151206a.htm>>. Acesso em: 19 fev. 2015.

ENTRELINHAS. **CRPRS Apura Irregularidades em Comunidades Terapêuticas do Estado**. Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, ano 11, n. 56, p. 23, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.crprs.org.br/upload/edicao/arquivo47.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

FAGUNDES, Sandra. **Águas da Pedagogia da Implicação: intercessões da educação para políticas públicas de saúde**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação). Porto Alegre: Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

FAGUNDES, Sandra. Movimento social: agenciamentos sociopolíticos. **Entrelinhas**. Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, ano 12, n. 58, abr./maio/jun. 2012.

FELIN, Bruno. Governo pede prazo maior para responder à OEA sobre o Presídio Central. **Jornal Zero Hora**, Porto Alegre, 16 jan. 2014. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/01/governo-pede-prazo-maior-para-responder-a-oea-sobre-o-presidio-central-4391468.html>>. Acesso em: 3 abr. 2015.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Metade da Riqueza Mundial Pertence a 1% da população, Diz Relatório**. São Paulo, 14 out. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/10/1532272-metade-da-riqueza-mundial-pertence-a-1-da-populacao-diz-relatorio.shtml>>. Acesso em: 19 fev. 2015.

FOLHA DE SÃO PAULO. **OAB Repudia Ofensas a Nordestinos nas Redes Sociais e Estimula Denúncia**. 27 out. 2014. Disponível em: ><http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1539196-oab-repudia-ofensas-a-nordestinos-nas-redes-sociais-e-estimula-denuncia.shtml>>. Acesso em: 27 out. 2014.

FONSECA, T.; JAEGER, R. Vidas reduzidas à doença mental e a transversalização da clínica. **ECOS**, vol. 2, n. 2, p.380-390, 2012.

FOUCAULT, Michel. **La Société Punitif (1972/1973)**. Paris: Gallimard/Seuil, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Os Anormais**. Curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**: curso dado no Collège de France(1977-1978) São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **O poder Psiquiátrico**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

FOUCAULT, Michel. Bancar os loucos (1975) *In: _____*. **Ditos e Escritos**, Problematização do Sujeito - Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999a, Coleção Ditos e Escritos, Vol. I.

FOUCAULT, Michel. O Asilo Ilimitado (1977). *In: _____*. **Ditos e Escritos**, Problematização do Sujeito – Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise. São Paulo: Forense Universitária, 1999b. Coleção Ditos e Escritos, v. I.

FOUCAULT, Michel. Table ronde du 20 mai 1978 (1978). *In: _____*. **Dits et écrits**. 1954-1988. Paris : Gallimard, 1994a, v. IV.

FOUCAULT, Michel. Dits et écrits. Le monde est un grand asile (1973), *In: _____*. **Dits et écrits**. 1954-1988. Paris : Gallimard, 1994b, v.II, p. 433-434.

FOUCAULT, Michel. Médecins, juge et sorciers au XVII siècle (1969). *In: _____*. **Dits et écrits**. 1954-1988. Paris: Gallimard, 1994c, v. I.

FOUCAULT, Michel. Foucault étudie la raison d'État(1980). *In: _____*. **Dits et écrits**. 1954-1988. Paris: Gallimard, 1994d, v. IV.

FOUCAULT, Michel. Entrétiens avec Michel Foucault. *In: In: _____*. **Dits et écrits**. 1954-1988. Paris: Gallimard, 1994e, v. III.

FOUCAULT, Michel. Faire lês Fous (1975). *In: _____*. **Dits et écrits**. 1970-1975. Paris : Gallimard, 1994f, v.II

FOUCAULT, Michel. Interview de Michel Foucault (1984). *In: _____*. **Dits et écrits**. 1954-1988. Paris: Gallimard, 1994g, v. IV.

FOUCAULT, Michel. “Polémique, politique et problématisations”(1984). *In: _____*. **Dits et écrits**. 1954-1988. Paris : Gallimard, 1994h, v. IV.

FUGANTI, L. A. Saúde, Desejo e Pensamento. **Saúde Loucura**, São Paulo, p.19-82, 1991.

GORI, R. As patologias do niilismo em nossa modernidade. **Tempo Psicanalítico**, v. 42, p. 107-129, 2010.

GOUVÊA, Maria de Fátima. As bases institucionais da construção da unidade. Dos poderes do Rio de Janeiro joanino: administração e governabilidade no Império Luso-brasileiro. In: JANCSÓ, István (Org.). **Independência: história e historiografia**. São Paulo, Hucitec, 2005.

GUATTARI, F. **Les Anneés d´Hiver: 1980-1985**. Paris: Barrault, 1986.

HALIMI, Serge. **Le grand Bond em arrière: Comme l´ordre liberal s´est imposé au monde**. Marseille : éditions Agone, 2012.

HUGO, Victor. **Le Denier Jour d´um Condamné**, 1828. Paris: Gallimard, 2008.

JACQUES, Lana Maria da Silva. **A Intendência de Polícia e vida cotidiana no Rio de Janeiro no início do século XIX**. 2002 (Dissertação de mestrado). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2002.

JAEGER, R; ROMANINI, M. Ampliação da Clínica, Amplificação da Doença Instituição do Cuidar em Análise. **PolisePsique**, v. 2, n. 2, p. 150-154, 2012.

JAEGER, Regina. **Considerações Institucionais sobre o Término do Vínculo Terapêutico entre os Usuários e o Ambulatório Melanie Klein**. Trabalho de conclusão da Residência em Saúde Mental Coletiva da Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Secretaria de Saúde do Rio Grande do Sul, 2011.

JORNAL CORREIO DO POVO. **São Pedro: hospital que virou lar**. Porto Alegre, ano 117, n. 233, 20 mai. 2012 Disponível em: <<http://www.correiodopovo.com.br/Impresso/?Ano=117&Numero=233&Caderno=0&Noticia=424299>>. Acesso em: 1 dez. 2014.

JORNAL ZERO HORA. **A concorrência Nacional vai Pesar Bastante, diz Vice-reitor da UFRGS sobre a Adesão ao SISU em 2015**. Porto Alegre, p. 5, 14 jan. 2014.

JUSTINO, Guilherme. Vêm Médicos de Todo o Pago. **Jornal Zero Hora**, Porto Alegre, p. 34, 24 out. 2014.

LEÃO, Sebastião. **Datas Rio-grandenses**. Porto Alegre: Editora Globo, 1962.

LEMOS, Natalia. Paulo Fernandes Viana, o Intendente-Geral de Polícia na corte joanina (1808-1821). **Revista Eletrônica Cadernos de História**, v. 6, ano 3, n. 2, dez. 2008.

LUFT, Lya. A Banalização da Vida. **Revista Veja**, São Paulo, p. 24, 26 mar. 2014.

MEEGEN, Manoella van. Epidemia Silenciosa. **Jornal da Universidade (UFRGS)**, Porto Alegre, ano 18, n. 176, p. 4, dez. 2014. Disponível em: <http://issuu.com/jornaldauniversidade/docs/ju_176_-_dezembro_2014>. Acesso em: 20 dez. 2014.

MEHRI, Emerson A narrativa do sofrimento, a seleção de evidências na clínica e a formação das profissões em saúde. *In*: CONGRESSO DA REDE UNIDA, 9. 2010, Porto Alegre. **Saúde é construção da vida no cotidiano: educação, trabalho e cidadania**. Porto Alegre: UFCSPA, 2010.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654**. São Paulo: Ed. 34, 2007.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Henrique Dias governador dos crioulos, negros e mulatos do Brasil**. Recife: FUNDAJ ; Massangana, 1988.

MENEGHINI, L. C. **À sombra do Plátano**. Porto Alegre: Emma, 1974.

MONOD, Jacques. O acaso e a necessidade: ensaio sobre a filosofia natural da biologia moderna. Petrópolis: Vozes, 2006.

NOCCHI, André S. P. O Estelionato da PEC 171/93. **Jornal Zero Hora**, Porto Alegre, 02 abr. 2015. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/opiniaozh/?s=estelionato&topo>>. Acesso em: 3 abr. 2015.

NUNES, Augusto. As Investidas das Tigradas. **Portal da Revista Veja**, 2 jul. 2012. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/feira-livre/as-investidas-da-tigrada-editorial-do-estado/>>. Acesso em: 5 nov. 2015.

PEREIRA, Claudina. **Alma no Espelho**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1994.

PESAVENTO, Sandra. **O Cotidiano da República**: elite e povo na virada do século. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto Estadual n.º 41.664, de 6 de junho de 2002a**. Cria a Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul e aprova o respectivo Estatuto Social. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_To dasNormas=832&hTexto=&Hid_IDNorma=832>. Acesso em: 6 fev. 2015.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei Estadual n.º 11.800 de 28 de maio de 2002b**. Dispõe sobre execução de medidas sócio-educativas de internação e de semiliberdade ... Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repLegisComp/Lei%20n%C2%BA%2011.800.pdf>>. Acesso em: 6 fev. 2015.

ROSAS, Paulo da Silveira. O dilema da Psicologia Contemporânea. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 30, n. esp., dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000500003&lng=en&nrm=iso>. access on 08 July 2014.

ROTELLI, Franco; *et al.* **Desinstitucionalização**. São Paulo: Hucitec, 2001.

SADE, Donatien Alphonse François de. Ernestine. *In*: _____. **Les crimes de l'amour**. Paris : Gallimard, 2004.

SAFATLE, Vladimir. O poder da Psiquiatria. **Revista Cult**, ed. 184, 2013. Disponível em: <<http://dev.revistacult.xhtm.com.br/home/2013/10/o-poder-da-psiquiatria/>> . Acesso em: 31 abr. 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Os Fascismos Sociais**. Instituto Norberto Bobbio, 2010. Disponível em: <<http://norbertobobbio.wordpress.com/2010/11/07/os-fascismos-sociais/>>. Acesso em: 15 dez. 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org). **Globalização**: Fatalidade ou Utopia? Porto: Edições Afrontamento, 2001. Coleção: A sociedade portuguesa perante os desafios da globalização, v. 1.

SARGUEIL, Sylvie. La médicalisation des emotions banales. **La Recherche**, Paris, n. 465, p. 45-48, jun. 2012.

SILVEIRA, Jacira Cabral da. Uma Avaliação mais Eficiente. **Jornal da Universidade (UFRGS)**, Porto Alegre, ano 18, n. 172, p. 8, ago. 2014. Disponível em: <http://issuu.com/jornaldauniversidade/docs/ju_172_-_agosto_2014/8>. Acesso em: 20 dez. 2014.

TELLES, L. F. **A Estrutura da Bolha de Sabão**. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

TELLES, L. F. **A Disciplina do Amor**: memórias e ficção. São Paulo: Companhia das letras, 1980.

VILIC, Felipe. A Revolução da Internet das Coisas. **Revista Veja**, ed. 2357, ano 47, n. 4, p. 61, 22 jan. 2014.